

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM
GEOGRAFIA**

JOSÉ JOACI BARBOZA

**A POLÍTICA EDUCACIONAL E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - RO.**

PORTO VELHO – RO 2009

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM
GEOGRAFIA**

JOSÉ JOACI BARBOZA

**A POLÍTICA EDUCACIONAL E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - RO.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia na Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Ivonete Barbosa Tamboril.

Área de Concentração: Amazônia e Política de Gestão Territorial.
Linha de Pesquisa: Estado e Política de Desenvolvimento.

PORTO VELHO, 2009.

PPGG

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

José Joaci Barboza

A Banca de defesa de Mestrado presidida pela orientadora Profª. Drª. Maria Ivonete Barbosa Tamboril e constituída pelas examinadoras a Profª. Drª. Lílian Maria Moser e pela a Profª. Drª. Maria das Graças Silva Nascimento Silva reuniu-se no dia 06 de abril de 2009, às 16:00 horas na Sala Josué de Castro, no Prédio do Mestrado em Geografia, Campus José Ribeiro Filho, em Porto Velho para avaliar a Dissertação de Mestrado intitulada "A Política Educacional e a Preservação do Patrimônio Público no Município de *Porto Velho-RO*", do mestrando *José Joaci Barboza*. Após a explanação do mestrando, e sua arguição pela Banca Examinadora, a referida dissertação foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia foi considerado: *Aprovado*

Porto Velho, 06 de abril de 2009

Profª. Drª. Maria Ivonete Barbosa Tamboril
Orientadora

Profª. Drª. Lílian Maria Moser
Examinadora

Profª. Drª. Maria das Graças Silva Nascimento Silva
Examinadora

FICHA CATALOGRÁFICA

Barboza, José Joaci

B239p

A política educacional e a preservação do patrimônio público no município de Porto Velho - RO / José Joaci Barboza. Porto Velho, Rondônia, 2009.
104f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Rondônia / UNIR.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Maria Ivonete Barbosa Tamboril.

1. Educação patrimonial - Geografia 2. Políticas públicas 3. Patrimônio - Memória
I. Tamboril, Maria Ivonete Barbosa II. Título.

CDU: 911.3: 35.073.1 (811.1)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Ozelina Saldanha
Biblioteca Central / UNIR

DEDICATÓRIA

Para Tales dos Santos Barboza e, Maria Doralice dos Santos, filho e companheira, respectivamente, e que me confortam com seu amor e agüentaram minhas rabugices durante todo o processo e foram em vários momentos fonte de inspiração e força para prosseguir.

Aos meus pais: Maria Zuleide Cândido Barboza e Joaquim Rufino Barboza (*in memorian*) que sempre fizeram questão e lutaram para que os filhos tivessem os acessos a eles negados, aos processos educacionais e, são os responsáveis diretos por estar aqui.

AGRADECIMENTOS

A Minha orientadora e amiga: Maria Ivonete Barbosa Tamboril pelo estímulo, paciência e pelos diálogos durante a orientação.

Aos amigos professores do Departamento de História da UNIPEC: Luzinete, Sônia Ribeiro, Ceres Carneiro, Solano Löw, Edilene Teixeira, Lílian Moser e Mara Genecy pelo convívio profissional e pelos estímulos.

Aos acadêmicos e amigos que integraram o Laboratório de Estudos sobre o Patrimônio – LAPA: Lourdes Ávalo, Ana Paula, Lívio Chagas, Leandro Jordani e Damar por compartilharem sonhos.

Aos Professores que ministraram disciplinas no programa: Carlos Santos (a quem devo minha inserção na teoria da Geografia), Nilson Santos, Maria Ivonete, Maria das Graças, Silvio Simione, Jacinta Castelo Branco, Maria Madalena, e ao Professor Clodomir Santos de Moraes que nos presenteou com alguns momentos fecundos e muito engraçados.

A todos os colegas de turma pelo convívio e pelos momentos compartilhados e, de modo especial Mara Genecy Centeno Nogueira, que me possibilitou participar de todas as aulas e eventos.

Aos responsáveis por eu fazer a seleção: Ivonete Tamboril, Josélia Neves e Ricardo Gilson.

A amiga Ms. Maria da Conceição B. de Souza por fazer as correções gramaticais de uma forma profissional, leve e muito generosa.

Aos amigos Jorge dos Santos e Maria do Socorro Maia Mota que se responsabilizaram gentilmente por todas as impressões e xérox das várias versões da dissertação, a ambos muito obrigado.

A UNIPEC e a UNIRON que tem me possibilitado nos últimos sete anos realizar meus sonhos enquanto docente do ensino superior e de tentar construir coletivamente um processo educativo gerador de conhecimentos críticos e transformadores.

Agradeço a todos e os co-responsabilizo pelos acertos, quanto aos eventuais erros, são de minha inteira responsabilidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	
A HISTÓRIA DO PROJETO	15
CAPÍTULO II	
DISCUSSÕES TEÓRICAS: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE A	24
GEOGRAFIA E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO	
CAPÍTULO III	
OS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO EM PORTO VELHO	39
CAPÍTULO IV	
DA CRIAÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO AOS	58
TOMBAMENTOS EM PORTO VELHO - RO	
CAPÍTULO V	
AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A PRESERVAÇÃO DO	75
PATRIMÔNIO EM PORTO VELHO - RO	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
BIBLIOGRAFIA	100

RESUMO

A presente pesquisa tem por objeto as políticas públicas educacionais voltadas para a preservação do patrimônio histórico e cultural do município de Porto Velho e, por objetivo levantar, descrever e analisar as formas que o poder público, através do ensino de Geografia e dos Temas transversais, se utiliza para criar um clima favorável para a preservação e ampliação dos bens tombados e assim preservar a memória e a identidade dos munícipes. Para a construção dos dados utilizamos o método qualitativo, através da pesquisa bibliográfica e documental. Como resultado, o trabalho chega à constatação de que, o município não tem de forma consolidada uma proposta pedagógica, o que não quer dizer que não disponha de políticas públicas, já que a não ação é uma maneira de fazer política. Também verifica na literatura que, a Geografia não é tratada como uma disciplina que reúna as habilidades e competências para trabalhar com a educação patrimonial a não ser como as demais disciplinas, ou seja, não como um conteúdo inerente e sim externo à Geografia. Diante desse cenário, o presente trabalho apresentou algumas sugestões gerais e de princípios que uma proposta de educação patrimonial deve assumir como forma de assegurar a ampliação da cidadania através da apropriação qualitativa dos espaços produzidos.

Palavras-chave: Educação Patrimonial e Geografia; Políticas Públicas; Patrimônio e Memória; Urbanização.

RESUMEN

La actual investigación tiene para el objeto que la política pública educativa ordenó hacia la preservación del sitio histórico y cultural de la ciudad de Porto Velho y, para el objetivo al aumento, para describir y para analizar las formas que la energía pública, con la educación de la geografía y de los temas transversales, si las aplicaciones de crear un clima favorable para la preservación y magnificar de las mercancías derrocadas y de preservar así la memoria y la identidad de los ciudadanos. Para la construcción de los datos utilizamos el método cualitativo, a través de la investigación y del documentary bibliográficos. Como resultado, el trabajo llega el constatação de ese, la ciudad no tiene de forma consolidada una oferta pedagógica, qué no desea decir que ése no haga uso política pública, puesto que la acción no es una manera de hacer política. También verifica en la literatura que, geografía no se trata como disciplinas una que junta las capacidades y las capacidades al trabajo con la educación patrimonial de no ser tan excesivamente usted disciplina, es decir, no como externo un contenido inherente y sí a la geografía. Delante de esta escena, el actual trabajo presentó algunas sugerencias generales y de los principios esos una oferta de la educación patrimonial debe asumir como forma para asegurar magnificar de la ciudadanía con la apropiación cualitativa de los espacios producidos.

Palabra-llave: Educación y geografía de Patrimonial; Política pública; Patrimonio y memoria; Urbanización.

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por objetivo discutir a constituição dos patrimônios históricos do município de Porto Velho – RO e as políticas educacionais decorrentes dos tombamentos efetuados a partir da década de 80 do século XX e da posterior criação da lei orgânica do município. Para tanto, investiguei e busquei responder questionamentos do tipo: de onde vem essa noção de preservar artefatos culturais? As gerações que constroem os artefatos teriam consciência que estavam deixando algo para a posteridade, uma espécie de auto-imagem para as gerações futuras? Esses artefatos sempre foram objetos de domínio público ou são também de domínio privado?

Desde já explícito o que denomino de patrimônio; sempre que utilizar esse termo, estarei fazendo alusão ao patrimônio efetivamente tombado pelo poder público, municipal conforme Lei Municipal de número 215 de 08 de abril de 1982 que criou o Instituto do Tombamento e em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Porto Velho, de 27 de março de 1990 que regulamentou o princípio da preservação.

Logo, aí já se explicita uma primeira hipótese, a de que ao tomar um ou mais patrimônios o poder público em qualquer nível dos entes federativos, deve, como desdobramento, estabelecer políticas públicas que visem não só a preservação, como também, desenvolver e estimular o surgimento de outras iniciativas que promovam o debate e o tombamento de outros patrimônios representativos da diversidade inerente a qualquer configuração espacial brasileira.

No total, até o presente momento, os patrimônios tombados pela municipalidade são compostos por quatro bens, descritos e caracterizados no primeiro capítulo da presente dissertação. No que pese, falarmos em vários bens que são, inegavelmente, patrimônio da coletividade do município, como o chamado Centro Histórico, o atual prédio da Universidade Federal de Rondônia - UNIR centro, as Três Marias, por exemplo, não são, porém, tombados pela municipalidade nem por outra esfera do poder público e, portanto, não se constituem em “objeto” de análises dessa dissertação, tampouco do cuidado por parte do poder público.

Daí decorre outra definição necessária a essa dissertação. A distinção entre patrimônios do município e, patrimônio no município de Porto Velho-RO. Não se trata de mera questão semântica, mas de definição conceitual dos bens tombados e a identificação do ente federativo que o tombou e, que, tem a responsabilidade pela

preservação e pela difusão do referido bem. Para a primeira acepção devemos entender somente os oficialmente tombados pela poder público municipal e para a segunda acepção os bens tombados, pelo Estado e pela União e, que se localizam geograficamente na área do município.

Outra observação necessária é a explicitação do uso da primeira pessoa do singular como uma constante no conjunto do texto. Sei que a escrita não é uma atividade individual, isolada e egoísta; muito pelo contrário, é atividade coletiva da qual fazem parte, os autores que dão suporte ao texto, os indivíduos que nos fornecem as informações, os revisores, no caso de uma dissertação, a/o orientador(a), no entanto, o uso da terceira pessoa do plural, tem servido para ocultar o sujeito da ciência e essa tem sido a estratégia privilegiada de resistência do positivismo que acredita assegurar a cientificidade da pesquisa através de uma forma discursiva que oculta o sujeito, a sua cultura, as suas ideologias, os vínculos de pertencimento, enfim o que Durkheim denomina de pré-juízos, pré-conceitos, pré-noções.

Nesse sentido reafirmo com Celso Ferrarezi Júnior (2003, p. 23) que, no livro de ensaios, *Livres Pensares: Linguagem, Educação, Sociedade*, onde diz:

(...). O que claramente defendo é que o cientista precisa ter o direito de mostrar sua cara na escritura que produz, pois o *eu científico* não transformará a Ciência em algo execrável, como, *mutatis mutandis*, o *eu poético* não transformou a poesia em algo pernicioso (grifo do autor).

Outro autor cuja percepção de que as Ciências Sociais na América Latina sempre combinam essa pessoalidade e a cientificidade é o diretor da FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Ayrton Fausto (2005, p. 7), que no prefácio do livro: *Educação, Estado e Democracia no Brasil*, afirma:

É conhecido que as Ciências Sociais, na América Latina, sempre explicitam, com maior cristalinidade do que em outras regiões, sua intencionalidade de contribuir à mudança de nossas sociedades. O dilema entre o cientista e o político sempre foi visível na melhor Ciência Social produzida na Região.

Essa dissertação se encontra entre essas polaridades, meu esforço foi no sentido de construir um texto que seja capaz de evidenciar minhas escolhas, os meus compromissos, os meus vínculos: políticos e ideológicos, enfim, um texto que desvele

minha inserção cultural e social, revele o lugar de que falo. Ao mesmo tempo em que se revele um texto científico, com o rigor necessário na pesquisa bibliográfica e de campo, na exposição das idéias e nas análises desenvolvidas, sem a pretensão de ter a última palavra sobre as questões apresentadas, ao contrário, espero ampliar as dúvidas, para que outros aprofundem, neguem, superem esse trabalho, afinal essa é a mola propulsora do desenvolvimento da ciência.

Para a construção dessa pesquisa trabalhei com os Métodos Qualitativos, realizei uma pesquisa Bibliográfica e Documental para tomar contacto com a discussão da Geografia e a questão do Patrimônio Histórico Cultural e dessa com a educação, fiz também uma pesquisa de caráter histórico da Evolução do Conceito de Patrimônio, para tal foi necessário buscar nos clássicos da Teoria da Geografia Humana, nas Propostas de Parâmetros Curriculares Nacionais, além das Legislações nacional e municipal sobre patrimônio.

O texto está articulado em cinco capítulos, no primeiro: A História do Projeto; apresento os percursos pessoais, acadêmicos e ideológicos para a construção do projeto que ensejou essa pesquisa, a trajetória de migração e o choque cultural dos familiares com o modo como os antigos habitantes ocupavam a terra e produziam; a participação nas lutas pela posse da terra, posteriormente a entrada na academia e o contato com a pesquisa e mais uma vez um retorno à discussão sobre a ocupação urbana. Posteriormente como pesquisador e a participação em laboratórios de Estudos Regionais e de Estudo do Patrimônio.

O segundo capítulo: Discussões Teóricas: Uma Aproximação entre a Geografia e o Patrimônio Histórico, reflete minhas angústias teóricas e a busca por legitimação. Quando apresentei o projeto tinha dúvidas se o tema era mesmo ou não um tema que pudesse desenvolver na Geografia. Para solucionar essa angústia trilhei os caminhos da Geografia e suas várias vertentes, até chegar à geografia crítica. Isso implica em afirmar que construí uma abordagem histórico/filosófica da geografia.

No tocante ao terceiro capítulo: Os Processos de Urbanização em Porto Velho; procurei traçar o perfil das várias ondas migratórias e seus impactos ecológicos, históricos e sociais para a construção de uma malha urbana. Para tal busquei dialogar com as teorias da urbanização e apontar que o município de Porto Velho e até mesmo o Estado nasceram dentro de uma rede urbana, vinculada aos processos produtivos modernos, capitalistas. Isso implica em afirmar que a história, a memória e o espaço estão marcados por múltiplas culturas; implica também em falar de um conflito entre as

forças endógenas e as forças exógenas, já que as demandas produtivas são quase sempre determinadas de fora para dentro.

Procurei demonstrar que é aí, no interstício entre essas forças que, uma educação patrimonial pode contribuir de maneira decisiva, já que reforça laços grupais, fortalece o sentimento de pertencimento e se constitui num poderoso instrumento de resistência, já que a História não é um campo fechado e sim de possibilidades, aberto para múltiplas possibilidades, mais para tal é necessário que os sujeitos e os grupos saibam seu lugar no mundo e isso só pode ser conseguido com um forte sentimento de identidade calcado numa forte memória e auto-estima.

O quarto capítulo: Da Criação do Conceito de Patrimônio aos Tombamentos em Porto Velho; fiz um processo de construção histórica do termo e das várias transformações que esse conceito sofreu no espaço/tempo. Procurei a origem do conceito desde o Império Romano perpassando pelos vários períodos históricos, até chegar a Revolução Francesa que, tem uma contribuição significativa para a acepção que temos modernamente de patrimônio. Nesse capítulo apresento os quatro patrimônios tombados pelo município, localizo-os e procuro contextualizar a situação de cada um deles. Demonstro o abandono em que se encontram o que, já é um sinal do que podemos esperar em se tratando das políticas públicas educacionais.

O quinto e último capítulo: As Políticas Educacionais e a Preservação do Patrimônio em Porto Velho; demonstro como a constituição de 1988 seguido pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB tratam à questão da educação e da educação patrimonial. Evidencio que o município depois de passados treze anos da promulgação da referida lei não elaborou uma proposta pedagógica como propugna a legislação e a própria Lei Orgânica do município.

Demonstro ainda que, a literatura tem trabalhado a questão da educação patrimonial como se fosse uma questão exclusiva da disciplina de História e ,como transversalidade pelas demais disciplinas, a Geografia não é em nenhum momento citada como uma disciplina que pode e deve trabalhar os patrimônios como um tema inerente a sua área de abrangência não como uma metodologia, mas uma pedagogia um instrumento para desenvolver e propiciar a apropriação dos conceitos chaves dessa disciplina.

Como uma pequena contribuição à formulação de uma proposta pedagógica para trabalhar com a questão da educação patrimonial, apresentei com base na literatura algumas sugestões e preocupações que devem ser levadas em consideração por qualquer

gestor preocupado com a elaboração de diretrizes que deem conta da pluralidade de questões inerentes a temática, principalmente com a formação de uma equipe multidisciplinar e a preocupação para não se criar camisas de forças, além é obvio na necessidade de os sistemas e os educadores mudarem suas perspectivas em relação a questão.

I - A HISTÓRIA DO PROJETO

Desde os primórdios da sua incorporação à ordem moderna, desencadeada pelo colonialismo, a região tem sido vista mais pela ótica dos colonizadores do que de seus próprios habitantes. Nesse sentido a Amazônia sofre daquelas características típicas de povos/regiões submetidos/as a desígnios outros que não os dos seus próprios habitantes.

Carlos Walter Porto Gonçalves

Na minha atividade como docente no ensino superior, tenho como função orientar estudantes em monografias ou trabalhos de conclusão de curso e, um dos critérios para que aceite uma orientação é que o candidato demonstre seu envolvimento com o objeto escolhido. Esse, no meu entendimento, é o principal critério, depois vem à relevância acadêmica e social da pesquisa.

É isso que pretendo fazer nesse capítulo, e vou iniciar narrando os motivos pessoais para a escolha do tema. Como a maioria dos habitantes do estado de Rondônia, e em especial de sua capital, minha família é migrante, originária do Nordeste e veio para Porto Velho na segunda metade do século XX, meu pai veio em 1968 e, minha mãe e dois filhos, entre os quais eu, em 1972. Esse período era o auge da exploração da cassiterita, ou no dizer de Carlos Walter Porto Gonçalves (2008, p. 94), no livro: *Amazônia, Amazônias*, trata-se de um período em que o governo federal redirecionava sua política para a região, e a organização social do espaço passa do *rio-várzea-floresta* para o padrão *estrada-terra firme-subsolo* caracterizada pela presença marcante do capital financeiro e industrial nacional e internacional, em contraposição ao modelo anterior, marcado pelo capital mercantil, vejamos como ele define o período:

A partir de 1966-1967 o governo federal mudou completamente sua orientação para a Amazônia, retirando toda a política que dava sustentação às velhas oligarquias regionais que, não tendo como se sustentar sobre seus próprios pés ruiu e, com ela, todo esse padrão de organização social do espaço rio-várzea-floresta passará por mudanças significativas, ficando as populações de trabalhadores tendo que se defrontar diretamente com os novos colonizadores.

Tratava-se de um novo processo de inserção da produção ao mercado mundial e de um alento para a economia que se encontrava em declínio desde o fim da Segunda Guerra Mundial e que tinha como principal agente do desenvolvimento econômico a extração do látex para suprir os mercados que se encontravam carentes desde a tomada dos mercados produtores asiáticos. Quando da reconquista desses centros produtores a economia de Rondônia entra novamente em declínio.

Era muito comum ouvir os diálogos familiares, as queixas de meu pai e de minha mãe em relação ao desleixo dos caboclos ou mesmo daqueles migrantes, também oriundos do nordeste antes deles. Na acepção dos meus pais tratava-se de indolentes vagabundos que, diante da abundância de terras e de água e da fertilidade do solo não produziam além do necessário para o consumo. Esses diálogos me marcaram profundamente.

Na verdade esses comentários faziam parte do imaginário coletivo construído pelas elites nacionais com o apoio das elites locais que sempre buscaram a inserção no cenário nacional e na economia globalizada de forma dependente, passando por cima ou ignorando completamente as opiniões e os costumes e tradições das populações tradicionais.

Só mais tarde consegui entender que não se tratava de preguiça, era um modo diferente de se organizar que foi construído através do aprendizado com os primeiros habitantes, o que requeria a apropriação de tecnologias adequadas, técnicas distintas das utilizadas em outras regiões, enfim, tratava-se do processo de apropriação adequação do homem as realidades históricos/espaciais.

Calos Walter Porto Gonçalves (2008), discute esse fenômeno decorrente do término do primeiro ciclo da borracha até a Segunda Guerra Mundial, onde ocorre um refluxo nas exportações da seringa e segundo esse autor as condições de vida dos extratores melhoram sensivelmente já que os seringalistas tinham de assegurar a permanência dos trabalhadores em seus postos de trabalho.

Como decorrência dessa “nova realidade” é que os extratores aprenderam com os antigos habitantes novos hábitos e novas técnicas mais adequadas ao ambiente amazônico. Vejamos como Carlos Walter Porto Gonçalves (2008, p. 104) trata essa questão:

As populações, que em grande parte haviam migrado do Nordeste, haviam aprendido a conviver com a floresta, se

apropriado do saber das populações indígenas acerca das ervas medicinais, frutos aromáticos e comestíveis, além de venenos, como o timbó, que facilitava a pesca etc. (...).

Outro evento que me marcou profundamente foi a luta do povo no final da década de setenta e, durante toda a década de oitenta do século passado pela posse da terra urbana. Tratava-se dos migrantes que vieram para os projetos de colonização ao longo da BR 364 e que acabaram sendo expulsos dessas terras por falta de políticas públicas e que migraram para as cidades e vilas mais próximas. Porto Velho recebeu muito desses cidadãos.

Minha família comprou um terreno num dos primeiros bairros decorrentes dessas lutas, na época se chamava Nova Porto Velho. Esse bairro surgiu de um processo de ocupação urbana e foi palco de confrontos e de assassinatos. Antes da ocupação a região era recortada por lagoas e rios onde, quando menino, me banhei e brinquei com meus amigos, aos poucos esses lugares foram perdendo espaço para casas, escolas, igrejas, centros de comércio, enfim para os processos denominados urbanos.

Alguns anos depois da conquista definitiva da posse da terra os vereadores resolveram fazer uma homenagem ao advogado defensor dos ocupantes, e vítima da truculência dos denominados proprietário que o mandaram assassinar. O bairro deixou de se chamar Nova Porto Velho e passou a ser denominado Agenor Martins de Carvalho, descaracterizando o espaço onde ocorreu a resistência, o conflito e a vitória daquele povo lutador.

Essa, inclusive, tem sido a marca da ação do poder público na cidade de Porto Velho. Tem se tornado uma constante os processos de modificação dos nomes dos logradouros públicos, dos bairros e a destruição de tudo o que parece ou se associa ao antigo, e é visto como antagônico a modernidade.

Dante Ribeiro da Fonseca (2007, p. 131), no livro: Estudos de História da Amazônia destaca o início dessa prática com o nosso primeiro superintendente do município que, resolve trocar todos os nomes das ruas do município como estratégia de modernização, vejamos:

Contudo o nosso superintendente negou impavidamente o direito do povo de batizar suas ruas e, no mesmo no de posse, ao mesmo tempo em que promovia o arruamento do pequeno núcleo populacional, solicitou ao Conselho Municipal autorização para denominá-las. O resultado é que a lei de número 3 de 9 de março de 1915 deu nova denominação ao

logradouros públicos, exceto a avenida Divisória a partir da qual a mesma lei considerava áreas desapropriadas da Madeira-Mamoré para a municipalidade. (...).

Quando entrei na Universidade, busquei me entrosar com a pesquisa, foi então que apresentei um projeto para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, sendo contemplado para pesquisar os processos de ocupação urbana e, meu objeto de estudo era o caso do bairro Agenor de Carvalho. Nesse período a universidade estava iniciando as pesquisas utilizando o Método da História Oral e lá fui eu com um gravador tentar ouvir os antigos moradores do bairro.

Para minha surpresa, a coisa mais rara era encontrar alguém que tivesse participado do processo de ocupação. A maioria dos moradores havia mudado de bairro, venderam suas casas e foram participar de outras lutas de ocupação. Foi quando descobri que a grande maioria desses indivíduos são instrumentos de forças estranhas a eles e que os utilizam para especular com a posse da terra. Detectei ainda que a maioria das pessoas que ocupam um terreno o habitam até chegar os serviços públicos, com eles vem as taxas, os impostos e as pressões para se desfazerem de seus lotes.

Os caminhos viram estradas, ruas e avenidas, casas são destruídas para abrigar novos traçados para a circulação de pessoas, automóveis e mercadorias, os terrenos se valorizam e com isso vem a expansão da especulação imobiliária, as casas antes simples e de tábuas cedem lugar para as suntuosas de alvenaria e, os antigos habitantes desempregados ou subempregados caem vítimas da gula irrefreável do capital.

Aí já reside mais de um argumento social para justificar uma pesquisa, porém, entendo que, antes da chegada da minha família vários processos de soterramento cultural ocorreram em Porto Velho, quando das primeiras migrações para a extração de látex, posteriormente com a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, com a Guerra da Borracha, a extração de cassiterita e de ouro e por último a que estamos vivenciando com o início da construção do Complexo do Madeira.

Onde estão os traços das inúmeras tribos indígenas que habitavam o espaço que hoje compreende o município de Porto Velho? Como era a organização social e política deles? Quais os hábitos alimentares? Como era organizada a sua religião? Essas e inúmeras outras perguntas em relação a essas etnias provavelmente não serão passíveis de respostas, não através de documentos e registros. Esse tem sido o resultado da ação do “progresso” que tem feito questão de apagar os vestígios da história.

Assim como ocorreu com os primeiros habitantes dessa configuração espacial, ocorreu também com os migrantes que para cá vieram em períodos posteriores. Quais seriam os traços que podemos identificar nos dias atuais desses povos? As comidas típicas expostas nas festas juninas? As danças folclóricas apresentadas nos modernos arraiais existentes nos dias de hoje? Creio que não, o que nos resta são caricaturas, pastiches e mercadorias baratas, fogueira de papéis que não aquecem a alma tampouco cria laços de afetividade.

Todos esses processos de apagamento da memória geram traumas irreparáveis para o espírito dos homens e mulheres que habitaram os bairros, as praças, os lugares cênicos e paradisíacos. Geram processos de estranhamentos, processos de amnésia, já que a memória precisa de suportes. Ecléa Bosi, no livro *O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social* afirma: “As lembranças se apóiam nas pedras da cidade. Se o espaço, para Marleau-Ponty, é capaz de exprimir a condição do ser no mundo, a memória escolhe lugares privilegiados de onde retira sua seiva” (2003, p. 71).

Ainda segundo essa autora (2003, p. 70) um outro aspecto da amnésia decorrente do processo de urbanização é o afastamento, o desencontro das pessoas, vejamos:

Mas a memória rema contra a maré; o meio urbano afasta as pessoas que já não se visitam, faltam os companheiros que sustentavam as lembranças e já dispersaram. Daí a importância da coletividade no suporte de memória.

Para Henrique Figueiredo Carneiro (2006, p. 17 – 18), outro psicólogo que, reflete sobre as consequências perversas para a vida nas cidades da destruição dos patrimônios em seus aspectos éticos e estéticos, nos diz no artigo: *Banalização do Patrimônio Cultural Material e Consequências perversas Para a Vida na Cidade*,

A ética e a estética do cidadão da nossa época ao deparar-se com o nada, quando sua memória registra que naquele lugar havia algo, alguma coisa que o faz sofrer pela ausência de um objeto que não vê, retrata o drama da nossa época e, de forma mais recortada, nossa cultura patrimonial urbana, quando dormimos com um registro e acordamos para fazer um esforço titânico, na tentativa de reinventar o que havia sobre a constatação do nada.

Mais adiante o autor (2006, p. 25) nos informa que os danos ao se ceifar um patrimônio histórico não afeta só a estética da cidade, causa danos irreparáveis para o indivíduo quando se depara com o nada, quando não encontra a legitimação de uma estória de uma narrativa sobre o vivido, vejamos:

(...). Ceifar um ícone do patrimônio material acarreta danos que podem ser causados à estrutura do eu-cidadão. Ninguém paga por esses crimes, na medida em que não se pensa na dimensão de sofrimento que se pode causar, muitas vezes passivamente, ao cidadão quando ele se depara com o nada.

Outra experiência decisiva para eleger esse tema foi a atuação como docente do ensino superior, ter participado do Laboratório de Estudos sobre o Patrimônio - LAPA, vinculado ao Departamento de História da Faculdade Interamericana de Porto Velho, onde fiquei na condição de vice-coordenador e posteriormente como coordenador. Iniciamos as atividades do laboratório realizando estudos sobre a legislação e, posteriormente fazendo levantamento de campo.

Ao longo das nossas atividades detectamos que o município de Porto Velho, através da Câmara de Vereadores, havia criado o instituto jurídico do tombamento de bens considerados como patrimônio histórico e, que foram tombados: o Cemitério dos Inocentes, localizado a Avenida Prudente de Moraes no bairro do Mocambo, a região da Igreja de Santo Antônio no antigo vilarejo ao lado da primeira cachoeira do Rio Madeira, a Antiga Prefeitura e Câmara de Vereadores na Rua José Bonifácio Centro e, uma Castanheira Centenária situada a Rua Rui Barbosa, ao lado do Estádio Aluizio Ferreira.

Partindo dessa evidência factual levantei a hipótese que, na medida em que o poder público institui uma política de tombamento de bens considerados de relevância histórica para a municipalidade, é possível inferir que uma das conseqüências seja a instituição de política educacional que divulgue os bens tombados às novas gerações, bem como estimule através da educação a sua preservação.

Juntando o envolvimento pessoal, associados à relevância social, apresentado nos parágrafos anteriores, decidi me colocar a caminho e construir um projeto para a seleção do mestrado em Geografia, porém faltava contextualizar a relevância científica para que a academia pudesse aceitar essa empreitada.

Desde minha entrada na academia como estudante do curso de História, até os dias atuais, tenho percebido uma forte discussão sobre a preservação do complexo da

Estrada de Ferro Madeira Mamoré, discussão essa que resultou no efetivo tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN no ano de 2005.

Esse debate ganhou tanta evidência no cenário do município que acabou por sufocar todos os outros diálogos possíveis em relação aos demais grupos étnicos. Acabou por reforçar o apagamento das demais expressões culturais e históricas efetuadas pelo discurso dos grupos dirigentes. Aliás, atribuo a esse debate uma estratégia para eliminar os demais bens deixados pelos nossos variados grupos de antecessores.

O debate tem apontado para o despreparo ou o desrespeito dos poderes constituídos em preservar o patrimônio tombado. Contudo, uma coisa tem chamado bastante atenção, o fato da população, no que pese os esforços de alguns intelectuais e da mídia local em prol da preservação, não nutrir por esse imóvel nenhuma sentimento de respeito e de preservação, ou seja, não existe entre a população e o bem eleito - no caso a Estrada de Ferro Madeira Mamoré - como expressão da identidade dos rondonienses e de modo especial dos habitantes da capital Porto Velho, nenhum ou pouquíssimo vínculo identitário.

Por outro lado, parece existir nas escolas um despreparo generalizado para se trabalhar com essa temática. E esse despreparo se deve em grande medida a ausência de uma reflexão crítica dos meios acadêmicos que tem aceitado de forma mais ou menos pacífica a existência de um único bem, um único patrimônio tombado no município de Porto Velho. Além dessa aceitação não existe nenhuma reflexão que aponte para as formas como são eleitos no interior das sociedades os bens a serem tombados e preservados.

Essa ausência tem sido prejudicial, e essa não é uma particularidade de Rondônia, para a construção de uma sociedade efetivamente democrática, já que a identidade de uma cidade de uma região ou de um país não pode ser constituída por expressões culturais de um único segmento cultural. Rondônia, como de resto todos os estados da federação, é em sua constituição plural, é formado por índios, europeus, africanos e posteriormente por uma gama de grupos imigrantes de vários países.

Essa mesma diversidade é encontrada na constituição de Rondônia, no entanto o modelo que os grupos dirigentes tentam implantar é exclusivista, expurga os segmentos “minoritários”, tentam a toda força apagar a presença dos índios, negros, nordestinos e outros migrantes e imigrantes que elegeram esse rincão da região norte para habitar e construir seu futuro.

Ao eleger um patrimônio que é a expressão da colonização, do imperialismo inglês e norte americano, um exemplar da expansão do capitalismo do final do século XIX e início do século XX, nossas elites demonstram todo seu eurocentrismo intelectual seu gosto pelo que é exógeno ao mesmo tempo em que revela o desprezo pelo que é tipicamente local.

O despreparo dos educadores em relação às formas de trabalhar com o patrimônio tem servido para amortizar os debates, as disputas, isso porque o patrimônio deve ser alvo de disputas, disputa entre grupos culturais, entre classes sociais, disputa de gênero e de expressões religiosas. Esse mesmo despreparo faz com que os educadores e educadoras desconheçam como eu desconhecia que, quatro patrimônios foram tombados pelo município de Porto Velho e, que inúmeros outros poderiam ser tombados como forma de assegurar nossa identidade e memória.

Partindo desse princípio, presume-se que a academia não pode se furtar a esse debate, não pode deixar de contribuir para adequar a formação de profissionais da Geografia, da História, da Arquitetura e das Ciências Sociais, dentre outros, para atuarem como fomentadores desse debate, promotores de um diálogo profícuo na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Nessa história não posso deixar de falar de uma dúvida que me atormentou desde a elaboração do projeto até parte do pagamento dos créditos. Essa dúvida é decorrente do que afirmei acima, ou seja, do despreparo dos educadores e, nesse caso especialmente, dos professores de Geografia do ensino Fundamental e Médio. É que tinha uma enorme dificuldade de associar essa discussão ao *corpus* da Geografia.

Tinha a convicção que a Geografia trabalhava exclusivamente com a caracterização do espaço físico, relevos, bacias hidrográficas, climas, vegetações, formação geológica, densidade demográfica, mapeamentos cartográficos e coisas do gênero, no máximo, incorporava alguns elementos da economia.

Como podia então querer submeter minha proposta de pesquisa para um mestrado disciplinar em Geografia de algo que, parecia para mim como impróprio para essa área; só depois com a discussão com os teóricos da Geografia e de modo especial com os teóricos de inspiração marxista é que pude perceber que essa temática pertence também a Geografia como, aliás, pretendo demonstrar no capítulo subsequente.

Mas indo um pouco além da teoria fui em busca de como isso deve se dar na prática educativa, e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (2000, p. 123) no tocante a geografia que afirma:

Pelo estudo da Geografia os alunos podem desenvolver hábitos e construir valores importantes para a vida em sociedade. Os conteúdos selecionados devem permitir o pleno desenvolvimento do papel de cada um na construção de uma identidade com o lugar onde vive e, em sentido mais abrangente, com a nação brasileira, valorizando os aspectos socioambientais que caracterizam seu patrimônio cultural e ambiental. (...).

Um pouco mais adiante, quando trata da aprendizagem, no primeiro ciclo os parâmetros (2000, p. 127) afirmam que;

No primeiro ciclo, o estudo da Geografia deve abordar principalmente questões relativas à presença e o papel da natureza e sua relação com a ação dos indivíduos, dos grupos sociais e, de forma geral, da sociedade na construção do espaço geográfico. Para tanto, a paisagem local e o espaço vivido são referências para o professor organizar seu trabalho.

Foi então que pude perceber que a questão que pretendia estudar é inegavelmente parte constitutiva do estudo geográfico, pois é instrumento de construção e de reconstrução das múltiplas espacialidades, é o reflexo e a condição para a atuação dos indivíduos com os outros e com a própria natureza.

II - DISCUSSÕES TEÓRICAS: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE A GEOGRAFIA E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Cada vez que um geógrafo decide trabalhar sem se preocupar previamente com o seu objeto, é como se para ele tudo fossem 'dados', e se entrega a um exercício cego sem uma explicitação dos procedimentos adotados, sem regras de consistência, adequação e pertinência.

Milton Santos

Explicitar as opções teóricas é uma necessidade e mesmo um imperativo da prática da pesquisa, a validade de tal ação se verifica no estabelecimento de uma tomada de posição por parte do pesquisador o que já implica uma seleção no processo de construção do seu *corpus*, ao mesmo tempo, permite a consolidação e superação das teorias preexistentes.

Explicitar então a teoria que dará suporte a dissertação é ao mesmo tempo uma tentativa de espacializar esse objeto e relacioná-lo com os demais objetos constitutivos da paisagem atual que dão condição de existência as relações de produção e de troca na atualidade.

Para iniciarmos esse exercício teórico, faz-se necessário inseri-lo no fluxo das múltiplas teorias existentes, já que é inerente ao discurso, ou seja, condição mesmo de sua existência, que ele se aproprie de outros feixes discursivos que o precederam e os projete em outros contextos e realidades históricas.

Toda ciência, e em especial as Ciências Humanas, travam uma batalha em busca da legitimidade. Uma das estratégias nessa luta é demonstrar que existem desde o apogeu da filosofia na Antiguidade Clássica, ou seja, vão mergulhar no passado remoto ao encontro de antepassados prestigiosos como forma de garantir seu *status* e, com a Geografia a História não foi diferente.

Antônio Carlos Robert Moraes (2002, p. 32) no livro intitulado Geografia: Pequena História Crítica descreve essa origem da seguinte forma:

O rótulo Geografia é bastante antigo, sua origem remonta à Antiguidade Clássica, especificamente ao pensamento grego. (...), Tales e Anaximandro, privilegia a medição do espaço e a discussão da forma da Terra, (...) Heródoto, se preocupa com a descrição dos lugares numa perspectiva regional.

Nessa pequena citação, percebemos nitidamente que, desde os primórdios a Geografia nasce de forma fragmentada, ou seja, as práticas que deram início a essa disciplina eram de matizes distintas, uns marcham para a mensuração da terra, algo mais próximo a mensuração a quantificação das ciências naturais, outros se interessam pela descrição dos lugares, o que implica a existência do componente humano.

O autor frisa ainda que, muitas das temáticas que hoje são denominadas de geográficas, não pertenciam ou não recebiam esse rótulo. Essa idéia dá também a dimensão que o campo da disciplina foi e ainda é muito amplo e, que as definições conceituais ainda estão em construção.

Aliás, o inacabamento, a incompletude é a condição mesma da construção científica, pois ela é situada, não existe conhecimento que já não reflita e não seja reflexo das formações sociais, políticas, econômica e ideológica, sendo ela mesma ideologia. Essa afirmativa, não nega os processos de busca da verdade e do conhecimento verdadeiro denominados por Hilton Japiassu (1994, p. 122) de objetivação, vejamos nesse sentido como o autor define esse conceito no livro: Introdução as Ciências Humanas: Análise da Epistemologia Histórica:

(...). Ora, a 'objetividade' não existe. O que existe é uma objetivação, uma objetividade em processo, uma objetividade aproximada ou um esforço de conhecer a realidade naquilo que ela é e não naquilo que gostaríamos que ela fosse. Sem dúvida, o projeto do conhecimento científico é o de atingir a realidade objetiva naquilo que ela é. Mas esse projeto é irrealizável. Só conhecemos o real como nós o vemos. É o sujeito que constrói o objeto de sua ciência. A objetividade não passa de um *ideal* a ser alcançado: nenhum sujeito a realiza. Donde o conceito de *objetivação*.

Quando se fala na sistematização das ciências e, das Ciências Humanas em particular, não se pode deixar de falar na contribuição da renascença e do projeto iluminista, movimentos que contribuíram de forma significativa para a laicização do pensamento e a revolução na construção da verdade. As respostas aos problemas colocados pelo homem deveriam ser encontradas no próprio homem e não mais em verdades reveladas.

A tentativa de sistematizar o trabalho da Geografia se inicia no século XVIII, e está intimamente ligado aos processos de constituição do Estado-Nação, é que a legitimação da nação passava necessariamente pela delimitação de fronteiras como

forma de assegurar juridicamente a autoridade de um poder sobre os indivíduos residentes nesse espaço delimitado, ao mesmo tempo se estabelece a relação entre os vários entes assim constituídos.

Daí em diante, a Geografia passará a assumir a configuração que as várias teorias vão atribuindo no decorrer dos processos históricos de constituição e afirmação das filosofias subjacentes. O ponto que dava unidade as várias concepções eram o conceito impreciso e indefinido de espaço que, até os dias atuais, ainda permanece como um objeto de disputa, ao mesmo tempo em que ainda assume esse papel de amalgama desse saber que é rotulado de Geografia.

Feita essa pequena introdução do surgimento da Geografia, faz-se necessário desenvolver as várias formas e significados que o objeto central da disciplina – o espaço – vai adquirindo no decorrer do espaço-tempo.

Existe um consenso entre os geógrafos em delimitar o campo de atuação nos períodos históricos e os processos de superação dessas “tendências”. Essas escolas seriam na visão de Roberto Lobato Corrêa (1995, p. 17), em seu artigo: Espaço Um Conceito-Chave da Geografia, as seguintes:

Consideraremos, inicialmente, como o espaço foi concebido na geografia tradicional, seguindo-se após a sua concepção na geografia que emergiu da denominada revolução teórica-quantitativa. Em seqüência considerar-se-á o conceito de espaço no âmbito da geografia fundada no materialismo histórico e dialético e, finalmente como os geógrafos humanistas e culturais abordaram o espaço.

Os assim denominados geógrafos tradicionais estavam ligados ao positivismo ou ao historicismo e são assim denominados por se situarem do período da transformação da Geografia em disciplina universitária no século XIX e, tiveram sua hegemonia até de 1950 e 1970, quando ocorrerão as mudanças nos métodos e nas definições conceituais.

Os geógrafos dessas correntes privilegiaram os conceitos de paisagem e região, e a partir deles estabeleceram as relações acerca do objeto da geografia, bem como as bases das relações com outras disciplinas afins. As discussões se davam em torno de noções como: paisagem cultural, região natural, região-paisagem e gêneros de vida.

Dessa forma se evidencia que o conceito de espaço ainda não se faz presente de forma explícita, como um conceito-chave, conforme Corrêa “O espaço, em realidade,

não se constitui em um conceito-chave na geografia tradicional. Contudo, está presente na obra de Ratzel e Hartshorne, ainda que, como no caso do segundo de modo implícito” (1995, p. 17).

Para o autor, o espaço em Ratzel é visto como base indispensável para a vida do homem, ele fornece as condições de trabalho, quer naturais ou mesmos aquelas que foram socialmente construídas. Nessa perspectiva então, o domínio do espaço se torna algo essencial para a história da humanidade enquanto possibilidade de produção e reprodução da organização social.

Se o espaço em Ratzel é construído em virtude do desenvolvimento tecnológico, para Hartshorne o espaço é absoluto, sendo assim, portador de existencialidade, independente de qualquer coisa. O espaço em Hartshorne é um receptáculo que contém as coisas. Segundo Corrêa “Há uma associação entre essa concepção de espaço e a visão idiográfica da realidade, na qual em uma dada área estabelece-se uma combinação única de fenômenos naturais e sociais” (1995, p. 19).

Como a perspectiva defendida nessa dissertação é a de que as ciências no geral estão inseridas no contexto histórico e social, não podemos esquecer que os teóricos desse período são herdeiros do Iluminismo e da perspectiva antropológica inerente à filosofia, essa perspectiva é reafirmada por Carlos Santos (2004, p. 99) em seu livro: *Percursos Geográficos: Rumo a Toposofia*, da seguinte forma:

A herança iluminista encontrada por Ratzel, e depois por La Blache, resultava de um cadinho cultural do século XVIII, onde o discurso etnológico funcionava como o lastro para a geografia tanto ambientalista quanto culturalmente.

É inegável a influência do Positivismo na configuração da Geografia de então, já que ela irá fornecer os elementos de justificação tanto do poder absolutista e legitimar a configuração territorial dos Estados-Nações em formação ou consolidação, ao mesmo tempo em que essa inspiração filosófica buscará um discurso, uma roupagem que dava uma sensação de cientificidade e de objetividade.

Após vários abalos na estrutura conceitual do Iluminismo, abalos decorrentes das muitas críticas teóricas e em certa medida aprofundadas pela realidade histórica, principalmente pelas duas guerras, que põem em cheque a idéia de que a racionalidade criaria uma sociedade mais humana e mais justa. Esses abalos irão provocar um movimento de renovação na Geografia.

Esse movimento teve seu início na década de cinquenta, ganhou fôlego na década de setenta do século passado e, perdura em certa medida até os dias atuais. Essa afirmativa se justifica se analisarmos a literatura do final do século passado até mesmo as do início desse século, perceberemos que, a busca por definição e a separação insuperável entre a Geografia Física e uma Geografia Humana perduram e fecundam essa reflexão.

Milton Santos (1986, p. 39) em: *Por Uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia A Uma Geografia Crítica*, aborda esse movimento de transformação da seguinte maneira:

A Geografia não podia escapar às enormes transformações ocorridas em todos os domínios científicos, após a segunda guerra mundial. No que se refere às ciências humanas, tratava-se muito mais de uma revolução que mesmo uma evolução. Para isso, contribuíram três razões essenciais: em primeiro lugar os próprios suportes do trabalho científico progrediram muito; em segundo lugar, as necessidades dos utilizadores mudaram; e finalmente, o objeto da atividade científica se modificou.

Colocado em um cenário histórico, fica mais evidente que, os cientistas e, no caso que nos interessa os geógrafos em particular, acompanham a marcha das transformações sócio-econômicas do seu tempo, na medida em que o capital acelera seu processo de globalização e impõe novas demandas a todas as áreas do conhecimento que, passaram a produzir muito mais técnica e tecnologia a serem agregadas aos processos produtivos.

Uma coisa, contudo, permanece idêntica, qual sejam, os utilizadores preferenciais da geografia, desde o século quatorze quando se inicia as grandes navegações, até os dias atuais: trata-se dos interesses econômicos do Estado e das corporações econômicas de caráter nacional ou transnacional.

Pós-revolução Russa e em virtude dos sucessos dos processos de planificação, e do período de crises decorrentes das guerras. Entrou para a pauta da política de Estado a necessidade do planejamento, e nesse sentido, a geografia passou a ocupar um local de destaque entre as ciências humanas, já que ela pôde contribuir e muito com as questões de planejamento urbano e gestão territorial.

Antonio Carlos Robert de Moraes (2002, p. 94 e 95), vai se referir a esse processo da seguinte forma:

(...). O planejamento econômico estava estabelecido como uma arma de intervenção do Estado. E, com ele, o planejamento territorial, com a proposta de ação deliberada na organização do espaço. A realidade do planejamento colocava uma nova função para as ciências humanas: a necessidade de gerar um instrumental de intervenção, enfim uma feição mais tecnológica. A Geografia Tradicional não apontava nessa direção, daí sua defasagem e sua crise.

Outra face desse movimento foi o processo de busca da precisão na construção do conhecimento. Essa precisão era visto como assegurador de cientificidade, de modo especial para as ciências humanas que eram acusadas de não serem objetivas, de não produzir conhecimentos universalmente válidos. Esse argumento demonstra que o Positivismo ainda não havia sido devidamente superado.

Esse modelo decorrente da crítica a geografia tradicional, é o modelo da matemática e sua correspondente quantificação que, são em muitos casos, elaborações análogas as das ciências naturais conforme Roberto Lobato Corrêa (1995, p. 20) e terá a responsabilidade de alçar a geografia à condição de ciência social:

A despeito da crítica que se pode, efetivamente, fazer à geografia teórico-quantitativa, é necessário ressaltar que a geografia passa a ser considerada como ciência social, conforme argumenta SCHAEFERR (1953) em seu clássico e polêmico livro (...).

Essa perspectiva teórica é bombardeada por todos os lados, uma das críticas diz respeito à negação das outras dimensões da realidade que seriam: o espaço, o tempo e a matéria. E que a abordagem quantitativa não dá conta da dinâmica inerente a essas dimensões.

Ainda segundo Milton Santos, o maior pecado dessa perspectiva “é o desconhecimento do tempo e suas qualidades essenciais” é que ao trabalhar com dados quantitativos, estuda-se um momento de um processo e não o processo em sua totalidade, ou seja, no tempo-espaço. Ele ainda pergunta se, se pode conhecer qualquer coisa sem tomar contato com sua gênese.

Vejamos como ele responde essa questão:

(...) O espaço que a geografia matemática pretende reproduzir não é o espaço das sociedades em movimento e sim a fotografia de alguns de seus momentos. Ora, as fotografias permitem apenas uma descrição e a simples descrição não pode jamais ser

confundida com a explicação. Somente esta pode pretender ser elevada ao nível do trabalho científico (1986, p. 53).

Nessa citação, Milton Santos, não está negando a validade do método quantitativo enquanto técnica, ele está apenas afirmando que a geografia teórica em seu esforço gnosiológico e praxeológico não deu a devida atenção ao fluxo histórico, e acabou por repetir os processos descritivos inerentes a geografia tradicional.

Outra perspectiva que se desenvolve dentro do movimento de renovação da geografia, é a geografia crítica que rompe revolucionariamente tanto com a geografia tradicional quanto com a geografia teórico-quantitativa. Para essa vertente a questão central diz respeito ao espaço produzido, já que o espaço enquanto absoluto enquanto intuição interior não se coloca como exterioridade ao homem, logo não pode ser objeto de nenhuma ciência.

O espaço para essa corrente é analisado enquanto um *locus* de reprodução das relações de produção. Dentro dessa perspectiva o espaço deve ser tratado como uma instância social que, se relaciona com as demais instâncias, econômicas, políticas e sociais, nesse sentido é um fator social e não apenas um reflexo da sociedade.

Em outras palavras podemos dizer com Corrêa (1995, p. 26 e 27) que;

O mérito do conceito de formação sócio-espacial, ou simplesmente formação espacial, reside no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há, assim, porque falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos *a posteriori*, mas sim de formação sócio-espacial.

Como se pode perceber a reflexão gira entorno da abordagem do materialismo histórico e da dialética e, alimentou e alimenta debates até os dias atuais. Parte desse debate se deve em certa medida ao pouco caso ou ao descaso por parte dos fundadores dessa corrente que deram importância maior a história ou ao tempo e nenhuma ou pouca ao espaço.

Segundo Corrêa, quem deu o pontapé inicial nessa polêmica foi Paul Claval ao afirmar em 1977 que: na obra de Marx o espaço aparece marginalmente. Mais recentemente percebemos que Edward W. Soja também compartilha dessa perspectiva. Em sua obra: *Geografias Pós-Modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica*, logo no prefácio diz: “(...) Pelo menos durante o século passado, o tempo e a

história ocuparam uma posição privilegiada na consciência prática e teórica do marxismo ocidental e da ciência social crítica” (1993, p. 07).

Partindo desse pressuposto, o autor afirmará, um pouco acima desse parágrafo na mesma página, qual é o objetivo do livro; “Meu objetivo é espacializar a narrativa histórica, é associar à *durée* uma geografia humana crítica permanente”. O opúsculo é uma crítica radical ao historicismo e seu desprezo para com o espaço.

Outra vertente originada nesse período é a denominada geografia humanista e cultural. Essa opção é definida por Corrêa como “calcada nas filosofias do significado, especialmente a fenomenologia e o existencialismo” (1995, p. 30). A geografia humanista se assenta na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência e no simbolismo.

A experiência enquanto ato individual e coletivo é, antes de tudo, a capacidade de aprender a partir da própria vivência, é criar a partir do dado, ou seja, atuar sobre o dado e criar a partir dele. Seria nesse processo de atuação sobre o dado que os homens construiriam e perceberiam os espaços, é enfim, a partir do existente construir outras realidades.

No livro: Espaço e Lugar: a Perspectiva da Experiência, Yi-Fu Tuan (1983, p. 11) define a experiência como sendo constituída de sentimento e pensamento, vejamos:

(...). O sentimento humano não é uma sucessão de sensações distintas; mas precisamente a memória e a intuição são capazes de produzir impactos sensoriais no cambiante fluxo da experiência, de modo que poderíamos falar de uma vida do sentimento como falamos de uma vida do pensamento. É uma tendência comum referir-se ao sentimento e pensamento como opostos, um registrando estados subjetivos, o outro reportando-se à realidade objetiva. De fato, estão próximos às duas extremidades de um *continuum* experiencial, e ambos são maneiras de conhecer. (grifos do autor).

O lugar, dentro dessa perspectiva tem um outro significado, possui um espírito, uma personalidade, que se manifesta através dos sentidos. Assim, o espaço pode ser percebido através do olfato, do tato e da apreciação visual ou estética, a partir de uma longa vivência.

Quanto aos conceitos-chaves dessa vertente, podemos afirmar que:

A paisagem torna-se um conceito revalorizado, assim como a região, enquanto o conceito de território tem na geografia humanista uma de suas matrizes. O lugar passa a ser o conceito-chave mais relevante, enquanto o espaço adquire, para muitos autores, o significado de espaço vivido (Corrêa, P. 30).

Outras geografias derivadas surgiram nesse ínterim, contudo, acredito que as principais vertentes estão representadas, mesmo que numa visão panorâmica, nesse arrazoado, portanto nos próximos parágrafos irei me concentrar na explicitação da posição que a presente dissertação se fundamenta, ou buscará se fundamentar.

Para muitos pesquisadores o trabalho do geógrafo consiste em observar um montante de dados aplicando um método específico, quando falo em método entendido enquanto técnica de pesquisa, que asseguraria uma abordagem científica. Para o presente trabalho irei adotar a abordagem dada ao método e a metodologia por Antonio Carlos Robert de Moraes e Wanderley Messias da Costa (1989, p. 27) no Livro Geografia Crítica: A Valorização do Espaço, que o definem de forma distinta e que, apesar da discrição ser longa, acredito ser necessária para o entendimento da questão:

(...). Inicialmente, aponta-se a diferença entre *método de interpretação* e *método de pesquisa*, cuja não distinção é fonte de graves equívocos. O primeiro diz respeito à concepção de mundo do pesquisador, sua visão da realidade, da ciência, do movimento etc. É a sistematização das formas de ver o real, a representação lógica e racional do entendimento que se tem do mundo e da vida. O método de interpretação refere-se, assim, a posturas filosóficas, ao posicionamento quanto as questões de lógica e, porque não dizer de à ideologia e a posição política do cientista. O método é nesse sentido, o elemento de relação entre os vários campos da ciência e de cada um com a filosofia.

Nesse primeiro sentido, método então pode ser definido como ideologia, não no sentido de Marx, que é o de falseamento, mas no sentido atribuído ao termo por Lênin que o define enquanto percepção de mundo. E diferentemente do Positivismo que entendia serem os *métodos de interpretação* pré-noções, pré-juízos, pré-conceitos, aos quais os cientistas deveriam se eximir, era a tão propalada neutralidade. Nessa pesquisa essa metodologia será sempre o ponto de partida.

Quanto à outra definição, vejamos o que nos diz Moraes e Costa (1989, p. 27):

Já o método de pesquisa refere-se ao conjunto de técnicas utilizadas em determinado estudo. Relaciona-se, assim, mais aos problemas operacionais da pesquisa que a seus fundamentos

filosóficos. Pode-se dizer que a utilização de um método de pesquisa não implica diretamente posicionamentos políticos ou concepções existenciais do pesquisador, resultando muito mais das demandas do objeto tratado e dos recursos técnicos de que dispõe.

Dito isso, acredito estar afirmando que o presente capítulo se refere a essa tomada de posição referente aos conceitos da ciência geográfica e, ao mesmo tempo minha posição diante do mundo, ou seja, minha concepção acerca da ciência e suas relações com os processos de transformação que, são inerentes aos processos científicos.

Para o presente trabalho, desenvolvi uma abordagem que parte do pressuposto de que a geografia estuda o espaço, contudo não podemos entender esse conceito enquanto uma totalidade do real que pode ser apreendido, logo, não é objeto da ciência geográfica.

Numa primeira aproximação do conceito de espaço, ao menos de uma que, no meu entender, é a mais didática, vou, utilizar a definição desenvolvida por Carlos Santos (2004), definição que ele irá chamar de extenso, ou seja, “o prolongamento nas coisas de funções organicamente humanas” isso implica em afirmar que o espaço abordado, será um espaço derivado da relação do homem com um suporte preexistente, ou aquilo que normalmente é denominado primeira natureza, que não é, nesse caso, o objeto da geografia humana.

É no processo de transformação dialética que o indivíduo e o grupo, vão moldando a natureza e o próprio homem. Modelando o espaço e construindo significados, o homem atribui valor ao espaço construído, é esse valor, essa adjetivação que se tornará o objeto da observação e da explicação geográfica.

Paul Claval (1987, p. 17) no seu livro a Nova Geografia, parte desse pressuposto para afirmar o objetivo da geografia:

(...). O objetivo da geografia científica é compreender a lógica de todos os ordenamentos provocados pelos milhares de práticas que se sucederam à superfície da terra, apreender os conhecimentos que tornaram possíveis esses ordenamentos e as condições em que foram realizados.

Nessa abordagem, o espaço é entendido como o resultado dos processos sociais, mas, um resultado que, influência de forma significativa os próprios processos sociais numa relação dialética sem, contudo, cair nos determinismos naturais tão

combatidos. Essa relação entre as instâncias sociais são no meu entender os fixos e os fluxos aos quais, Milton Santos se refere e que, posteriormente irei abordar.

Em vários livros Milton Santos define o espaço geográfico enquanto uma instância e que como qualquer instância só tem sentido na medida em que se relaciona com as demais instâncias, a econômica, a Política, a Social e a Ideológica. Nesse sentido é que o espaço ganha papel de influenciador dos processos sociais.

No livro Espaço e Método, Santos (1982, p. 01) caracteriza essa instância da seguinte forma:

Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele *contém* e é *contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o *contém* e é por ele *contida*.

No livro Espaço e Sociedade, essa percepção do espaço enquanto contido e contendo as demais instâncias da sociedade é explicitado da seguinte maneira:

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que, essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (1979, p. 18).

Com essas duas citações espero ter evidenciado minha tese de que o espaço é construído nas e pelas relações sociais, é ao mesmo tempo influenciado e influenciador desses mesmos processos. Isso aplicado aos espaços urbanos, por exemplo, nós veremos que o lugar recebe pressões exógenas que Santos denomina de fluxos, mas que, resiste, readapta em função dos vários fixos: elementos culturais, ideológicos e práticas preestabelecidas.

O espaço nessa perspectiva é um conjunto de sistemas: de objetos e de ações com categorias analíticas internas, entre elas estão: a paisagem, a configuração do território, a divisão social do trabalho, o espaço produzido e/ou produtivo etc., na perspectiva que estou desenvolvendo a geografia não teria então que estudar objetos, mas a relação entre eles, os processos existentes que darão à configuração histórica e geográfica de cada contexto social.

Como afirmara inicialmente a presente dissertação irá desenvolver o estudo dos Patrimônios Históricos e a relação deles com a modelagem espacial no município de Porto Velho, via elaboração de Políticas Públicas. Disse ainda, que, essa temática parece muito mais afeita ao temário das ciências humanas em geral que da Geografia, e que, o desafio desse capítulo seria o de espacializar, por assim dizer, a temática.

De antemão já sabemos que os espaços são construções humanas, decorrentes das relações sociais, e que nessas relações sócio-espaciais os homens constroem objetos que são extensões de seus corpos, ou numa definição mais precisa, são próteses, que possibilitam a produção e a reprodução dessas condições de existência.

Sabemos também que esses processos de produção de próteses são determinados pelo modo de produção historicamente dominante e, ao falarmos em modo de produção estamos nos referindo ou a processos produtivos onde o resultado do processo é apropriado por toda coletividade ou, onde alguns poucos se apropriam do resultado da produção.

Sendo assim, estou me referindo às relações de classes, relações extremamente contraditórias e produtoras de espacialidades. Se nos reportarmos ao modo de produção capitalista, e de modo especial o capitalismo expansionista e globalizador que, buscando ampliar seus lucros gera impulso transformador nos locais e nas regiões.

Em síntese, posso afirmar que, esses processos de produção de próteses, espacialidades, são distintos no espaço-tempo, assim como distintas são as formas de apropriação/distribuição das mesmas. Contudo, cada prótese é portadora de uma historicidade, e em cada formação social encontraremos vários subsistemas de próteses. O patrimônio histórico é nesse contexto uma prótese passada que em contato com as próteses modernas dará a formação espacial atual de cada localidade.

Milton Santos (1986, p. 138) em *Por uma Nova Geografia* discute esse assunto da seguinte forma:

O espaço portanto é um testemunho; ele testemunha um *momento* de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente a mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas.

Mais adiante, o mesmo autor citando Feuerbach que se pronuncia sobre essa questão, diz:

O homem trabalha sobre herança. Feuerbach escreveu que ‘a soma das forças produtivas, dos capitais investidos, e das relações sociais encontrados por cada indivíduo ou cada geração é um dado já existente’ e como tal deve ser considerado (1986, p. 139).

Os patrimônios históricos seriam então técnicas e/ou tecnologias, próteses de outros períodos históricos e que, tanto podem se constituir enquanto empecilho às novas formações espaciais ou mesmo gerar espacialidades e técnicas distintas das novas, tal qual elas se apresentaram nesse contexto.

O patrimônio é então uma *rugosidade*, que é definido como sendo formas e funções remanescentes de outros períodos e que, em relação com as formas e funções atuais, atuam sobremaneira na determinação das sociabilidades e no próprio processo de construção espacial.

Em *Por Uma Geografia Nova*, Santos (1986, p. 138) se reporta às rugosidades da seguinte maneira:

(...). As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizado. Assim, o espaço, espaço-paisagem, é o testemunho de um momento de um modo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo.

As rugosidades no dizer de Santos são: “inércia dinâmica”. Inércia porque é o resultado da técnica antiga, plasmada em uma forma; e dinâmica porque exerce sobre as novas tecnologias forças de resistências e de adaptação o que acaba resultando em formatações ou modelagens complementemente diversas.

Assim, compreendendo os patrimônios históricos como técnicas e/ou próteses extensivas ao homem, podemos com Santos (1999, p. 40) em *A Natureza do Espaço*, afirmar que:

O uso dos objetos através do tempo mostra histórias sucessivas desenroladas no lugar e fora dele. Cada objeto é utilizado segundo equações de originadas em diferentes escalas, mas que se realizam num lugar, onde vão mudando ao longo do tempo.

Assim, a maneira como a unidade entre tempo e espaço vai dando-se, ao longo do tempo, pode ser entendida através da história das técnicas: uma história geral, uma história local.

Nessa citação fica evidente que a técnica é o elo entre o tempo e o espaço, é ele que fornece o amalgama que unifica e torna cognoscíveis essas categorias do real. Faz-se necessário elucidar, mais uma vez que, o que estamos elegendo como objeto não é a historicização da técnica, tampouco do lugar, mas as relações existentes entre eles no sentido de gerar espacialidades completamente distintas.

Há alguns parágrafos fiz referências aos fixos e fluxos aos quais, Milton Santos se reporta em várias de suas obras e que aqui pretendemos utilizar. É que entendo os patrimônios históricos como fixos: elementos herdados que contribuem para a constituição dos lugares.

Vejamos a definição dada por Santos (1999, p. 50):

(...). Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais e redefinem cada lugar.

Como as pessoas atuam no lugar, ao atuarem acabam por impetrarem modificações no próprio suporte que é o lugar, essas modificações atuam sobremaneira sobre o próprio ser humano numa relação dialética criando e recriando este ser e o lugar. E é esse processo que se torna objeto da Geografia.

Para Santos (1999, p. 50) essa relação expressa à realidade geográfica:

Fixos e fluxos juntos, expressam a realidade geográfica e é desse modo que conjuntamente aparecem como um objeto possível para a geografia. Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos.

No mundo capitalista moderno, onde as técnicas são cada vez mais prementes como estratégias de sobrevivência do sistema, que tem de reduzir custos e o faz eliminando a força de trabalho humano através da incorporação de novas tecnologias, tornando assim as realidades cada vez mais artificiais como diz Santos (1999, p. 51):

O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e seus habitantes.

Percebo que os patrimônios históricos são, em muitos casos, artificialidade construídas, mas que se apresentam como força que se contrapõem as artificialidades exógenas e que dessa relação derivarão novas espacialidades e que esses processos são por sua própria constituição objetos histórico-geográfico.

III - OS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO EM PORTO VELHO - RO

O interesse em conhecer e atuar sobre a cidade deriva do fato de ser ela o lugar onde vive parcela crescente da população. Mas também de ser o lugar onde os investimentos de capital são maiores, seja em atividades localizadas na cidade, seja no próprio urbano, na produção da cidade. E mais: de ser o principal lugar dos conflitos sociais.

Roberto Lobato Corrêa

O presente capítulo se propõe discutir os vários processos de urbanização ocorridos no município de Porto Velho, desde a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré em 1907 até os dias atuais. Sei que, do ponto de vista de uma abordagem científica, o corte temporal se insinua bastante longo, pois percorre algo em torno de um século, contudo minha pretensão é contextualizar e historicizar os quatro patrimônios tombados pela municipalidade e aprofundar as análises dos múltiplos urbanismos ocorridos nesse município.

Para iniciar a reflexão faz-se necessário definir o que estou denominando como urbanização, já que esse conceito é polissêmico e, por sua vez passível de múltiplas interpretações, além de que, a urbanização ou o urbano se apresenta também como um *corpus* que pertence a vários ramos do conhecimento: Geografia, Sociologia, Economia, História, Arquitetura, Linguística, Antropologia etc., e de ser objeto da política e do planejamento estatal.

Para a maioria dos estudiosos, a urbanização enquanto fenômeno se materializa com o surgimento da cidade, assim a define Maria Encarnação B. Sposito (2001, p. 11) no livro *Capitalismo e Urbanização*, pensando nos múltiplos papéis desempenhados por ela no decorrer da história:

A urbanização como processo, e a cidade, forma concretizada desse processo, marcam tão profundamente a civilização

contemporânea, que é muitas vezes difícil pensar que em algum período da história as cidades não existiram, ou tiveram um papel insignificante.

É um consenso entre os estudiosos que, aproximadamente cinco ou seis mil anos atrás, as condições para a primeira urbanização tenha se dado na região do crescente fértil, ou seja, na região do Egito e da Mesopotâmia, hoje Iraque. Essas condições estão associadas ao desenvolvimento da técnica e por consequência da agricultura e da criação, enfim dos processos de sedentarização da humanidade.

Só o crescimento da agricultura e a domesticação de animais poderão propiciar o deslocamento de um contingente de pessoas das atividades produtivas para atividades improdutivas, ou seja, com a produção de excedente, vários trabalhadores vão sendo deslocados para outras atividades que não a produção direta de alimentos, os soldados responsáveis pela segurança do excedente e dos demais membros da comunidade, os religiosos, e por fim os membros responsáveis pela organização da produção e da própria sociedade.

Daí decorre uma separação que perdurará por muitos séculos e que foi um dos elementos caracterizadores da urbanização: a separação entre campo e cidade. Entendendo que, o campo era o local da produção e a cidade o local da política, do culto, portanto do ócio. Desde o período da sedentarização, até o século XIX a produção é caracterizada pelo valor de uso, ou seja, o produto ainda não fora transformado em mercadoria, permanecendo o homem, do ponto de vista da relação com a natureza, numa grande harmonia, no que pese o desenvolvimento da técnica.

Muitas são as especulações sobre o surgimento da cidade, alguns acreditam que elas nasceram ao redor do mercado, outros atribuem o surgimento das cidades ao aparecimento do Estado, essa é a opinião desenvolvida por Paul Singer (1998, p. 11) no livro Economia Política da Urbanização, onde diz:

(...). Mas a cidade comercial pressupõe, para que possa surgir, outro tipo de cidade, que assegure as caravanas de mercadores contra o roubo e os mercadores individualmente contra a fraude. A cidade comercial é fruto, portanto, de uma cidade estado, que domina um certo território, dele extraindo um mais-produto que possa ser trocado por outro mais-produto de outros territórios.

Essa também é a opinião de Henri Lefebvre, para o qual, essa primeira cidade é uma cidade política, na medida em que é o centro administrativo, onde habita o

escriba, o príncipe, os sacerdotes e os guerreiros, a cidade é, nesse sentido, inteiramente ordem e ordenação, poder. Por consequência, implica a troca, mesmo que numa economia natural, trocas que são fundamentais para o abastecimento das demandas geradas pelo processo de urbanização. Lefebvre (1999, p. 21), no livro *A Revolução Urbana*, afirma:

(...). A cidade política administra, protege, explora um território frequentemente vasto, aí dirigindo os grandes trabalhos agrícolas: drenagem, irrigação, construção de diques, arroteamentos etc. Ela reina sobre um determinado número de aldeias. Aí, a propriedade do solo torna-se propriedade eminente do monarca, símbolo da ordem e da ação. Entretanto, os camponeses e as comunidades conservam a posse efetiva mediante o pagamento de tributos.

Daqui se deduz que o processo de urbanização está intimamente relacionado ao desenvolvimento dos processos produtivos e, por consequência ligada ao desenvolvimento da técnica e da divisão social do trabalho. Observemos que com o aparecimento das cidades e sua forma de se relacionar ao campo, reflete essa divisão, cabendo aos primeiros o mando e aos segundo a efetiva produção para o sustento dos demais.

Nesse processo de urbanização, que se inicia com a revolução agrícola, onde a técnica sobrepõe e domina a natureza, um outro processo também irá ocorrer, qual seja: a própria modificação do homem. Sposito (2001, p. 12) citando Munford afirma:

(...) essa revolução agrícola não poderia ter ocorrido sem a domesticação do próprio homem, que passou a ter que se ocupar permanentemente de uma área, e acompanhar todo o ciclo de desenvolvimento natural de animais e produtos agrícolas.

Jaime Pinsky (1987, p. 47) ao estudar a “As Primeiras Civilizações” também discute esse aspecto da relação entre o homem, à natureza e a cidade, bem como o processo de constituição do próprio homem, e diz:

Há aí uma relação: invenções e descobertas são pré-condições para a organização social do tipo urbano, que por seu lado provoca novas descobertas, através do processo de exploração e adequação ao meio ambiente.

A cidade não apenas decorre de um determinado grau de desenvolvimento das técnicas e do conhecimento humano, em geral. Ela também impele a espécie humana a crescer.

Essa relação dialética será o motor de todo o processo de desenvolvimento das relações de produção, bem como irá demandar outros processos de urbanização, de tal forma que a cidade é constituída de várias camadas, passadas e presentes que apontam para o futuro. Dentro dessa perspectiva é que se formarão os impérios, ou seja, o fortalecimento do comércio irá propiciar a formação de uma malha, uma rede de intercomunicação entre as várias cidades.

O modelo de cidade política, que tinha no Império Romano seu maior expoente entra em crise com a falência do modo de produção escravista, e com as denominadas invasões bárbaras e, se agravará com a expansão do Islã e o fechamento de algumas rotas comerciais. Na realidade estamos falando de um processo de retrocesso em relação às cidades e, da formação dos feudos, retrocesso na medida em que o feudo é de certa forma uma unidade autônoma e não se coloca em sistema de redes urbanas.

Sposito (2001, p. 26) define assim esse contexto:

Esse processo de desagregação da rede urbana européia, diminuição de cidades e desaparecimento de outras, que se deu a partir do século V, acentuou-se sobremaneira, quando, no século VII, a expansão islâmica interrompeu o comércio dos cristãos através do Mediterrâneo.

Nessa citação fica evidente que o papel antes desempenhado pelas cidades deixa de existir temporariamente, ou seja, elas deixam de ser o centro administrativo, polo irradiador de comércio, de núcleo gerador de relações de exploração assentados quer na apropriação do excedente de forma direta ou indireta através dos tributos.

Nesse contexto teremos o domínio da produção agrícola e da auto-suficiência econômica, em vários locais do ocidente o comércio foi reduzido a praticamente nada. Ocorreu uma migração do poder dos reis e dos príncipes que passam para a mão dos proprietários de terras mais conhecidos como senhores feudais. Sposito (2001, p. 27) define esse período da seguinte forma:

Nessa perspectiva, a nova economia quase exclusivamente agrícola, e assentada territorialmente no feudo, tem sua produção realizada com base na instituição social da servidão,

facilitada pela condição de não-proprietários, e portanto de servos, da maior parte da população camponesa.

Para alguns historiadores as poucas cidades existentes no período feudal ou eram cidades episcopais ou burgos. As cidades episcopais eram centros religiosos ligados aos bispados ou abadias e que cobravam tributos pelo uso das terras pertencentes à igreja. Já os burgos eram pontos fortificados que serviam de abrigos para senhores feudais e servos, normalmente eram murados e cercados por fossos.

É aí, no interior desses burgos que a produção artesanal e o comércio, mesmo que de forma incipiente, ganharam contornos e significação provocando o renascimento da cidade e novas formas de articulação do espaço urbano. Esse novo processo de urbanização será impulsionador e impulsionado pela urbanização. Nessa fase tivemos as cidades crescendo no entorno dos centros comerciais.

Esse movimento foi acompanhado pelo renascimento do comércio, em virtude do crescimento da produção de manufaturas, que gerou a acumulação de capitais necessários ao processo de industrialização, e propiciou o surgimento de novas formas de organizar a produção.

A cidade, então, deixou de ser o local da exploração do campo para se tornar em centro de produção, ou seja, novas relações estão sendo definidas, conforme nos diz Singer (1998, p. 14):

A transformação da cidade em centro de produção (e não só de exploração do campo) só pode resultar de luta de classes entre senhores e servos ou patrícios e plebeus, no curso do qual ambos os lados se redefinem, definindo o conjunto de suas relações.

Esse período foi caracterizado pela expansão da produção, pela busca de novos produtos, pela construção de novos mercados consumidores, enfim é marcado pela mudança de mentalidade no tocante ao lucro, a própria forma da terra e, o mundo começa a se tornar menor em virtude da aproximação nunca antes imaginada entre os lugares, condição necessária para a distribuição da produção.

Para Singer (1998) e Sposito (2001), esse momento é caracterizado pela revolução da manufatura que se dá fora da cidade e contra a cidade isso porque a burguesia mercantil encontrava uma dupla resistência: uma dos senhores feudal e outra

das corporações de ofícios, uma por impor o monopólio alimentar e a outra por impor o monopólio sobre a produção de manufaturas respectivamente.

A saída para tal situação será política. Isso porque como disse anteriormente, com o advento do feudalismo ocorre também à fragmentação do poder, na medida em que ele está nas mãos dos senhores de terras e, os príncipes ficam restritos a poderes simbólicos, então a burguesia vai encontrar no fortalecimento desses príncipes a saída para expandir seus negócios sem os entraves dos privilégios da aristocracia e os entraves das corporações de ofícios, dando início também a forma de uma rede urbana, iniciada com as navegações marítimas.

Esse fenômeno de constituição de cidades em virtude do mercado e da mercadoria, da ruptura com a dependência do campo é, até então, eminentemente ocidental. Essa cidade organizada em torno do mercado suplanta a cidade organizada em torno da praça enquanto local de reunião de deliberação. Lefebvre (1999, p. 22) diz que a arquitetura traduz essa nova concepção de cidade: “(...). O espaço urbano torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca. Ele se ornamenta dos signos dessa liberdade conquistada, que parece a liberdade”.

A cidade decorrente da produção de manufaturas, apesar de se constituir diferentemente da cidade política, cujo maior expoente foi o Império Romano, mantém características ainda bastante limitada, pelo próprio caráter da manufatura e das corporações de ofício, então é possível afirmar que essas cidades ainda têm características bastante limitadas, ou seja, ainda são bastante fechadas.

É a partir da Revolução Industrial que a cidade ganhara o perfil que, segundo Lefebvre, perdurará até a década de setenta do século XX, ou seja, a cidade será o lugar da produção e da troca e toda uma rede de cidades serão criadas para dar vazão para esse comércio e essa mercadoria. Se antes falávamos em valor de uso, os produtos só tinham o valor conferido pela utilização, daqui por diante, eles terão além do valor de uso, o valor de troca.

A aglomeração nas cidades será num primeiro momento necessário ao processo produtivo, daí as várias expulsões de camponeses para os centros urbanos e, se a nova indústria buscava matéria prima e condições de produção adequada, buscava também exército de mão de obra para manter a realização da mais-valia que ocorria na própria produção.

Refletindo sobre esse aspecto da questão, Paul Singer afirmará (1998, p. 15 e 16):

(...). Nestas condições, a proximidade entre produtores e consumidores, propiciada pelo convívio urbano, reúne num mesmo mercado uma considerável massa populacional, cuja demanda permite a multiplicação das atividades especializadas. O efeito sobre o desenvolvimento das forças produtivas é tão ponderável que é lícito se pensar numa ‘revolução urbana’ num sentido análogo ao da revolução industrial.

Então, quando se está falando em urbanização, não estou simplesmente falando da formação da cidade, nem tampouco da formação das metrópoles ou das conurbações, estou aludindo aos vários processos sociais engendradores e engendrados pela e na cidade. A própria formação de novas classes sociais, como a burguesia e por consequência o proletariado, a expulsão dos camponeses de suas terras não é somente um processo que visa à criação de ovelhas para abastecer a indústria têxtil, é também um processo de expropriação dos instrumentos de trabalho, e de transformação desse produtor autônomo em fornecedor de força de trabalho, em assalariado.

Não dá, também, para afirmar qual desses processos vem primeiro, ao que tudo indica ocorre uma conjunção de fatores que são causas e efeitos dos processos sociais. Na medida em que o produto é transformado em mercadoria, além do valor de uso, incorpora o valor de troca, e em tese todos esses processos teriam como objetivo a satisfação das necessidades humanas, qual sejam, a da manutenção e reprodução da espécie.

Na medida em que as relações de produção se tornavam complexas, a cidade e por consequência as relações sociais geradoras desses espaços que são as cidades também se tornavam cada vez mais complexas. As cidades que eram o local privilegiado para a política, depois para a produção e consumo das manufaturas, passarão a ser também realizador de lucro, o que interferirá sobremaneira nos processos de produção e reprodução do sistema como um todo.

Sposito (2001, p. 51) faz alusão a esse processo, vejamos:

(...). A indústria provoca um impacto sobre o urbano. Poderíamos pensar, à primeira vista, que o desenvolvimento industrial a partir da Revolução Industrial constitui-se apenas no reforço do papel produtivo assumido pela cidade com o capitalismo comercial, que permitiu as produções artesanais e manufatureiras. Em parte o processo é este, mas ao mesmo tempo ele é contraditório, porque ao acentuar o papel produtivo das cidades, transforma a própria cidade.

O processo produtivo nos moldes capitalista necessita como forma de baratear o produto final e eliminar a concorrência, incorporar novas tecnologias ao processo produtivo, isso irá provocar um crescimento exponencial da produção, o que requererá uma consequente ampliação do mercado consumidor, porque essa produção acabará por saturar o mercado interno e terá de buscar novos consumidores.

Como resultante desse processo que temos não só uma divisão social do trabalho como, podemos afirmar que ocorreu uma divisão mundial do trabalho. É, portanto, nesse cenário que entraremos nos processos urbanos em Porto Velho.

Uma discussão intrínseca a questão da urbanização é relacionada à modernidade. Se observarmos atentamente, desde as primeiras civilizações até os dias atuais e, principalmente na Amazônia, urbanizar é modernizar, é submeter à floresta ou a natureza e, essa submissão se dá através da transposição de tecnologias para submeter os rios, as várzeas, as florestas aos caprichos da produção e da troca, e no caso da região norte, das trocas já nos marcos da construção ou consolidação do capital.

A cidade de Porto Velho tem sua história associada à construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Esse empreendimento se insere no contexto de saturação/expansão deste que foi o grande símbolo da segunda Revolução Industrial: o trem. Para a historiografia existem no mínimo duas revoluções industriais, a primeira que seria caracterizada pela expropriação da terra e dos instrumentos de trabalho e a aglomeração dos trabalhadores, ao qual já fiz alusão, e pelo uso da energia humana como motor da produção e a segunda que seria marcada pelo uso de energia fósseis: carvão, petróleo etc., e pelo surgimento da indústria pesada.

A área que hoje compreende o Estado de Rondônia foi conquistada no século XVII e, foi obra dos bandeirantes que estavam em busca de metais preciosos. É que, nesse período, a riqueza de uma nação era mensurada pela quantidade de metais preciosos em suas reservas. Contudo, a efetiva colonização só irá ocorrer a partir do final do século XIX e início do século XX, a primeira em virtude da extração do látex e a segunda em função da construção da ferrovia.

Em ambos os casos, os fatores para que tal ocupação se efetuassem não é determinado por forças endógenas, aqui entendidas enquanto uma conjuntura interna, local ou nacional, a determinação é exclusivamente exógena. A borracha produzida na região atendia a demanda da indústria pesada, principalmente a de automotores que tem suas sedes em países europeus ou norte americano.

Vale salientar que fora montada pelas indústrias de pneus e automobilística uma série de empreendimentos na Amazônia que visavam baratear os custos da produção tais como o desenvolvimento de mudas resistentes a determinadas pragas, a racionalização da produção etc., todos esses empreendimentos criaram núcleos que posteriormente se tornariam centros urbanos. Em outras palavras, esses empreendimentos já traziam consigo os elementos da urbanização.

Um desses empreendimentos ocorreu no Pará e ficou conhecida como Fordlândia, foi um empreendimento que ocorreu em virtude da formação de um quartel da borracha no sudoeste asiático que ameaçava os investimentos da indústria automobilística norte-americana. Henry Ford faz um investimento em terras no Brasil no valor de 125 mil dólares (Warren Dean, 1989).

Esse empreendimento, dentre vários, outros fartamente registrados pela literatura especializada no assunto, vai gerar toda uma migração à Amazônia e provocar a efetiva ocupação do território. Para se ter uma idéia do fenômeno migratório, Warren Dean (1989, p. 72) no livro: *A Luta Pela Borracha no Brasil* nos dá a dimensão desse empreendimento do ponto de vista dos recursos humanos disponibilizados:

As exigências em trabalho desse sistema de coleta eram, a longo prazo, mais onerosas do que as plantações. Em 1910 a extração da borracha empregava cerca de 150 000 trabalhadores em extração e transporte, comparados aos 240 000 seringueiros da Malásia, mas o rendimento potencial dos últimos em plantações adultas era pelo menos três vezes maior que o dos brasileiros.

Nessa mesma obra Dean (1989, p. 113) nós relata os embaraços causados por esse tipo de investimento, e as várias concessões efetuadas pelo Estado que passa a atuar como um elemento ativo nos processos de ocupação e sobremaneira nos setores da economia que serão desenvolvidos:

A concessão da Ford, logo conhecida por sua denominação popular – Fordlândia –, foi, a princípio, fustigada por imensas tempestades políticas. Sua vastidão – um milhão de hectares –, sua isenção de impostos por cinquenta anos e seu direito indiscriminado de jurisdição interna alimentaram sentimentos nacionalistas e embaraçaram o governo estadual.

O fluxo migratório para a região no período compreendido entre o final do século XIX já é significativo em função da extração do látex, Fonseca e Teixeira (1998)

chegam a afirmar que em 1886 a população do Vale do Madeira era de 40.000 habitantes, saltando para 70.000 habitantes em 1895, como se pode perceber quase que a população dobra em apenas nove anos.

Quando entramos propriamente na construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, vamos perceber o entrelaçamento de interesses: de um lado o capital externo que abarrotado/saturado da produção de trilhos e trens ingere nas questões de Estado para viabilizar sua expansão, o Estado ora combinando seus interesses com a iniciativa privada, ora atuando como um ente independente e, por fim, os interesses dos trabalhadores migrantes.

A construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, esteve ligada diretamente a saga da borracha, ela é resultante de um tratado de 1903, entre Brasil e Bolívia, o Tratado de Petrópolis. Mas, a presença dos interesses estrangeiros na região data de 1868, quando o governo boliviano outorga ao engenheiro norte-americano George Earl Church a concessão para organizar uma empresa de navegação capaz de ligar o rio Mamoré ao rio Madeira, a partir dessa concessão foi criada a National Bolivian Navigation Company, com recursos capitados em Londres.

A idéia inicial era a da construção de um canal que fizesse a ligação entre os dois rios, contudo os banqueiros exigiram que o canal fosse substituído pela construção de uma estrada de ferro, que contou com capital inicial de dois milhões de libras esterlinas.

Como se não bastasse à ingerência do capital externo na determinação do instrumento de ligação entre os rios Mamoré e Madeira, os banqueiros indicaram também a construtora encarregada da obra, conforme Emanuel Pontes Pinto (1993, p. 73) no livro *Rondônia Evolução Histórico: Criação do Território Federal do Guaporé, Fator de Integração Nacional*:

Os banqueiros londrinos que mobilizaram os recursos financeiros indicaram a empresa inglesa Public Works Construction Company para ser a empreiteira da construção da ferrovia. Dois engenheiros dessa firma foram designados em 1871 para acompanhar Church na inspeção que ele ia realizar pelo território onde a ferrovia seria assentada.

O fato é que até a assinatura do referido tratado, duas empresas e duas tentativas fracassadas da construção da estrada de ferro que transporia o trecho

encachoeirado do rio Madeira tinham se sucedido. Nesse intervalo de tempo a extração do látex se expande para além do território brasileiro.

Em busca do precioso leite, os seringueiros brasileiros começaram a adentrar pelos rios Iaco, Tarauacá e Juruá no território acreano até então pertencente à Bolívia. Esse território era detentor de uma seringa nativa de melhor qualidade que as brasileiras, essas entradas dos brasileiros nas áreas pertencentes a país vizinho ocorre sem encontrar grandes resistências por parte do Estado boliviano.

O resultado desse imbróglia foi a confecção do tratado de Petrópolis que em seu artigo VII, determinou que o Brasil obriga-se a construir em seu território num prazo de quatro anos uma ferrovia ligando o porto de Santo Antônio no rio Madeira até Guajará-Mirim no Mamoré.

A licitação para a construção da estrada de ferro foi ganha pelo engenheiro Joaquim Catranby, que no mesmo ano fez o repasse do contrato para a empresa norte-americana The Madeira-Mamoré Railway Company, constituída com o objetivo de conseguir essa concessão. O dono dessa empresa era o engenheiro Percival Farquhar empresário norte-americano que desde o início do século XX assume várias concessões públicas no Brasil, que foram conseguidas através de pressões ou influência política, de tal forma que:

Por volta de 1912 o grupo Farquhar controlava, em todo o Brasil, companhias que exploravam concessões de portos, ferrovias, bondes, iluminação e energia elétrica, gás, serrarias, fazendas de gado, frigoríficos e hotéis. Tal apetite empresarial impulsionou uma forte campanha nacionalista, que explorava o temor do controle da economia nacional pelo capital estrangeiro. As campanhas em jornais, nas quais participaram, entre outros, Alberto Torres (1865 – 1917), fortaleceram o movimento em prol da estatização das ferrovias e da lei antitruste, além de incrementar o receio em relação ao ‘imperialismo ianque’ (Teixeira e Fonseca, 1998, p. 138).

Para dar consecução ao empreendimento, vários trabalhadores foram contratados em várias partes do mundo, isso se deve ao fato da mão de obra existente na região, ser insuficiente para a extração do látex, principal atividade econômica do período, e não estar disponível para outras atividades produtivas. Além dos caribenhos já habituados as intempéries da região tropical, vieram italianos, norte-americanos, ingleses, gregos, portugueses, espanhóis, hindus etc.

O início da ferrovia não ocorreu como previsto na cláusula VII do Tratado de Petrópolis, já aludida nesse texto, e por vários fatores o local da obra é deslocado de Santo Antônio do Rio Madeira para um ponto situado alguns quilômetros abaixo denominado Porto Velho, em outras palavras migra do estado do Mato Grosso para o estado do Amazonas.

Essa mudança do ponto de início da construção da ferrovia vai provocar a decadência de Santo Antônio e a construção na floresta de uma cidade que nasce com características urbanas para época, ao menos de forma embrionária traz esses elementos. Aqui estamos falando das relações sociais típicas e também de toda a infra-estrutura própria as grandes cidades.

No centro da cidade ficavam as edificações de uso industrial e também as residências, alojamentos, a usina de eletricidade, sistema de telefonia, captação de água, hospital, porto e duas fábricas: uma de biscoito e outra de gelo, e nos arredores desse centro ficava o restante da urbe, separados pela Avenida Divisória.

Vejamos a descrição do local nas linhas de Teixeira e Fonseca (1998, p. 144 e 145):

(...). Onde hoje é a Jônatas Pedrosa surgiu a linha da palha, constituída de edificações de material precário, cobertas com palha, que aglutinou aqueles que não eram funcionários da ferrovia e pequenos comerciantes. Ao redor surgiu o que hoje é o centro da cidade e com o tempo, seus primeiros bairros: Baixa União (Triângulo), Mocambo e Favela, mais tarde o Caiari, a Arigolândia e o Olaria.

O que convém salientar é que o modelo de desenvolvimento aplicado em Porto Velho, como em toda região amazônica, estava voltado para a realização do capital e dos interesses externos, e isso implica em afirmar o desprezo pelas tecnologias desenvolvidas pelas comunidades primitivas ao longo de séculos. Desde o surgimento do urbano na região, o modelo adotado contraria os indicativos de Bertha Becker (1976, p. 140) em seu artigo: A Propósito de um Modelo de Ocupação Racional da Amazônia aponta para um modelo de colonização e de formação urbana por consequência, diferenciada, e afirma que:

Ao que tudo indica, portanto, a concepção de um modelo de ocupação racional da Amazônia implicaria no desenvolvimento de uma tecnologia nacional capaz de integrar os eficientes da exploração da sociedade moderna extra-regional com os modos

de exploração primitivos, mais profundamente adaptados ao ambiente, utilizados pelas populações locais, que constituem patrimônio cultural que cumpre preservar e utilizar.

Porto Velho nasceu então, inserido numa rede urbana. Isso se deve ao fato de sua produção está voltada para o atendimento das necessidades da indústria, no caso específico a borracha, produção que era financiada pelo capital externo. A cidade surgiu da criação de infra-estrutura para facilitar o escoamento da produção de matérias primas até os mercados consumidores, ao mesmo tempo em que se transforma em um mercado consumidor de produtos industrializados.

Estou utilizando a definição do conceito de rede urbana dada por Roberto Lobato Correia, que parte do pressuposto que esse conceito pode e deve ser empregado aos países subdesenvolvidos desde que atenda alguns pré-requisitos constantes em sua obra: A Rede Urbana, e que no meu entender são atendidas no caso de Porto Velho. Vejamos o que diz Correia (1989, p. 06 – 07):

(...). Admitimos a existência de uma rede urbana quando, ao menos, são satisfeitas as seguintes condições. Primeiramente haver uma economia de mercado com uma produção que é negociada por outra que não é produzida local ou regionalmente. Esta condição tem como pressuposto um grau mínimo de divisão territorial do trabalho. Em segundo lugar verificar-se a existência de pontos fixos no território onde os negócios acima referidos são realizados, ainda que com certa periodicidade e não de modo contínuo. Tais pontos tendem a concentrar outras atividades vinculadas a esses negócios, inclusive aqueles de controle político-administrativo e ideológico, transformando-se assim em núcleos de povoamento dotados, mas não exclusivamente, de atividades diferentes daquelas da produção agropecuária e do extrativismo vegetal: comércio, serviços e atividades de produção industrial. A terceira condição refere-se ao fato da existência de um mínimo de articulação entre os núcleos urbanos anteriormente referidos, articulação que se verifica no âmbito da circulação, etapa necessária para que a produção exportada e importada se realize plenamente, atingindo os mercados consumidores.

Com a crescente produção do sudeste asiático, que mantinha uma produção racionalizada, e a criação da borracha sintética, a produção gomífera da Amazônia entra em crise até a década de 40 do século XX, quando da Segunda Guerra Mundial, ocorre o corte do abastecimento da Malásia, e os governos brasileiro e norte-americano assinam os acordos de Washington visando o aumento da produção da borracha amazônica e o subsequente fornecimento aos mercados norte-americanos.

Esse período que marca o intervalo da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré até os acordos de Washington, ocorre um refluxo populacional e da economia, as atividades produtivas estão voltadas ao abastecimento da demanda local, isso no que diz respeito a gêneros de primeira necessidade.

Esse intervalo significou também a ruptura com o sistema de barracão ou o sistema de aviamento, tão comum nesse primeiro ciclo da borracha e que submeteu as populações a um sistema de dependência; com a queda do consumo externo os seringalistas foram obrigados a estabelecer outras estratégias produtivas o que para os trabalhadores foi inegavelmente melhor que o anterior.

Abordando essa questão Carlos Walter Porto Gonçalves (2008, p. 92), no livro *Amazônia, Amazônias*, afirma:

Para manter esses seringais, os novos gerentes e administradores se viram obrigados a fazer uma série de concessões aos seringueiros para mantê-los dentro da floresta. A prática da agricultura, por exemplo, passou a ser tolerada, até porque não havia como garantir mais o abastecimento dos seringais com as importações do exterior. Uma espécie de substituição de importações começa a ser posta em prática nos espaços dos seringais. (...).
(...). A diversificação produtiva levou a que a alimentação melhorasse de qualidade e vamos começar a observar os índices de doenças e de mortalidade caindo na Amazônia com a crise dos seringalistas e das casas aviadoras. Assim temos o paradoxo de que se viveu muito melhor na Amazônia com a crise dos padrões seringalistas e do sistema de aviamento a que estavam associados. (...).

Esse ritmo marcará a trajetória de Porto Velho até a década de setenta do século passado. Nas décadas de quarenta e posteriormente na de sessenta teremos alguns fluxos migratórios em virtude da borracha e da cassiterita. Em ambos os casos, teremos um incremento na economia e um crescimento demográfico, mas é a partir dos anos setenta que Porto Velho baterá todos os recordes de crescimento populacional em decorrência do fluxo migratório.

A partir do início da década de 60 começou uma nova onda migratória, composta por garimpeiros, em busca da cassiterita, reaquesecendo a economia do Território. A importância do extrativismo mineral fez com que o governo federal criasse a Província Estanífera de Rondônia, que abrangia também parte do Acre, Amazonas e Mato Grosso.

Em 1970, através de portaria, o Ministro das Minas e Energia proibiu a garimpagem manual, sob o argumento de ser predatória, (...) (Teixeira e Fonseca, 1998, p. 169).

O garimpo de cassiterita era tão importante para a região que o fechamento provocou o fortalecimento da oposição ao regime militar, no âmbito local, na época o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e posteriormente culminou na eleição do seu maior expoente como primeiro prefeito de Porto Velho e também primeiro governador eleito do Estado de Rondônia.

Mais uma vez observamos a ingerência do capital externo no fechamento do garimpo manual de cassiterita, percebemos também que a proposição de que o município se integrava a uma rede urbana que envolvia grandes interesses nacionais como também do capital externo. “Dentre os grupos econômicos transnacionais beneficiados pela proibição do garimpo manual de cassiterita destacam-se: Brumadinho, Patino, Brascan e Paranapanema” (Teixeira e Fonseca, 1998, p. 170).

Até a década de setenta teremos uma colonização e por consequência uma urbanização marcada exclusivamente pelo extrativismo mineral e vegetal subordinado aos interesses do capital externo e geradores de núcleos populacionais, que acabavam por subordinar todo o processo produtivo, através da distribuição e do consumo via importação.

Durante o período de 1970 até o final da década de oitenta temos um forte fluxo migratório para Rondônia, e Porto Velho acabou sendo o principal destino desses migrantes que vinham, ou diretamente do campo, ou expulsos dos centros industriais do país e da mecanização da agricultura em algumas cidades do sul e sudeste do país. Essa migração se diferencia das anteriores por ter características agrícolas, ou seja, os migrantes vinham para trabalhar na agricultura e não no extrativismo.

Esses migrantes, na grande maioria, trabalhadores rurais, perderam suas terras nesse processo de modernização onde esses e outros trabalhadores não foram absorvidos na indústria e comércio dos centros urbanos para onde inicialmente migraram. Pois, a modernização no campo expulsa os pequenos trabalhadores rurais “transferindo-os” para a cidade, onde são submetidos ao subemprego ou mesmo somando a fila dos desempregados, tentando sobreviver no processo de exclusão social.

Porto Velho não era o primeiro destino desses migrantes, eles vieram para projetos de colonização e posteriormente, por falta de políticas públicas adequadas que

propiciasse a permanência na terra, migravam para as cidades, sendo que Porto Velho era a que mais recebia esses contingentes humanos.

Não pretendo me dedicar a explicar o processo de colonização de Rondônia nas décadas de setenta e oitenta do século passado, até porque essa questão merece uma análise mais apurada, além do fato de exceder as pretensões dessa dissertação, contudo, como illustrei anteriormente, as migrações não tinham como destino primeiro a cidade de Porto Velho e sim os projetos de assentamento organizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA que se constituía de três modelos os PICs – Projetos Integrados de Colonização, PADs – Projetos de Assentamento Dirigidos e, PARs – Projeto de Assentamento Rápidos. Como esses projetos não lograram o sucesso esperado, os colonos acabavam por fazer outra migração, para o município de Porto Velho.

Daí decorre que, temos uma explosão demográfica em Porto velho e o crescimento exponencial dos bairros, frutos de ocupações espontâneas e dirigidas, já que o problema da habitação se transformou numa questão central para a política local. Na década de noventa do século passado, em um projeto de pesquisa apresentado ao CNPq me propus a estudar o caso do bairro Agenor Martins de Carvalho que fora construído a partir de ocupação e da resistência de vários migrantes. Este ente inúmeros bairros da capital, foi construído por milhares de pessoas oriundas de vários estados do Brasil, vítimas do desenvolvimento do capitalismo em todos os setores sociais e econômicos.

Um dos resultados dessa pesquisa é que, decorridos apenas uma década do processo de ocupação, despejo, ações judiciais e políticas pela permanência e posse da terra por parte dos ocupantes, pouco menos de dez por cento dos ocupantes ainda residiam no bairro. Constatou-se que na medida em que os serviços públicos, como eletricidade, água encanada, escola, posto de saúde creches chegam ao bairro os terrenos se valorizam de forma tal que impossibilita a permanência dos mesmos em sua terra.

Decorre daí que o espaço se transforma não só em condição de produção da mercadoria, mas ele mesmo passa a ser mercadoria. Produto da construção humana, condição para a reprodução dos processos produtivos e sociais o espaço transforma-se no lugar de múltiplas possibilidades.

A terra, que até então não tinha valor de troca, se constitui num bem valiosíssimo, objeto cobiçado e preservado com a própria vida. Com a valorização da

terra teremos associado a ela o crescimento vertiginoso de imobiliárias e de empresas de construção civil que agenciavam junto ao governo as políticas de construção de casas populares daí o surgimento de bairros como Marechal Rondon, Quatro de Janeiro e vários bairros resultantes dessas políticas.

A partir daí, é possível afirmar que o urbano não é só o local de aglomeração de pessoas e de produtos, local da produção e da reprodução das relações sociais, ele passa a se constituir em realizador de mais valia, já que essa se desloca da produção industrial e migra para o espaço.

Por fim, o município passa atualmente por outra fase de urbanização. Desde o anúncio da construção de um complexo de usinas hidrelétricas no rio Madeira a cidade vem passando por um processo de verticalização e supervalorização dos imóveis. Outro aspecto desse novo processo de urbanização é a congestionamento das avenidas, ou seja, existe hoje uma quantidade de veículos circulando pela cidade que a malha viária não mais comporta.

Como decorrência desses processos ocorre à fragmentação do centro, como já tinha falado anteriormente, não existe mais um único centro em Porto Velho, com a pulverização do centro passou a existir vários centros, isso se deve ao fato de que a “sociedade urbana” conceito definido por Lefebvre enquanto sociedades industriais e pós-industriais é uma potência em processo de realização e nesse processo ocorre o esvaziamento, a implosão e a fragmentação.

Esse processo, como vinha afirmando no decorrer do texto, é fruto de uma articulação entre o global e o local que, cria espaços-tempos diferenciados, como nos diz Ana Fani Alessandri Carlos (2004, p. 26) no livro, O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade:

A articulação global/local impõe-se à sociedade determinando novos padrões de fora para dentro, pelo poder da constituição da sociedade de consumo (assentada em modelos de comportamento e valores que se pretendem universais, pelo desenvolvimento da mídia que ajuda a impor os padrões e parâmetros para a vida, pela rede de comunicação que aproxima os homens e lugares, ao mesmo tempo, que isola-os), num espaço-tempo diferenciado e desigual.

Além desses processos de: fragmentação, junção e, isolamento ocorre também um processo amnésico da cidade, já que os espaços vão ganhando novos usos passam por processos outros de significação. Ou como diz Lefebvre a sociedade urbana engloba

todos os tempos históricos para implodi-los. Exemplo dessa amnésia é a encontrado no Agenor de Carvalho, como os antigos moradores que participaram da ocupação do bairro foram expulsos pelo processo de urbanização, as ruas passam a ganhar nomes distintos, o próprio bairro que se chamava Nova Porto Velho passou a ser denominado Agenor de Carvalho, em outras palavras, a memória da cidade vai sendo aos poucos apagada, criando então um estranhamento.

Porto Velho nasce sob o signo da amnésia, ao iniciar o desmatamento da região que iria servir de base e porto de desembarque da empresa encarregada da construção da Madeira Mamoré, dá-se início ao apagamento da cidade de Santo Antônio do Rio Madeira. Dante Ribeiro da Fonseca (2007, p. 91) no livro Estudos da História da Amazônia destaca esse processo da seguinte forma:

Contudo, o nascimento da cidade comportou um movimento contraditório. Ao surgir, nascer e crescer, Porto Velho fez com que desaparecesse Santo Antônio do Rio Madeira, povoação mais antiga, situadas sete quilômetros adiante, defronte a cachoeira de onde retirou se nome. (...).

Nesse sentido podemos afirmar com Lefebvre que a urbanização é um processo dialético e como tal inacabado, pois na medida em que cria novas relações que esvaziam ou apagam outras, na medida em que gera novos usos para o espaço, oculta usos antigos. Aí reside outra relação não menos dialética entre o ser e o devir, por isso o urbano enquanto discurso acadêmico não pode ser acabado, não pode limitar as relações atuais, mas procurar inseri-las em processo que apontem para o futuro, para a virtualidade.

Se analisarmos atentamente a história de Rondônia, desde as tentativas de colonização até esse novo processo de urbanização, veremos que a cidade é composta de várias camadas de passados, de técnicas e tecnologias distintas, e que cada novo processo de urbanização se faz apagando ou modificando os processos anteriores. Esse movimento inexoravelmente produz uma amnésia social, na medida em que as ruas vão ganhando novos traçados e designações, os prédios e casarios vão cedendo espaços para os edifícios cada vez mais imponentes, os cheiros das ruas e dos bairros vão desaparecendo, as paisagens naturais cedem espaço para os novos bairros e empreendimentos imobiliários.

Essa amnésia é prejudicial para os vários grupos que constroem a cidade, pois vão perdendo gradativamente sua identidade e com ela sua capacidade de construir um

futuro promissor para as gerações futuras. É prejudicial também para a totalidade da cidade que perde suas referências, exclui vários coletivos que foram e são fundamentais para a própria existência da cidade e dos contornos sociais, políticos e culturais que ela apresenta.

IV - DA CRIAÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO AOS TOMBAMENTOS EM PORTO VELHO - RO

Art. 1º - Constitui o patrimônio Histórico e Cultural do Município o conjunto de bens móveis e imóveis, existentes em seu Território e que, por sua vinculação a fatos pretéritos memoráveis e a fatos atuais significativos ou por seu valor cultural, seja de interesse público conservar e proteger contra a ação destruidora decorrente da atividade humana e do passar do tempo.

CAMARA MUNICIPAL: Lei nº215, de 08 de abril de 1982.

O município de Porto Velho criou através da lei de número 215 de oito de abril de 1982, todo um procedimento para selecionar, tomba e proteger os bens que interessem ao poder público ou aos cidadãos. Dessa forma o município estabeleceu mecanismos para salvaguardar as múltiplas manifestações históricas e culturais que constituíram e constituem o lugar enquanto espaço socialmente construído.

Quando vemos o poder público tomar atitudes como essa, agimos com certa naturalidade, temos a sensação que essa preocupação existiu desde sempre, no entanto, se procurarmos no tempo e no espaço perceberemos que nem sempre a palavra patrimônio significou o que designamos atualmente, tampouco era comum ao poder público tomar tais medidas já que ele só se organiza da forma como o conhecemos a partir da concepção e formação do Estado-nação.

Se formos buscar na literatura brasileira, vamos encontrar referências do ponto de vista do Estado a partir do século XX, quando o país atravessava pela fase profícua do populismo getulista, que podemos caracterizá-lo como o período de consolidação da estruturas políticas, administrativas e econômicas modernas, período denominado por Octavio Ianni (1989, p. 123) no livro: A Formação do Estado Populista na América Latina, de representar o fim das revoluções burguesas na América.

Vistas em perspectivas histórica ampla, é possível dizer que as experiências populistas nacionais completaram o ciclo da revolução burguesa nos respectivos países. Em linhas gerais a revolução burguesa característica da América Latina inicia-se com as guerras e revoluções de independência.

De onde viria então, essa noção de preservar artefatos culturais? As gerações que constroem os artefatos teriam consciência que estavam deixando algo para a posteridade, uma espécie de auto-imagem para as gerações futuras? Esses artefatos sempre foram objetos de domínio público ou são também de domínio privado? Essas questões serão objeto de análises desse capítulo, para que possa construir uma concepção ou um significado de patrimônio a ser utilizado nessa dissertação.

A etimologia da palavra patrimônio nos remete a língua latina *patrimonium* e faz alusão aos bens do pai, que incluíam móveis e imóveis além, de toda a família e agregados que o cercava. Além desse aspecto ressaltava o caráter privado que era atribuído ao termo. Nesse sentido a palavra designava o pátrio poder, a autoridade e a posse do pai sobre as várias propriedades e sobre a própria família (Funari & Pelegrin, 2006; Choay, 2001).

A essa palavra outra vem se juntar: ‘colecionamento’, que traduz de certo modo o sentido de formação de patrimônios. Vale salientar que, estudos antropológicos afirmam que todos os grupos humanos têm alguma forma de colecionar utensílios. Nesse sentido José Reginaldo Santos Gonçalves (2003, p. 22) no artigo: O Patrimônio Como Categoria de Pensamento afirma:

(...). Todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de colecionamento de objeto materiais, cujo efeito é demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado ‘outro’. O resultado dessa atividade é precisamente a constituição de um patrimônio.
No entanto, nem todas as sociedades humanas constituem patrimônios com o propósito de acumular e reter os bens que são reunidos.

Esse típico processo de colecionamento presente em todas as culturas pode ser apontado como um dos vários indícios que irão se agregar para configurar a noção de patrimônio do século XVIII, chegando ao século XXI. A esse processo devo apontar ainda dois conceitos derivados do patrimônio: o de Monumento e o de Monumento Histórico.

O Monumento seria aquela construção que tem como função relembrar uma celebração, um grande feito, um ritual ou algo que se queira lembrar ou comemorar. Nesse sentido o uso do termo pressupõe a intencionalidade da ação, ou seja, quem constrói tal monumento tem a exata noção do que ele deve lembrar as imagens que serão revividas, logo, o Monumento tem um sentido *a priori*.

Diferentemente do Monumento, o Monumento Histórico não tem esse sentido *a priori*, o sentido é uma construção *a posteriori* de historiadores, arquitetos, geógrafos, turismólogos e antropólogos. São eles que inventarão um sentido para os utensílios, mas esse sentido é determinado por interesses localizados no presente e para o presente, não tendo então o sentido de rememoração ou de celebração.

Marcia Sant'Anna (2003, p. 47) comentado sobre os Monumentos Históricos, no artigo: A Face Imaterial do Patrimônio Cultural os Novos Instrumentos de Reconhecimento e Valorização, destaca ainda, o valor artístico e arquitetônico ressaltados na construção desse significado:

(...). O monumento histórico, em suma, vincula-se a um saber e a uma sensibilidade que se enraízam no presente e olham para o passado. Tal como surgiu no Renascimento, a idéia reportava-se aos edifícios da Antigüidade Clássica, que eram vistos como exemplos e paradigmas de uma arte que se queria, naquele momento, não propriamente preservar, mas documentar para conhecer, admirar e suplantar. Assim, a noção de monumento histórico está também visceralmente ligada à arte e à arquitetura.

Segundo Françoise Choay, essa preocupação, esse cuidado dispensado às coisas antigas ou consideradas clássicas vem desde a Antiguidade, embora sofra variações de significados no decorrer do espaço-tempo. Dos antiquários aos historiadores dos geógrafos aos arquitetos, do interesse em identificar uma história e um passado comum, ao interesse pelo turismo dos séculos XIX aos dias atuais, vários foram os significados e os motivos para preservar os monumentos, os patrimônios históricos e culturais, aos quais não pretendo me debruçar nessa dissertação.

Vale salientar a preocupação da Revolução Francesa para a temática. Haroldo Leitão Camargo no livro: Patrimônio Histórico e Cultural, desde as primeiras páginas vai destacar a contribuição desse evento para a instauração do significado moderno de patrimônio. Aliás, segundo Leitão (2002, p. 09 - 13) a marca do início da era moderna é a destruição de uma fortaleza, um dos bastiões de defesa de Paris que era a Bastilha.

Vale salientar que a Revolução em seus primórdios se depara com uma situação dialética em relação a toda herança do Antigo Regime, relação que pode ser definida como destruição/conservação. Como citado no parágrafo anterior, a Revolução elegeu como seu símbolo a destruição de uma fortificação, ao mesmo tempo em que representa o início de uma nova etapa da história francesa, aponta para a destruição dos símbolos da fase anterior.

Contudo, a Revolução não trará somente a marca da destruição em relação ao que era antigo, o Estado revolucionário era o “proprietário” de várias extensões de terras, de obras de artes, de jóias pertencentes à antiga família real e ao mesmo tempo tinha de conter os ânimos da população ávidos para destruir os símbolos da opressão. Assomados a esses esforços, deve-se levar em consideração que parte desses objetos serviu para alimentar o sentimento de pertencimento ao assim denominado Estado-Nação.

(...). Foi nesse momento que a expressão começou a ser vinculada mais estreitamente ao campo da representação e a ser utilizada com fins políticos, objetivando unir grupos socialmente, e até culturalmente, heterogêneos a uma identidade ou a um projeto de nação. (...), surgiu e consolidou-se a idéia de patrimônio nacional (Sant`Anna, 2003, p. 47).

A invenção do Estado Nacional vai contribuir não só para o atual conceito como ira provocar uma migração do patrimônio em seu caráter privado, religioso e das tradições antigas e medievais e assumirá a dimensão pública, será de todo um povo, com a mesma língua, origem e território. A questão da formação do Estado Nacional é bastante discutida e ainda atual, já que muitas das nações resultantes do século XX entram no século XXI em processo de fragmentação em virtude dos múltiplos processos de sufocamento das várias questões étnicas inerentes aos vários países.

Uma questão parece permanecer em todas as trajetórias desse processo, o fato de que primeiro se cria a nação para depois criar os cidadãos que constituirão essa nação, Funari e Pelegrini (2006, p. 17) se referem a essa questão citando uma frase lapidar de um dos líderes do processo de unificação italiana:

(...). Em relação a isso, há uma frase famosa que vale a pena recordar. Logo após a unificação italiana, em meados do século XIX, menos de 5% da população da Península Itálica falava ou entendia o italiano. O líder da unificação, Massimo D`Azeglio, constatou que ‘feita a Itália, é preciso fazer os italianos’.

Nesse processo de criar os cidadãos o patrimônio ganha um papel destacado na medida em que é força capaz de estabelecer numa parcela, significativamente grande da população a idéia de que pertenciam a uma origem comum, que num passado distante tinham ancestrais comuns e que partilhavam de uma mesma cultura, ainda que dispersos

no tempo e no espaço. Além de criar esses traços comuns o patrimônio também serve para estabelecer uma diferença entre “eles” e “nós”.

Esse processo de inventar o cidadão é profundamente marcado pelo padrão cultural das classes dominantes de cada Estado Nacional, essa tendência vem desde o Renascimento Cultural e perpassa o Iluminismo se firmando com as Revoluções Burguesas que, necessita se contrapor ao modelo herdado da Idade Média. A idéia básica é reafirmar os modelos advindos do mundo grego, criar uma “cultura superior”.

O desdobramento dessa prática será a afirmação das rivalidades entre as nações e culminou com as duas Guerras Mundiais. No cerne dos conflitos não estava a disputas pelos patrimônios históricos e culturais, tratava-se evidentemente de disputas de interesses econômicos e geopolíticos, mais alimentados pelo sentimento de rivalidade entre o “eu” e o “eles”. Sentimento que em grande parte foi atribuído aos processos que engendraram o sentimento de nação e, dentre eles se destaca a constituição dos patrimônios nacionais.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, organismos internacionais como a ONU e principalmente a UNESCO, passaram a trabalhar com o conceito de humanidade, a idéia de valorizar o sentimento de um só povo, de um destino comum da espécie humana. Somando-se a isso o fato da incorporação de outras nações de tradições completamente diferentes das ocidentais. Para os orientais era completamente estranho o fato de preservar artefatos, ao invés de saberes e fazeres, era o início do advento do patrimônio Imaterial.

Comentando este aspecto em *A Face Imaterial do Patrimônio Cultural: Os Novos Instrumentos de Reconhecimento e Valorização*, Márcia Sant`Anna (2003, p. 49), diz:

No mundo oriental, os objetos jamais foram vistos como os principais depositários da tradição cultural. A permanência no tempo das expressões materiais dessas tradições não é o aspecto mais importante, e sim o conhecimento necessário para reproduzi-las. (...) é preservar e transmitir o saber que o produz, permitindo a vivência da tradição no presente.

O objetivo era evidente, distencionar as animosidades entre os Estados Nacionais e criar via educação e outros instrumentos de acultramento o sentimento de pertencimento a uma humanidade universal. A partir de então os patrimônios vem sendo selecionados no mundo inteiro e transformados em patrimônio da humanidade.

Antes do fim da guerra, os patrimônios nacionais estavam ligados às expressões das elites dirigentes e associados aos bens de “pedra e cal”, ou seja, os bens tombados eram em sua quase totalidade obras arquitetônicas, construções que se espelhavam nas construções greco-romanas. Mesmo após a assunção do patrimônio imaterial a grande maioria dos bens tombados pela UNESCO são bens materiais e de forte influência européia.

O fim das guerras significou também a diversificação dos agentes sociais em luta por interesses antes sufocados como mulheres, negros, homossexuais dentre outros e de grupos étnicos em luta pelo reconhecimento de sua identidade. Funari e Pelegrini (2006, p. 23) definem esse momento como o fim da idéia de unidade e de homogeneidade nacional, para ambos:

(...). A idéia de unidade nacional, uma só língua, cultura, origem e território, na base da concepção do patrimônio nacional, era minada no cotidiano das lutas sociais (...). Já no fim da década de 1950, a legislação de proteção ao patrimônio ampliava-se para o meio ambiente e para os grupos sociais e locais, antes preteridos em benefício da nacionalidade.

As nacionalidades passaram a ser vistas como plurais associações de vários grupos sociais, grupos esses em permanente processo de mutação e com interesses comuns em alguns momentos em outros completamente conflitantes. Isso inegavelmente irá também ampliar o leque interpretativo e gerar vários questionamentos sobre os modelos interpretativos anteriores.

A primeira convenção que irá incorporar essa nova face do patrimônio resultantes dos embates entre os vários agentes e segmentos sociais foi a conferência geral da UNESCO de 1972. Essa convenção foi assinada por mais de 150 países e dizia que os patrimônios eram compostos por:

- Monumentos: obras arquitetônicas, esculturas, pinturas, vestígios arqueológicos, inscrições, cavernas;
- Conjuntos: grupos de construções;
- Sítios: obras humanas e naturais de valor histórico, estético, etnológico ou científico;
- Monumentos naturais: formações físicas e biológicas;
- Formações geológicas ou fisiográficas: habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção;
- Sítios naturais: áreas de valor científico ou de beleza natural (Funari e Pelegrini, 2003, p. 25).

Os autores em questão vão chamar a atenção para o fato de que a UNESCO, como qualquer outro organismo bilateral, está sujeito às pressões das potências econômicas e a atuação dos países que acabam tencionando esses organismos como defensores dos interesses próprios, nesse sentido a idéia de um patrimônio de toda humanidade fica completamente comprometida.

Um exemplo disso é que como já citei anteriormente a maioria dos bens tombados estão indelevelmente marcados pela forte presença do eurocentrismo. Isso implica em afirmar que a maioria dos bens tombados ou estão na Europa e os que se encontram fora do velho continente são de inspiração ou foram construídos por eles nos anos de colonização que marcaram profundamente o continente latino americano.

Como apontado anteriormente, no ocidente, a emergência do patrimônio como o conhecemos é uma decorrência das Revoluções Burguesas do século XVIII fica então uma curiosidade: como essa questão fora tratada na América e de modo especial no Brasil? Principalmente no contexto de crise do sistema colonial e da tentativa dos poderes metropolitanos em acirrar o pacto colonial como forma de assegurar a manutenção das monarquias européias.

Nesse quesito a literatura produz uma unanimidade, a marca do período colonial na América é a destruição e não a conservação, isso ocorre em todo o continente, dos Estados Unidos ao Uruguai os grupos étnicos e suas expressões culturais foram eliminadas sistematicamente, as mais evidentes são os casos dos Astecas e Incas que tiveram seus palácios, seus templos seus utensílios de usos cotidianos e ritualísticos, derretidos e levados para a Europa para ser comercializado.

Os templos ou eram remodelados e passavam a servir outras divindades ou eram destruídos e nos locais onde antes se adoravam deuses nativos construíram edificações completamente estranhas para adorar um deus também estranho e em seu nome as maiores atrocidades eram cometidas.

Em nome da dominação vários grupos que a ela se opuseram foram dizimados e sequer os vestígios culturais foram preservados. Os “eles” eram completamente distintos de “nós” e ao não aceitarem a dominação se colocavam contra o próprio projeto divino, tanto no caso dos colonos norte americano como no caso dos colonos peninsulares e como tal tinham de ser eliminados e, até os vestígios de sua existência apagados.

A América nasceu sob o signo do apagamento de memórias e de certa forma essa prática continua até os dias atuais, sob a bandeira do desenvolvimento ou do

progresso as populações tradicionais e seus traços culturais e históricos são eliminados. Bairros inteiros são destroçados, antigas igrejas derrubadas para ceder espaço para modernos templos, casarões antigos derrubados para ceder lugar a edifícios modernos para satisfazer a ganância de alguns poucos.

No Brasil a situação não foi diferente, inúmeras foram as comunidades indígenas que foram destruídas desde a chegada do colonizador, e com elas os cultos as danças, os rituais de fertilização da natureza, a gastronomia e a língua foram completamente varridas da face da terra.

É evidente que não só os traços indígenas foram destruídos, tanto o é que a primeira vez em que a preocupação com a preservação aparece no Brasil diz respeito a destruição eminente dos vestígios da presença dos holandeses no país. É sabido que durante a ocupação holandesa no nordeste brasileiro, inúmeras edificações foram construídas para assegurar a administração, a defesa, os serviços religiosos, além do comércio.

Leandro Silva Telles, no livro *Manual do Patrimônio Histórico*, ao se referir à cronologia da destruição secular dos patrimônios no Brasil faz referência ao Vice-Rei D. Galvéias que se insurge contra a iniciativa de demolição do Palácio das Torres em Pernambuco em 1742. (1977, 19). (grifos do autor).

Esse também é o ponto de partida para Francisco Luciano Lima Rodrigues (2006, p. 01), que num artigo intitulado: *Conceito de Patrimônio Cultural No Brasil: do Conde Galvéias À Constituição Federal de 1998*, afirma:

(...) a primeira iniciativa concreta em defesa de acervo, interessante para a memória nacional, deu-se por iniciativa de D. André de Melo e Castro, conde de Galvéias, vice-rei do Brasil, que formulou, por carta datada de 5 de abril de 1742, ao governador da capitania de Pernambuco, Luis Pereira Freire de Andrade, oposição à instalação de quartéis no Palácio das Duas Torres, construído em Recife a mando do conde holandês Maurício de Nassau, em nome da preservação de *memória tão ilustre e da glória de toda nação*.

Passado duzentos anos da referida demonstração de noção de preservação do patrimônio e conseqüentemente da memória nacional é que iremos ver desenvolver-se no Brasil uma clara definição do conceito, ainda segundo Rodrigues o mesmo ocorrerá associado a três fatos muito específicos: a Semana de Arte Moderna, ao Estado Novo e a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN.

Não podemos esquecer a contribuição de intelectuais importantes no início do século vinte e que tiveram efetiva participação nesse processo como Rodrigo Melo Franco Andrade, Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Gustavo Capanema e Aloísio Magalhães. Esses intelectuais tiveram atuação determinante na construção do SPHAN, ou mesmo na elaboração do anteprojeto que originou o órgão e marcou a política de preservação até os dias atuais.

Em alguns parágrafos anteriores, fiz uma citação de Octavio Ianne onde o mesmo afirma que o populismo representou a fase final da Revolução Burguesa no Brasil. Logo posso afirmar que com a consolidação da nação o país enfrenta também a necessidade de construir seus referenciais históricos, como princípio de fundação dos cidadãos a ocuparem esse novo Estado Nacional que se inicia com a proclamação da República em 1889, mais só se consolida exatamente no momento em que o Estado se articula e cria mecanismos para se efetivar, tais como a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública, a criação de políticas para preservar os bens nacionais, estabelece o serviço militar dentre outras em 1930.

Retomando o anteprojeto, elaborado por Mario de Andrade, é outro consenso na literatura sobre a visão ampla ali contida. A maioria dos estudiosos afirma que, o projeto inicial contemplava os patrimônios intangíveis, coisa que o restante do ocidente só iria se preocupar quase três décadas depois.

Mário Chagas (2003, p. 101), no artigo: O Pai de *Macunaíma* e o Patrimônio Espiritual; discute o anteprojeto e ao caráter inovador da proposta, aponta o fato de na primeira versão a sigla era SPAN, não continha o H e que a concepção de arte era similar ao de cultura e afirma:

Assim, parece claro, o ‘artístico’, em Mario de Andrade, não era restritivo; ao contrário, era amplo e abrangente e o seu conceito de patrimônio artístico abarcava o tangível e o intangível. Ao detalhar as categorias ‘arte arqueológica’ e ‘arte ameríndia’ (...).

Em seguida o autor cita um trecho do anteprojeto que, para o propósito dessa dissertação, é importante reproduzir para que possamos perceber as interferências das classes dirigentes na constituição do conceito e da posterior eleição dos bens a serem tombados e preservados.

Incluem-se nessas duas categorias todas as manifestações que, de alguma forma, interessem à Arqueologia em geral e particularmente à

Arqueologia e etnografia ameríndia. Essas manifestações se especificam em:

- a) *objetos*: fetiches, instrumentos de caça, de pesca, de agricultura; objetos de uso doméstico; veículos; indumentárias etc.;
- b) *monumentos*: jazidas funerárias; agenciamento de pedras; sambaquis, litógrafos de qualquer espécie de gravação etc.;
- c) *paisagens*: determinados lugares da natureza, cuja expansão hidrográfica ou qualquer outra foi determinada definitivamente pela indústria humana dos Brasis, como cidades, lacustres, canais, aldeamentos, caminhos, grutas trabalhadas etc.;
- d) *Folclore ameríndio*: vocabulários, cantos, lendas, magias, medicina, culinárias ameríndias etc. (2003, p. 102).

Como se pode vê na citação, Mário de Andrade buscava construir uma imagem da nação levando em conta toda a diversidade de atores e consequentemente de cultura, além de incluir claramente o conceito de bens intangíveis, ou imateriais. Essa preocupação desaparecerá do Decreto Lei 25 de 30 de novembro de 1937. Os setores médios da sociedade foram excluídos do centro do poder e a idéia era consolidar a imagem da nação ancorada nos modelos das classes dirigentes.

Vejamos como ficou a redação do referido Decreto Lei:

Capítulo I. Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Art. 1º. Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existente no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico bibliográfico ou artístico (apud 2003; p. 102).

Os desdobramentos decorrentes dos vários cortes do projeto de Mário de Andrade foi a exclusão de parcelas significativas da população e dos grupos “minoritários” do processo de elaboração das políticas de tombamento e preservação. De 1937 até o ano de 2000, do ponto de vista dos tombamentos, é possível afirmar que o período é marcado pela política de *pedra e cal*. Ou seja, os bens tombados foram os representantes de um único segmento da sociedade, as classes mais abastadas da sociedade.

Mais uma vez a cultura dos índios, negros, mulheres e todos os grupos étnicos ficaram alijadas do processo de disputa e construção de discursos referentes a sua atuação efetiva na construção da nação. O que acaba se impondo é o discurso único, o discurso excludente, que se arvora ao direito de ditar o modelo, o ideal de memória a ser preservado, memória constituidora do projeto nacional.

Francisco Luciano Lima Rodrigues (2006, p. 03) analisando o Decreto-Lei nº 25/1937 afirma:

Observe-se que, pelo decreto citado, a preservação do patrimônio seria promovida apenas por meio do instrumento legal do tombamento, ainda que o objeto, referindo-se a fatos memoráveis da história do Brasil, fosse muito amplo e não se comprometesse com a preservação da cultura em sentido lato, excluindo as manifestações dos diversos grupos étnicos formadores da sociedade brasileira.

Mario de Andrade via ainda na política de preservação do patrimônio cultural e histórico um instrumento de alfabetização e de politização do indivíduo. Seria um dos instrumentos de formação e de diálogo das gerações presentes com as passadas num entrelaçamento da construção do país. Um projeto que não poderia deixar de fora qualquer segmento da sociedade.

Nos anos de 1960 o país passou por um intenso e rico momento de efervescência cultural promovido pela União Nacional dos Estudantes – UNE através dos Centros Populares de Cultura – CPCs, do Movimento de Cultura Popular – MCPs ligado a Igreja Católica e da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, que nascia nesse contexto influenciado por esses movimentos, pelo escolanovismo e do nacional desenvolvimentismo isebiano (GHIRALDELLI JUNIRO, 1994; ZOTTI, 2004).

O Instituto Superior de Estudos Brasileiro – ISEB foi criado em 1955, pelo governo de Café Filho - era ligado ao Ministério da Educação. O ISEB desempenhou durante as décadas de cinquenta e sessenta um papel importante enquanto promotor e divulgador das ideias desenvolvimentistas das elites industriais e nacionalistas como diretrizes para o desenvolvimento nacional.

O país atravessava um período de transformações profundas, deixava de ser rural e se transformava em um país urbano, momento em que a população urbana ultrapassou a rural, o país passou a contar com um parque industrial bastante produtivo. As elites disputavam a hegemonia política sobre o conjunto das classes sócias, disputas que até 1964, tinha como parte constitutiva as camadas médias e operárias, lideradas por aqueles movimentos.

Evidentemente, essa ebulição provocou um questionamento sobre o próprio conceito de cultura, de caráter mais popular e incluyente; será marcada por construções arrojadas como a cidade de Brasília. Apesar desse movimento o conceito ainda não

incluía os patrimônios imateriais, ou seja, permanecia no ideário dos gestores apenas os bens móveis e imóveis.

Francisco Luciano Lima Rodrigues (2006, p. 10), analisando os bens tombados da criação do SPHAN ate a década de oitenta, afirma que:

(...) verificando-se a lista de bens imóveis tombados pelo SPHAN, desde a sua criação até os anos 80 na qual não se encontrará nenhuma senzala, quilombo, terreiro de macumba, centro de dança africana, entre outras demonstrações de movimentos de etnias minoritárias.

Essa realidade só será modificada com a Constituição de 1988 e sua regulamentação em 2000. Uma Constituição que ordenasse a nova realidade social e política se fazia necessária desde os movimentos de redemocratização e era exigida por intelectuais e partidos de esquerda, que desde a década de setenta discutiam um novo conceito de patrimônio cultural, mais dinâmico e acima de tudo mais popular.

Essa exigência de alargamento do conceito de patrimônio terá sua realização nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, que além de manter a definição dada pelo Decreto-Lei 25/37 amplia a definição e passa a incluir os bens imateriais. Outro avanço significativo foi a importância dada a preservação da memória nacional, entendida como o conjunto dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, que passa a ser encarada como parte constitutiva da identidade nacional.

Para o entendimento e definição do conceito é fundamental citar os referidos artigos para que possamos dimensionar o tamanho das transformações ocorridas nas definições dos conceitos de patrimônio e de cultura. No artigo 215 em seu inciso primeiro diz: “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”.

No artigo subsequente, os legisladores consagram o novo conceito de patrimônio e as formas de preservação. “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico: paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Constituição da República Federativa do Brasil).

De 1907 até 1982 não existe nenhuma preocupação por parte do poder público pela preservação dos patrimônios artísticos e históricos do município, aliás, essa ausência de cuidado para com a nossa memória é também uma característica da própria colonização, na medida em que no imaginário coletivo dos colonizadores, a região era o local do enriquecimento rápido e do retorno aos locais de origem.

Carlos Walter Porto Gonçalves (2008, p. 36), discutindo aspectos da colonização e das imagens sobre a região, no livro *Amazônia, Amazônias*, nos diz:

Muitos dos que se dirigiram para a Amazônia durante o ciclo da borracha tinham como perspectiva um rápido enriquecimento e o retorno ao Nordeste como horizonte. Desenvolveu-se, assim, um povoamento instável, muito suscetível às variações da demanda internacional do látex.

Além dessa instabilidade populacional, como já referi anteriormente, a região amazônica é marcada pelo signo da modernidade. Cada processo de colonização ou projeto de desenvolvimento traz em si novas tecnologias e como desdobramento temos sempre um processo de apagamento das experiências anteriores, segundo Gonçalves:

A Amazônia é, na verdade, um dos muitos lados da modernidade. Foi a modernidade que criou os primeiros fortes militares na Amazônia; que saqueou suas entranhas para retirar as ‘drogas do sertão’; que destribalizou os índios, aldeando-os e desespirtualizando-os. Foi a modernidade que reinventou a escravidão com Pombal. Foi a modernidade que se apropriou das ‘bolas que contrariavam a lei da gravidade’, como a ignorância de um moderno colonizador se expressou a respeito da borracha, lhes deu outros múltiplos usos, com destaque para a indústria de pneumáticos, parte do símbolo maior do individualismo do mundo moderno: o automóvel. É hoje a modernidade que devassa o subsolo para extrair seus minérios; devasta suas florestas com o auxílio do fogo, da indústria química, de tratores, motosserras e correntões, além de barrar seus rios para produzir energia e, assim, aumentar sua capacidade no trabalho de revolver sua entranhas (2008, p. 67).

Ainda comentando os efeitos dessa modernidade o autor afirma que:

A modernidade busca permanentemente o (dê)senvolvimento, isto é, procura quebrar o envolvimento, a coesão interna de povos e regiões, submetendo-os à sua lógica de produzir-produzir com uma distribuição desigual da riqueza (2008, p. 67).

Isso implica em afirmar que quando da chegada dos trabalhadores que vão construir a Estrada de Ferro Madeira Mamoré, ao trazem para a floresta uma tecnologia completamente diferente da utilizada por índios e extratores do látex, uma tecnologia desenvolvida pela Revolução Industrial, e que se expande para toda a terra, ocorre o primeiro apagamento da memória e dos patrimônios culturais até então existentes.

Discutir o apagamento da memória no município de Porto Velho implica em discutir a modernidade, que desde os primórdios se apresenta como um processo de luta do homem com a “natureza”, natureza que se apresenta como sendo o local do bárbaro, do demoníaco de realização de rituais profanos, deserto, mar e floresta sempre se configuraram como local da moradia do mal, logo o objeto de domesticação do homem civilizado.

Como resultado dessa ocupação voltada para a extração da borracha, associada ao Tratado de Petrópolis como resolução da questão do Acre, temos a constituição da cidade de Porto Velho, ao menos da região do antigo centro do município, que é compreendida pelas áreas dos antigos barracões e residências dos trabalhadores e a parte separada pela Avenida Divisória hoje Presidente Dutra, que fora ocupada pelos antigos moradores da Vila de Santo Antônio.

Ao término desse ciclo de extração do látex, que culmina, em Porto Velho, com o fim da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, o município passou por um processo de decréscimo populacional e conseqüentemente econômico, esse decréscimo da economia não implicou em queda na qualidade de vida dos trabalhadores dos seringais. Já afirmei em outro parágrafo que, a queda na exportação desse produto que chegou a rivalizar com o café, significou para os trabalhadores uma melhoria na qualidade de vida, em virtude das políticas adotadas pelos seringalistas como fator de atração e permanência desse trabalhador.

Ao término desse ciclo teremos outro que será marcado como os demais por um período de implementação de políticas voltadas para as demandas do capital externo, predominantemente de outros países, trata-se do segundo ciclo da borracha que

ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial. Os acordos de Washington previam um conjunto de ações para reativar a produção do látex na região.

Teixeira e Fonseca (1998, p. 159-160) no livro *História Regional: Rondônia*; relacionam as ações dos governos: brasileiro e norte americano no sentido criar mecanismos para alavancar a produção gomífera na região, bem como romper com as antigas relações de produção, vejamos:

Foram criados no Brasil vários órgãos cujos objetivos ligavam-se à captação de mão-de-obra, melhoria da infra-estrutura de transportes, financiamento e abastecimento dos seringais e comercialização do produto. Como resultado desses novos investimentos o futuro território, passou por um curto período de prosperidade. (...).

Com o restabelecimento da posse e da produção asiática, o município passará por um novo processo de decréscimo, processo esse que perdurou por quase duas décadas. Só na década de sessenta é que teremos um novo modelo de colonização, voltado para os empreendimentos das grandes mineradoras, a construção de grandes hidrelétricas e a abertura das rodovias. Porto Velho sofreu os impactos de ambas as iniciativas.

Porto Velho foi, até a criação do município de Ariquemes, a capital do minério e do estanho, como era propalada pela única rádio local, a rádio Caiari e, nesse novo projeto de colonização mais uma vez tratou-se de modernizar a região, através do capital externo e da concessão de terras e isenções fiscais para a indústria pesada, grupos econômicos que para cá foram impulsionados com o intuito de assegurar a ocupação e a efetiva colonização do “espaço vazio”. (Gonçalves, 2008, p. 33; Amaral, 2004; p. 64).

Da extração de cassiterita a extração do ouro do Madeira, Porto Velho passou por um processo de explosão demográfica, o município batia todos os recordes nacionais de crescimento populacional, é desse período que a cidade vai ganhando os contornos existentes atualmente, contornos esses construídos com muita luta por aqueles que, expulsos do campo pelo desenvolvimento são vítimas de processos sociais de exclusão e de aculturação na tentativa de se estabelecerem em outro chão.

Esse crescimento populacional foi ampliado pela abertura da BR 364 e posteriormente pela construção das Usinas Hidroelétricas de Samuel, assim fecha-se o círculo dessa fase de (des)envolvimento típico do período e denominada por Carlos Walter Porto Gonçalves de padrão Estrada-Terra Firme-Subsolo. Foi, então,

desenvolvida toda uma linha de intervenção estatal regional que lançou mão de dois instrumentos básicos, como nos informa Carlos Walter Porto Gonçalves (2008, p. 95):

Por meio de uma série de incentivos e isenções fiscais, procurava atrair capitais para investir na Amazônia. Para isso o governo federal buscou suporte nas agências multilaterais, como o BID e o BIRD, para realizar todas as obras de infra-estrutura de comunicações, transportes e energia que, por sua vez, viria viabilizar grandes empreiteiras nacionais, um dos suportes da construção do ‘Brasil-Grande’ desde a época da construção de Brasília, no governo JK. Destaque-se, ainda, o levantamento aerofotogramétrico de todo o território nacional efetuado em 1965 com o auxílio da USF; Como o capital não se valoriza por si mesmo, pois precisa da força de trabalho para o valorizar, o governo desencadeará ampla campanha procurando atrair mão de obra para ocupar o ‘vazio demográfico’ amazônico.

A partir de então o município de Porto Velho passa a ser polo de atração para vários indivíduos das mais variadas regiões do país. Diferentemente dos ciclos migratórios anteriores que foram marcados pela presença majoritária de nordestinos que eram expulsos da terra por questões climáticas e por falta de políticas adequadas de estímulo a permanência do trabalhador em seu local de origem. Desta feita o ciclo que se inicia com a abertura da BR e com a extração de cassiterita e ouro será marcada pela presença de outras culturas. É a fusão dessa diversidade de novos elementos associadas às práticas e saberes preexistentes que configurarão a cultura em formação no município.

Esse intervalo de setenta e cinco anos que compreende a mudança da sede da obra da Estrada de Ferro Madeira Mamoré até a criação da lei 215 de 1982, não existiu por parte do Território Federal do Guaporé e posteriormente do Território Federal de Rondônia (que teve seu nome modificado) nenhuma preocupação em catalogar, registrar e preservar as manifestações culturais que foram moldando, construindo o espaço cultural e patrimonial de Porto Velho.

Em Porto Velho a preocupação com a constituição de uma política de preservação do patrimônio data do final do século passado, através da lei nº 215 de 08 de abril de 1982, o município normatizou uma “política” de tombamento e preservação dos patrimônios municipais.

Evidentemente a lei está carregada dos conceitos inerentes ao Decreto-Lei 25/37, reconhece somente os bens móveis e imóveis, não incorporando os bens imateriais, os saberes e os fazeres dos primeiros habitantes do município ou mesmo os

hábitos dos primeiros colonos que aqui se estabeleceram. Essa postura é pobre, pois não se apropria da riqueza dos debates que ocorriam no país desde a década de setenta e que culminou seis anos após na constituição de 1988.

Não podemos desprezar a força de grupos elitistas que nesse período já discutiam o tombamento das expressões da dominação e da exploração externa, os ícones da presença colonial portuguesa e do imperialismo inglês e norte americano, ou seja, o Real Forte Príncipe da Beira e a Ferrovia Madeira Mamoré. Essas manifestações influenciaram sobremaneira a aprovação dessa lei e a não incorporação de elementos já discutidos no mundo e até mesmo internamente.

Depois da aprovação dessa lei regulamentando a política de tombamento e preservação, o poder público tombou quatro patrimônios: através da Lei nº 265 de 26 de dezembro de 1983, tombou o Cemitério dos Inocentes; pela Lei 290 de 1984, tombou a Castanheira Centenária; através da Lei 704 de 11 de novembro de 1987, tombou a área histórica da onde está localizada a Igreja de Santo Antonio e, por fim, através da Lei número 1.099 de 26 de maio de 1993 tomba o prédio da antiga Câmara Municipal de Porto Velho.

Como procurarei demonstrar no próximo capítulo, esses tombamentos não se constituíram em garantia de preservação, tampouco em instituição de políticas educacionais voltadas para a utilização desses patrimônios como recursos pedagógicos para a politização dos grupos que construíram e constroem o município de Porto Velho.

Não tinha como finalizar esse capítulo sem a construção do conceito de patrimônio que essa dissertação utiliza que é: qualquer bem material ou imaterial que seja constitutivo de qualquer grupo, classe, segmento que, de alguma forma contribuiu e contribui para a configuração da identidade e da memória local. Compreende ainda que, essa identidade e memória são dinâmicas e que não deve ser cristalizado, mas estimulado em seus movimentos de renovação, de recriação contínua.

V - AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM PORTO VELHO

Convocar os que foram vítimas da mais diferentes formas de silenciamento é certamente central e indispensável para a convivência em sociedade. Reconstruir possibilidades dessa convivência em comum significa necessariamente dar voz ao silenciado, como ato de elaboração do vivido e condição de produção de presentes e futuros.

Manuel Luiz Salgado Guimarães

O presente capítulo vai descrever as políticas educacionais desenvolvidas no âmbito do poder público federal e municipal, de forma a assegurar o ensino da Geografia através dos patrimônios tombados no e do município. Isso porque o raciocínio lógico nos induz a pensar que, quando o poder público resolve criar uma legislação e ao mesmo tempo tomba alguns bens, deve por consequência, também, instituir políticas educacionais que deem conta de preservar e ampliar o debate sobre os patrimônios que assegurarão a identidade e a memória de seus munícipes.

Esse princípio associativo entre o tombamento/preservação e o estabelecimento de políticas públicas educacionais está implícito desde a Revolução Francesa e permeou todas as legislações. No caso do Brasil, desde a década de trinta do século passado quando o modernista Mário de Andrade apresentou seu anteprojeto que foi adaptado pelo SPHAM e se transformou no Decreto Lei 25, de 1937 essa dimensão educativa já se encontrava presente.

No artigo: Educação Patrimonial: Conhecer Para Preservar, Ricardo Oriá (S/D), comenta esse aspecto do anteprojeto de Mario de Andrade onde aparece a necessidade de educar através do patrimônio:

Nos idos da década de 20, quando se iniciou a discussão sobre a necessidade de preservação de nosso passado, no contexto do movimento modernista, Mário de Andrade já atestava o valor do nosso patrimônio histórico como forma de se construir uma identidade nacional, assentada na pluralidade de

nossas raízes e matrizes étnicas. Somente o conhecimento da cultura em suas dimensões múltiplas daria condições de o Brasil inserir-se no concerto das nações, e esse trabalho deveria iniciar-se juntamente com o processo de escolarização. Dizia ele: "O ensino primário é imprescindível (...). Não basta ensinar o analfabeto a ler. É preciso dar-lhe contemporaneamente o elemento em que possa exercer a faculdade que adquiriu. Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização".

Mais recentemente essa preocupação apareceu na constituição de 1988, que foi um período de reconstrução democrática e de um consequente alargamento da noção de participação popular. Nesse cenário, ela, fruto de um processo de redemocratização do país, traz em seu bojo a preocupação com a educação patrimonial, como estratégia de fortalecimento da cidadania e consequentemente da democracia.

Essa aspiração se manifesta de forma mais delineada na nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei 9.394 de 1996 que reconhece a pluralidade regional e local da cultura do país, além de assegurar aos Estados e municípios o direito a divulgação de seus respectivos acervos culturais. Ricardo Oriá no artigo acima citado aborda essa questão ao afirmar que:

Atualmente a Lei de Diretrizes e bases da educação nacional, Lei nº. 9.394/96 – enfatiza no seu artigo 26, que a parte diversificada dos currículos dos ensinos fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, o que abre espaço para a construção de uma proposta de ensino voltada para a divulgação do acervo cultural dos estados e municípios.

Como forma de assegurar a implantação dessa e de outras diretrizes, é que foi elaborado pelo Ministério da Educação os Parâmetros Curriculares Nacionais que apontam para a necessidade do estudo sobre os patrimônios histórico e cultural. Normalmente a literatura tem apontado para dois aspectos, concernentes ao local da efetivação da mesma, e a primeira diz respeito à disciplina de História, que assumiria essa questão quase como uma obrigatoriedade, em segundo viria os Temas Transversais.

Os temas transversais estão articulados em seis eixos, sendo eles: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual e, Trabalho e Consumo. Desses, três são plenamente passíveis de desenvolver a educação patrimonial, Ética, Pluralidade Cultural e Meio Ambiente. Todos esses eixos estão intimamente

ligados, e de acordo com os princípios constitucionais nos quais a educação escolar deve orientar: a dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos, a participação e a co-responsabilidade pela vida social.

Com essa perspectiva, os Parâmetros Curriculares evidenciam a urgência da educação escolar desenvolver formas de trabalhar com a questão dos patrimônios e dos bens culturais, como forma de assegurar a plenitude da cidadania, a reflexão sobre a identidade e o próprio conceito de brasilidade. Martha Abreu (2007, p. 362), no artigo: Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional; discute a relação existente entre a lei 3.551 de 04 de agosto de 2000 que instituiu o registro de bens imateriais e os Parâmetros Curriculares e nos diz:

(...). Ambos os documentos se relacionam em vários aspectos e sinalizam para algo em comum: a presença de uma problemática nova – educacional e patrimonial – para se pensar as noções de brasilidade e identidade nacional.

Alguns parágrafos depois a autora nos fala sobre o papel da escola na educação patrimonial:

A escola seria um espaço privilegiado para o estudo da pluralidade, vivência e – podemos acrescentar – divulgação do patrimônio, pois é considerada lugar de convivência entre pessoas de diferentes origens, costumes e religião. Na perspectiva do Iphan, complementarmente, a escola é o espaço preferido para o desenvolvimento de projetos de educação patrimonial (...) (2007, p. 363-364).

Essa associação entre os Parâmetros Curriculares Nacionais e a lei que regulariza a questão do Patrimônio Imaterial é importante, pois ambas são expressões desse Brasil novo que a constituição de 1988 pretendia instaurar. Esse novo Brasil tem de ser plural, que incorpore as múltiplas manifestações artísticas, históricas e sociais dos povos que de diversificadas maneiras construíram e reconstroem esse país.

Assim como a nova LDB, os Parâmetros Curriculares apresentavam a superação de um modelo construído durante o regime militar, a consagração da imaterialidade enquanto nova modalidade de registro e preservação dos bens culturais de diversos grupos que historicamente foram relegados pelo assim denominado patrimônio de pedra e cal. E consagra: saberes, fazeres, celebrações (festas, rituais e folguedos), as formas de expressão (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas

e lúdicas) e, lugares (espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas) (Sant'Anna; 2003, p. 53).

Martha Abreu (2007, p. 355) sintetiza essa necessidade da superação da política do Patrimônio de pedra e cal no artigo: Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional, e afirma:

(...). Em qualquer hipótese teremos de lidar com a idéia de que um patrimônio histórico e artístico de uma nação não se faz apenas com igrejas, sítios urbanos antigos e prédios históricos. O tamanho do reaprendizado é grande, já que se rompe inteiramente com uma antiga noção de patrimônio – em grande medida naturalizada e interiorizada por todos nós – e se percebe que está em movimento uma nova concepção sobre o que deve, ou não, ser valorizado e preservado como cultura e história nacionais.

Isto posto, de imediato ressalta a necessidade de definir o que o presente texto entende por educação e por políticas públicas, já que múltiplas são as definições consagradas na literatura sobre essas questões e, independente da assunção ou não da definição utilizada pelos estudiosos do tema, de antemão todos utilizam uma, todos são portadores de uma visão de mundo ou de uma ideologia, e daí decorre definições e práticas divergentes.

Essa definição é, por assim dizer, uma definição ideológica, ideologia aqui entendida num sentido mais amplo que aquele dado por Marx, ou seja, enquanto falseamento da realidade. Trata-se de uma percepção de mundo que dá coesão social, é cimento da sociedade política e da sociedade civil, liga que mantém o todo social. Bárbara Freitag (1980, p. 9), no livro: Escola, Estado e Sociedade; chama-nos a atenção para essa amplitude do termo:

(...) não consideramos a ideologia apenas um repertório semântico, mas também uma grade epistemológica – mais que um conjunto de idéias já estruturadas, é um filtro que condiciona a capacidade de estabelecer conexões, de utilizar categorias lógicas, de realizar determinadas operações de abstração e de generalização. A ideologia impõe à consciência uma normatividade óptica: o que pode ou não ser visto depende de uma sintaxe, de um conjunto de regras, cuja compreensão rigorosa é necessária para uma **Ideologiekritik** que pretenda ir além da superfície do fenômeno.

Daí se deduz que a ou as definições sobre o papel da educação, seus objetivos, para quem e, para quê, não são simples respostas a questões colocadas por pessoas

inquieta, trata-se de explicitações das múltiplas visões de mundo inerentes a qualquer sociedade no tempo e no espaço em que, a divisão social do trabalho esteja presente. O que implica afirmar que, nas sociedades divididas em classes, não existe uma única educação e tampouco uma única definição desse conceito.

Na literatura é bastante comum a educação ser apresentada como um processo de modelagem social, ou seja, as gerações mais velhas se encarregam de moldar a geração mais nova a sua imagem e semelhança, ela é o canal de transmissão dos valores, dos costumes e da tradição, enfim da cultura acumulada pela coletividade. Nessa perspectiva a educação é um mediador entre os indivíduos e a sociedade. Dessa forma, ao analisar as várias acepções sobre pedagogia e educação, José Carlos Libâneo (2007, p. 32), no livro: *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* Diz-nos:

(...). É intrínseco ao ato educativo seu caráter de mediação que favorece o desenvolvimento dos indivíduos na dinâmica social de seu grupo, sendo que o conteúdo dessas mediações são saberes e modos de ação. É esta idéia-força que explica as várias educações, suas modalidades e instituições, entre elas a educação escolar. (...).

Essa citação de Libâneo reforça uma idéia já desenvolvida aqui, qual seja a de que a educação não está descolada dos interesses de quem efetivamente a institui, ou seja, está intimamente ligada às classes historicamente dirigente que quer, por meio dela, perpetuar as desigualdades e reproduzirem-se continuamente. Ao mesmo tempo, as classes excluídas do poder, tentam por intermédio dela modificar a ordem estabelecida. Em outras palavras, a educação é alvo da disputa das classes sociais que a querem para imprimir seus objetivos econômicos, políticos, éticos, sociais, etc.

Não é gratuita a classificação efetuada por Libâneo (2007, p. 31) da educação em: informal, educação não-formal e educação formal, sendo que a primeira:

(...) corresponderia a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com seu ambiente humano, social ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências, práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição, nem são intencionais e organizadas.

Nesse caso específico o autor se refere às sociedades sem classes sociais, onde a divisão social do trabalho ainda é pouco desenvolvida, onde o ato educativo é vida; a escola é o universo da vivência de crianças e adultos, não existe a fragmentação, a

divisão sofisticada do trabalho, não existindo divisão na educação, ou seja, o objetivo é único, preparar o indivíduo para o convívio harmonioso com e na sociedade.

No caso da educação não-formal e formal encontraremos sociedades divididas em estamentos, castas e classes. Aqui a intervenção para a manutenção da ordem estabelecida é algo intrínseco ao ato educativo, embora a educação seja um fato social, no sentido de que carrega em si, todas as contradições da sociedade que a gerou. Isso implica em dizer que o Estado ou a classe historicamente dominante exercem seu poder para reificar a ordem vigente, enquanto as classes dominadas tentam construir dissensos ou contra-hegemonia.

Essa discussão ganha sentido na medida em que estudamos a constituição da nacionalidade, assunto já abordado em capítulos anteriores, mas que ganham nova relevância como exemplo objetivo do porquê e de como as elites utilizam dos processos educativos para moldar aquilo que é denominado no senso comum como nacionalidade. Essa sempre foi uma construção, e é assim que é definida no artigo: *Identidade Nacional e Ensino de História* de Rebeca Gontijo (2003, p. 55):

A identidade nacional pode ser compreendida como uma construção histórica, resultante de um processo que atribui significados e sentidos a uma 'comunidade imaginada'. Esse processo é contínuo e sujeito a inúmeras invenções, reelaborações e disputas em torno dos aspectos que poderão servir para diferenciar uma nação de outras: a língua, as tradições, a história etc. Assim, a identidade nacional precisa ser continuamente reinventada e revestida de significados e sentidos, a partir de situações históricas específicas.

No caso brasileiro a identidade é uma construção, num primeiro momento, dos colonizadores portugueses, mais esse modelo passa a ser contestado com a independência e, a partir daí, se consolida centrado na atuação do aparato estatal que através da educação e da consolidação do exército profissionalizado vai construindo pouco a pouco uma identidade que rompia com o modelo europeizante.

Gontijo (2003, p. 58) nos informa que nas primeiras décadas do século XX “Vigorava a percepção de que o Brasil era marcado por ausências: do povo, de estado, de civilização etc., o que tornava urgente o empenho de desvendar uma realidade considerada oculta”. Alguns parágrafos adiante a autora nos afirma que após a Primeira Guerra Mundial acentua-se a crítica ao modelo europeu e:

(...). Ao mesmo tempo, difundiu-se a idéia de que o Brasil ainda não descobrira o Brasil. Novos projetos de identidade nacional foram então formulados e expressos através da militância de diferentes grupos com propostas nacionalistas e/ou projetos de inserção do país na modernidade. (...). (2003, p. 59).

Nesse cenário vamos perceber que a educação anda de mãos dadas com o projeto de consolidação dessa idéia de nação e, duas disciplinas terão papel central no exercício desse papel: a Geografia e a História. A título de exemplificação citarei dois autores das duas áreas que procuraram estudar esse processo.

O primeiro é a historiadora e educadora professora da UNICAMP Ernesta Zamboni (2003, p. 369), que em um artigo onde divulga resultados parciais de uma pesquisa sobre a construção da identidade nacional e a consciência histórica, intitulado: Projeto Pedagógico dos Parâmetros Curriculares Nacionais: Identidade Nacional e Consciência Histórica; afirma que:

(...). A história como disciplina escolar sempre trabalhou com as noções de “identidade nacional”, “cidadania”, “Estado” e “nação”. Historicamente, o ensino de história foi marcado desde o século XIX pelo ideário das nacionalidades; (...).

O outro exemplo é o do geógrafo e professor da USP, Antonio Carlos Robert Moraes (1991, p. 02), que no artigo: Notas Sobre Identidade Nacional e Institucionalização da Geografia no Brasil; analisa a contribuição da Geografia na formação da visão de mundo dos indivíduos e afirma:

(...). Deste modo, tem-se a formação da visão de mundo dos indivíduos construída numa espacialização que reifica a forma da dominação estatal. Nesse processo, o nacional, através do discurso geográfico, torna-se natural (...).

Dito isto, passo para a construção do significado de Políticas Públicas que será utilizado nessa dissertação. Esse é um campo de estudo que, no Brasil tem início há pouco tempo, segundo Janete M. Lins de Azevedo, no livro: A Educação Como Política Pública, esse campo investigativo a respeito da temática nasce na década de 80 do século passado e era originariamente vinculada, sobretudo à Ciência Política e à Sociologia (2001, p. 1).

Ainda segundo essa autora a pesquisa sobre essa temática, está, por assim dizer, influenciada pelo processo de abertura política e permeada pelo espírito da

democracia e da ampliação da cidadania - assim como os parâmetros e a lei que regulamenta a preservação dos patrimônios imateriais - bem como, desvelar o quanto as políticas públicas adotadas pelo regime autoritário estava impregnado de negação de direitos a maioria da população:

O impulso à realização de pesquisas desta natureza ocorria em concomitância com o processo de abertura que terminou por reinstaurar a democracia política no país. Neste contexto, pode vir à tona as perversas conseqüências do 'estatismo autoritário' próprio do regime instalado no pós-64, o qual forjara um padrão peculiar de política social que então se herdava.

Naquele momento, tinha-se o espaço político que permitia desvelar publicamente o quanto as políticas econômicas empreendidas pelo regime autoritário contribuíram para aprofundar a negação dos direitos sociais à maioria, malgrado o alargamento formal das suas políticas sociais (2001, p. 01).

Segundo a Wikipédia esse é um termo originário da Ciência Política e da Administração e que seria um tipo de orientação para a tomada de decisão, ou seja, é a direção que o Estado aponta em relação às áreas de atuação específica estatal, tais como: saúde, educação, segurança, etc., política pública compreende um elenco de ações e procedimentos que visam à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos, sendo que os personagens envolvidos nestes conflitos são denominados 'atores políticos'.

Ainda segundo Azevedo quando se fala em políticas públicas num plano mais geral e, portanto, mais abstrato significa ter presente as estruturas de dominação e poder e os conflitos inerentes a todo o tecido social e que encontra no Estado o local de sua manifestação. No plano mais concreto políticas públicas implica em: "(...) considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que têm nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente" (2001, p. 01).

Nesse sentido, o que pretendia quando elaborei o projeto de dissertação era levantar as políticas públicas desenvolvida pela municipalidade no sentido de, através da educação, estimular o debate sobre a preservação dos patrimônios existentes, ao mesmo tempo em que, incentivaria a comunidade a discutir e eleger outras expressões históricas e culturais dos diversos grupos que buscaram e buscam em Porto Velho o local para a construção ou a realização de projetos de vida.

Passados treze anos da elaboração da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional e dos Parâmetros Curriculares, era de se esperar que os estados e municípios

tivessem elaborado projetos pedagógicos para nortear a ação das escolas e dos educadores na abordagem da educação patrimonial, e das ações pedagógicas das áreas de Geografia, História e Temas Transversais, e assim inserir as peculiaridades regionais conforme consta no artigo 26 da LDB, vejamos:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Da mesma forma, consta na Lei Orgânica do município, de 1990, em sua seção V Da Educação, da Cultura, do Desporto e Lazer, subseção I, em seu artigo 194 já preconizava a elaboração de normas e diretrizes do ensino municipal e prescrevia:

Na elaboração das normas e diretrizes de ensino municipal, observar-se-á:

II - inserção de conteúdos nas disciplinas já existentes, evidenciando a prevenção das drogas, educação ambiental, sexual e para o trânsito e valorização da cultura e dos costumes;

No entanto deparei com uma realidade que não corrobora com a legislação em vigor, quer no âmbito nacional quer no municipal, ou seja, a Secretaria de Educação não tem de forma consolidada uma proposta pedagógica para o ensino fundamental. Segundo me foi informado pela diretora do ensino fundamental e corroborado por várias professoras que atuam na rede, o debate foi iniciado, no entanto por inúmeros motivos aos quais não nos deteremos aqui, até o presente momento não foi concluído.

A ausência de um plano pedagógico não significa que a prefeitura não disponha de uma política pública para a educação, pois por políticas públicas podemos também entender aquilo que o governo deixa de fazer, como nos diz Azevedo (2001, p. 26): “Compreendidas, de uma perspectiva mais ampla, como ‘aquilo que os governos fazem ou deixam de fazer’. Ou seja, considera-se que”;

[...] a noção de políticas públicas deve incluir todas as ações do governo – e não apenas as intenções estabelecidas pelos governos ou pelos seus funcionários. [...] Nós devemos considerar a não-ação do governo – o que o governo escolhe não fazer - como política. Obviamente, a não-ação pode ter tanto impacto sobre a sociedade quanto a ação governamental [DYE, 1972].

Para compreendermos essa afirmativa anterior, é necessário romper com a visão que a política pedagógica está circunscrita ao âmbito de projetos formais, ele se manifesta também sobremaneira na ação cotidiana dos poderes públicos. Mais recentemente a prefeitura deu mostras de como funciona sua política em relação aos patrimônios; no caso, o antigo Mercado Municipal, que teve o início da construção nos primórdios do século passado, sendo inaugurado em 1950 e funcionado até 1966, quando um incêndio destruiu mais da metade do prédio. No que restou do prédio funcionou até fevereiro de 2008, uma floricultura e um bar que ficou famoso por ser o símbolo da resistência e ponto de encontro dos boêmios da cidade, nesse ano a prefeitura dentro de um projeto de “revitalização” pós a baixo o restante da antiga arquitetura existente.

No caso de Porto Velho, essa não ação e, às vezes a ação invertida, tem o efeito de ampliar o esquecimento ou o processo amnésico pela qual passa toda cidade que sofre fluxos migratórios constantes impulsionados pela ampliação de interesses econômicos externos e que, o poder público não consegue estimular o fortalecimento das culturas existentes. Esse esquecimento atua de forma a impedir as lutas em defesa do patrimônio histórico cultura e do patrimônio natural, facilitando os interesses do capital.

A inexistência de políticas definidas não pode ser justificada pela ausência de modelos ou de referências. Existe toda uma literatura relatando experiências, os problemas enfrentados, sugestões de como solucioná-los, enfim já existe um roteiro a ser seguido, posso destacar como indicativo de leitura as obras de: “*Educação Patrimonial: Relatos e Experiências*”, organizado por André Soares em 2003, que divulga os resultados de um programa de Educação Patrimonial, desenvolvido por meio de um convênio entre a Universidade Federal de Santa Maria e a Prefeitura de São Martinho da Serra, outra livro de referência é o “*Guia Básico de Educação Patrimonial*” do IPHAN, (1999), coordenado por Grunberg, Monteiro e Horta, diretora do Museu Imperial, que busca incentivar o conhecimento do nosso patrimônio por meio da Educação Patrimonial, a dissertação Programa de Educação Patrimonial Educação Patrimonial: Um Convite À Leitura do Patrimônio Cultural do Município de Anápolis-Go, o livro do Professor: “*Tesouros do Brasil: Valorizando nosso Patrimônio, preservando nossa cultura*”. Etc., aliás, diante da ausência de um projeto pedagógico que pudesse analisar o que passo a fazer é apontar alguns elementos para a construção

de uma proposta por parte do município tomando essas indicações como ponto de partida.

É evidente que essa não é uma particularidade exclusiva do município de Porto Velho. Ao que tudo indica a maioria dos municípios da federação, também não dispõe de mecanismos para trabalhar com essa temática em seus sistemas de ensino, tanto o é que, o próprio IPHAN publicou um artigo de uma técnica do instituto, Ana Carmen Amorim Jara Casco (2005, p. 01), Intitulado: Sociedade e Educação Patrimonial, onde afirma:

As ações educativas, voltadas para a preservação do patrimônio e desenvolvidas pela sociedade, aparecem como iniciativas de grupos que assim entendem ser seu papel ou que resolvem ocupar o vazio deixado pela ausência de uma ação efetiva do Estado (municípios, governos estaduais e governo federal) nesse campo.

O artigo relata as observações da autora sobre o Primeiro Encontro Nacional de Educação Patrimonial, realizado pelo IPHAN em setembro de 2005 em São Cristóvão/Sergipe e evidencia que a maioria das ações de educação patrimonial, tem como ponto de partida a própria sociedade e não dos poderes constituídos. Não que essa iniciativa não seja positiva, mas os estados e municípios não podem deixar de dar sua parcela de contribuição.

Além disso, pretendo também demonstrar que, além da disciplina de História e dos Temas Transversais, é possível e, desejável que a disciplina de Geografia trabalhe com os patrimônios não como transversalidade mais como suporte para trabalhar conceitos como o de lugar, paisagem e território e, assim contribuir para a consolidação de um cidadão pleno de direitos e deveres, capaz de interferir criticamente na construção do espaço/tempo.

Desde o início, quando da elaboração do projeto para a seleção do mestrado, tinha certa impressão de que estava numa seara errada, pois a literatura da área não aponta em nenhum momento para a questão do patrimônio, não *stricto sensu*, já que quando se discute o lugar a paisagem ou mesmo o território, está de alguma maneira falando de construções sociais e inerentemente dos tempos e ritmos, das culturas, das tecnologias e, assim *lato sensu* falando dos patrimônios.

Encontrar literatura específica sobre a questão do patrimônio a partir da ótica da Geografia é uma raridade, encontrei poucos artigos e em sua maioria ligados a

questão da arquitetura e urbanismo, ou ligados ao patrimônio natural. Um dos poucos encontrados: “*visões do patrimônio*” de Wagner Costa Ribeiro que faz uma análise de outros artigos que versam sobre patrimônio, onde o mesmo assume uma postura analítica sem tomar parte, deixando ao leitor a iniciativa de fazê-lo; outro artigo é: “*espaço, poder e exclusão: contexto econômico-Social do Patrimônio cultural do Lugar turístico*” de Luzia Neide Cariolano que busca discutir as relações de poder na produção do espaço turístico, e por fim o artigo de Maria Aneisilany Gomes do Nascimento, intitulado: “*Imagens de Jaguaribara Submersa: Patrimônio cultural, Lugar e Espaço na Arquitetura da Cidade*” os dois últimos publicados no livro: “*patrimônio Cultural: Da Memória ao Sentido do Lugar*”.

Para realizar uma aproximação da Geografia e a educação patrimonial, passo a apresentar os objetivos do ensino de Geografia no Ensino Fundamental do primeiro ao quarto ciclo, que compreendem atualmente da primeira a nona série e é de responsabilidade dos municípios, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais da área são:

- Conhecer a organização do espaço geográfico e o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, de modo a compreender o papel do território, da paisagem e do lugar;
- Identificar e avaliar as ações dos homens em sociedade e suas consequências em diferentes espaços e tempos, de modo a construir referências que possibilitem uma participação propositiva e reativa nas questões socioambientais locais;
- Compreender a espacialidade dos fenômenos geográficos estudados em suas dinâmicas e interações;
- Compreender que as melhorias nas condições de vida, os direitos políticos, os avanços tecnológicos e as transformações socioculturais são conquistas decorrentes de conflitos e acordos, que ainda não são usufruídas por todos os seres humanos e, dentro de suas possibilidades, empenha-se em democratizá-las;
- Conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa da Geografia para compreender o espaço, a paisagem, o território e o lugar, seus processos de construção, identificando suas relações, problemas e contradições;
- Fazer leituras de imagens, de dados e de documentos de diferentes fontes de informação, de modo a interpretar, analisar e relacionar informações sobre o espaço geográfico e as diferentes paisagens;
- Saber utilizar a linguagem cartográfica para obter informações e representar a espacialidade dos fenômenos geográficos;
- Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a sociodiversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e um elemento de fortalecimento da democracia (2000, p. 121 – 122).

Dos oito pontos apresentados como objetivos do ensino de Geografia, sete são plenamente passíveis de serem trabalhados, a questão do patrimônio de um povo, pois eles vão do patrimônio natural (fauna e flora) aos patrimônios histórico-culturais, pois o espaço é a resultante das relações entre a cultura em sentido lato e o meio ou o suporte como o denominou Paulo Freire (2000, p. 55-57) ao falar do inacabamento do ser e da consciência do inacabamento que, essa relação da construção do espaço se processa, vejamos:

(...). A invenção da existência a partir dos materiais que a vida oferecia levou homens e mulheres a promover o *suporte* em que os outros animais continuam, em *mundo*. Seu mundo, mundo dos homens e das mulheres. (...) o suporte é o *espaço* restrito ou alongado, a que o animal se prende ‘afetivamente’, (...). O *suporte* veio fazendo-se *mundo* e a *vida, existência*, na proporção que o corpo humano vira corpo consciente, captador, apreendedor, transformador, criador de beleza e não ‘espaço’ vazio a ser enchido por conteúdos. (grifos do autor).

Os Parâmetros Curriculares, após realizarem uma crítica a Geografia Tradicional e a Geografia Marxista Ortodoxa por negligenciarem a relação do homem e da sociedade com a natureza e por negarem a possibilidade de um conhecimento subjetivo, sugerem que:

O ensino de Geografia pode levar os alunos a compreenderem de forma mais ampla a realidade, possibilitando que nela interfiram de maneira mais consciente e propositiva. Para tanto, porém, é preciso que eles adquiram conhecimentos, dominem categorias, conceitos e procedimentos básicos (...) (2000, p. 108).

De que maneira os alunos poderiam compreender a realidade e interferirem nela de forma mais propositiva e consciente? Kátia Cilene Camargo Silva (2007, p. 24), em sua dissertação de mestrado, intitulada: Programa de Educação Patrimonial: Educação Patrimonial: Um Convite à Leitura do Patrimônio Cultural do Município de Anápolis-Go defende a educação patrimonial como elemento realizador dessa possibilidade, segundo ela:

A educação patrimonial é importante para que as pessoas compreendam o próprio universo sociocultural, enquanto possuidores de uma historicidade; elevando a auto-estima, exaltando saberes e fazeres e fortalecendo a identidade cultural local, regional e nacional de um povo.

Na descrição do conhecimento Geográfico, das suas características e importância social, os Parâmetros Curriculares afirmam que a Geografia as relações entre os processos históricos que regulam a formação das sociedades e o funcionamento da natureza, esse estudo se dá pela leitura do espaço geográfico e da paisagem. Afirma ainda que “o objetivo da Geografia é explicar e compreender as relações entre a sociedade e a natureza, e como ocorre a apropriação desta por aquela” e prossegue:

(...). Identificar e relacionar aquilo que na paisagem representa as heranças das sucessivas relações no tempo entre a sociedade e a natureza é um dos seus objetivos.

Nesse sentido, a análise da paisagem deve focar as dinâmicas de suas transformações e não a descrição e o estudo de um mundo estático (...). Para tanto, é preciso observar, buscar explicações para aquilo que, numa determinada paisagem, permaneceu ou foi transformado, isto é, os elementos do passado e do presente que nela convivem e podem ser compreendidos mediante a análise do processo de produção/organização do espaço (2000, p. 109).

Nesse fragmento se encontram as definições já abordadas nessa dissertação no capítulo: Discussões Teóricas: Uma Aproximação Entre a Geografia e o Patrimônio Histórico, principalmente a fornecidas por Paul Claval (1987) e Milton Santos (1986). Esse último especificamente vai afirmar que o espaço: “O espaço, portanto é um testemunho; ele testemunha um *momento* de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada”. (grifo do autor)

Os parâmetros, ainda informam que o estudo da Geografia é um estudo de uma totalidade, isto é:

(...) da paisagem como síntese de múltiplos espaços e tempos deve considerar o espaço topológico – o espaço vivido e o percebido – e o espaço produzido economicamente como algumas das noções de espaço dentre as tantas que povoam o discurso Geográfico (2000, p. 110).

Aqui está presente o sentido do espaço enquanto construção perceptiva dos indivíduos e grupos sociais, fruto de disputas, econômicas, políticas e culturais. O espaço aparece multifacetado, já que é percebido de forma distinta pelos vários grupos que constituem o lugar. Esses elementos “As percepções, as vivências e a memória dos

indivíduos e dos grupos sociais são, portanto, elementos importantes da constituição do saber geográfico” (2000, p. 110).

O texto trabalha com uma visão de território enquanto configuração política, ou seja, enquanto elemento constituidor do Estado-Nação e amplia esse conceito para englobar o sentido de território enquanto objeto construído pelas formações sociais, e diz que para compreender o território implica também em:

(...) compreender a complexidade da convivência em um mesmo espaço, nem sempre harmônica, da diversidade de tendências, idéias, crenças, sistemas de pensamento e tradições de diferentes povos e etnias. É reconhecer que, apesar de uma convivência comum, múltiplas identidades coexistem e por vezes se influenciam reciprocamente, definindo e redefinindo aquilo que poderia ser chamado de uma identidade nacional (2000, p. 111).

O ensino de Geografia retoma nesse parágrafo, a função clássica de estudar e interferir na construção da identidade nacional, conforme procurou observar Antonio Carlos Robert Moraes, só que rompendo com os modelos da Geografia e da História tradicionais que analisavam essa identidade tomando como ponto de partida o discurso hegemônico dos grupos dominantes. Que se utiliza de todos os mecanismos, inclusive da educação para silenciar a pluralidade de traços culturais inerente ao tecido social.

Essa política de apagamento ou silenciamento como política das classes dominantes, foi analisado por Paulo Henrique Duque Santos (2002, p. 24-25), em sua dissertação de mestrado intitulada: *Cidade e Memória: Dimensões da Vida Urbana em Caetité (1940 – 1960)* e posteriormente publicada em um artigo com o mesmo título e, em relação aos patrimônios afirma que: “A situação privilegiada em que se encontram os segmentos dominantes, nos embates pelo poder, em geral possibilita-lhes um maior controle sobre a seleção dos bens conservados” e nos aponta os efeitos dessas práticas em relação à memória e nos diz:

(...). E, por fim, a evidência dos esforços de construção de uma memória que pretendeu negar certas tradições e hábitos passados.
(...). As práticas das elites demonstram uma tentativa de imprimir nos espaços da cidade valores de uma memória social que alicerçasse o seu domínio e poder.

Essa prática vinculada à velha forma de fazer Geografia e História, e que serve de instrumento de poder das elites para manter e reproduzir diuturnamente a ordem

vigente se encontra viva em Porto Velho, na medida em que os próprios patrimônios tombados pelo poder público sucumbem diante do discurso único da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, e ainda assim, esse último não tem sido objeto de educação patrimonial capaz de mobilizar a comunidade para a defesa de seus costumes e tradições que, mais uma vez estão sendo invadidos por um novo projeto colonizador.

Os parâmetros, ainda dentro da perspectiva de apropriação dos conceitos fundamentais aos quais os alunos devem dominar, fala da categoria território, que poderia ser, mesmo, descrito como um conjunto de paisagens, paisagens que, como já foi afirmada, é sempre uma construção humana, é uma instituição. E afirma:

(...). É definida como sendo uma unidade visível, que possui uma identidade visual, caracterizada por fatores de ordem social, cultural e natural, contendo espaços e tempos distintos; o passado e o presente. A paisagem é o velho no novo e o novo no velho! (2000, p. 112).

Observem a sintonia existente entre a definição de paisagem que deve ser desenvolvida com os estudantes do ensino fundamental e a definição moderna de patrimônio que abarca não só os bens culturais produzidos socialmente como também os bens naturais, como nos afirma Fábio Vergara Cerqueira (2005, p. 95-96) no artigo: Patrimônio Cultural, Escola, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável:

(...). De um lado, patrimônio passou a ser entendido não mais estritamente como a obra produzida diretamente pela ação humana, mas incluindo também todo o contexto natural que é cenário das memórias e identidades sociais. De outro lado, apesar de certas resistências puristas, muitos ambientalistas compreenderam a necessidade de uma conceituação socioambiental das políticas de defesa do meio ambiente. Assim, por um lado, cultura não exclui mais natureza; de outro, meio ambiente não exclui mais o homem. (...).

Os rios e riachos, as cachoeiras, as florestas, enfim os lugares que são e foram suportes de memórias são também patrimônios culturais, eles compõem o imaginário coletivo de um lugar, eles são lembranças de tempos distintos, ritmos diferenciados de tempo. Através dela a analogia entre as várias tecnologias presentes na paisagem. A presença de várias tecnologias possibilita o vislumbre de várias organizações sociais, de vários modos de produção.

Ela, a paisagem expressa uma enormidade de significados, então quando falamos em paisagem nos vem à mente um conjunto de imagens que a constituem:

(...) seu relevo, a orientação dos rios e córregos da região, sobre os quais se implantam suas vias expressas, o conjunto de construções humanas, a distribuição da população que nela vive, o registro das tensões, sucessos e fracassos da história dos indivíduos e grupos que nela se encontram. É nela que estão expressas as marcas da história de uma sociedade, fazendo assim, da paisagem uma soma de tempos desiguais, uma combinação de espaços geográficos (2000, p. 112).

É a partir do conhecimento da paisagem e do lugar que os indivíduos se inserem no mundo. É aí que grupos e indivíduos resistem, se adaptam, criam e recriam suas identidades, seus laços de pertencimentos suas relações de produção. É aí que se dá o choque entre os fixos e os fluxos, aqui entendidos enquanto conflitos de interesses locais e interesses exógenos. Ou como nos diz o texto dos parâmetros:

Nessa abrangência, a Geografia contribui para que se compreenda como se estabelecem as relações locais com as universais, como o contexto mais próximo contem e está contido em um contexto mais amplo e quais as possibilidades e implicações que essas dimensões possuem (2000, p. 113).

O texto nos diz que a maneira usual de trabalhar o ensino de Geografia tem sido ou através da fala/discurso do professor ou do livro didático e que ambos sempre partem de alguma noção, ou conceito chave e, versam sempre sobre algum fenômeno social, cultural ou natural que é descrito e explicado. Normalmente esse discurso é descontextualizado do lugar e do espaço de onde se encontra inserido. Após exposição e leitura são realizados exercícios e avaliações para detectar o grau de assimilação dos conteúdos.

Ao apontar para uma prática moderna do ensino de Geografia os Parâmetros nos diz que ela deve permitir apresentar aos alunos os diferentes aspectos de um mesmo fenômeno em diferentes momentos da escolaridade, de modos que os alunos possam construir compreensões, novas e mais complexas, ou seja, que desenvolvam formas de refletir sobre os diferentes aspectos da realidade, compreendendo a relação sociedade-natureza. Para atingir esses objetivos inerentes a nessa nova prática, é necessário que se utilizem procedimentos como:

(...) problematização, observação, registro, descrição, documentação, representação e pesquisa dos fenômenos sociais, culturais ou naturais que compõem a paisagem e o espaço geográfico, na busca e

formulação de hipóteses e explicações das relações, permanências e transformações que aí se encontram em integração (2000, p. 115).

O texto ainda informa que, nos primeiro e segundo ciclos os alunos devem estudar a paisagem local, o espaço vivido; quanto ao terceiros e quarto ciclos a abordagem deve ir além da descrição das manifestações das forças materiais e que deve propor estudos que envolvam o simbólico e as representações, já que o imaginário participa de maneira significativa na construção do espaço e da paisagem.

Essa exposição de motivos e descrição dos Parâmetros Curriculares de Geografia são, ao meu ver, mais que suficientes para demonstrar que o Ensino Fundamental e até mesmo o ensino médio devem se apropriar da educação patrimonial como instrumento para realizar os objetivos propostos pela área e, ao mesmo tempo, ampliar os espaços de cidadania que é objetivo maior da educação instaurada pós - constituição de 1988.

Evidentemente centrei meus esforços no Ensino Fundamental por estar estudando as políticas adotadas, ou não, pelo município de Porto Velho e, como é do conhecimento de todos; o município tem sob sua responsabilidade a educação infantil e o ensino fundamental, salvo a exceção dos distritos, onde ainda funciona o ensino médio.

Até o presente momento não entrei nas questões das sugestões de como o município deve trabalhar de forma a assegurar condições, para que as escolas e os professores possam desenvolver as atividades relativas à educação patrimonial. Como já afirmei em outro momento, vou me apropriar das experiências já construídas, bem como das reflexões sobre os acertos e os fracassos delas.

O primeiro passo para que o município possa elaborar uma proposta de educação patrimonial, é identificar os patrimônios existentes, no sentido de que já foram tombados pela municipalidade e que estão em estado de abandono. Nesse caso não pode ficar restrito aos patrimônios tombados pelo município, deve englobar, inclusive, os tombados no município, ou seja, aqueles de âmbito do Estado, quando for o caso, e da União, pois ambos são constitutivos dessa pluralidade que é o patrimônio cultural de uma cidade.

O segundo passo é a formação de uma equipe multidisciplinar que se proponha a estudar a legislação nacional e internacional, bem como toda a literatura disponível sobre a questão, essa equipe pode inclusive, ser também responsável pela elaboração de

pareceres quando do tombamento e da elaboração de projetos de revitalização, restauração ou ações do poder público voltado para as questões de urbanismo, que na região amazônica deve levar em consideração toda a diversidade cultural e natural.

A necessidade de estudar a legislação existente não se deve a um apego ao legalismo, mas em virtude de o país ser signatário de uma variedade de tratados internacionais que foram e são importantes na definição de patrimônio, bem como na aplicação de políticas de preservação e mesmo as políticas educacionais. Esses tratados estão fortemente presentes, por exemplo, na definição de patrimônio imaterial.

O terceiro passo é não divorciar a cultura da natureza, como se essas coisas existissem de forma estanque. Modernamente o patrimônio deve ser preservado levando em consideração que ele não é um bem descontextualizado, ele está inserido num espaço e numa cadeia do tempo sociocultural, tirá-lo desse contexto é criar alguma coisa estranha ao ambiente e por sua vez a sociedade.

Fábio Vergara Cerqueira (2005, p. 95-96), numa citação feita alguns parágrafos atrás, chama a atenção para esse movimento que tem dupla dimensão, de um lado a ideia de uma memória ou patrimônio enquanto fenômeno total, aí incluído o ambiente, de outro, uma mudança por parte dos ambientalistas que passaram a pensar ambiente enquanto fator também cultural.

Quarto aspecto é não separar educação e patrimônio como se a educação já não fosse em si um patrimônio histórico e cultural da humanidade, analisar essa equação de forma a realizar essa separação é o mesmo que dissociar a educação de toda a realidade social, econômica, histórica e cultural que a engendra e que a modifica. Mário Chagas (2006, p. 04), no artigo: Educação, Museu e Patrimônio: Tensão, Devoração e Adjetivação; informa-nos que:

(...) a educação é uma prática sócio-cultural. Nesse sentido é que se pode falar no caráter indissociável da educação e da cultura, ou ainda na inseparabilidade entre educação e patrimônio. Não há hipótese de se pensar e de se praticar a educação fora do campo do patrimônio ou pelo menos de um determinado entendimento de patrimônio. Por este prisma, a expressão 'educação patrimonial' constituiria uma redundância, seria o mesmo que falar em 'educação educacional' ou 'educação cultural'. No entanto, não se pode negar que a referida expressão tenha caído no gosto popular. Resta, nesse caso, compreender os seus usos e significados.

Qual seria então o significado do termo educação patrimonial? Para o entendimento dessa expressão devemos superar a ingenuidade de imaginar que a escola insere os indivíduos no mundo da cultura, ou que ela os deixa mais cultos. Os indivíduos ao chegarem à escola já são seres da e para a cultura. Então o que faria a educação patrimonial? Ela pode levar os indivíduos a refletir e romper com as amarras que a memória, o patrimônio e a educação podem conduzir se os sujeitos se apropriam delas de forma ingênua, aceitarem como modelos imutáveis.

Mário Chagas (2006, p. 05) nos alerta para esse perigo ao dizer:

É desejável abolir toda e qualquer ingenuidade em relação ao museu, ao patrimônio e à educação. Ao lado dessa abolição é desejável desenvolver uma perspectiva crítica, interessada em investigar ao serviço de quem estão sendo acionados: a memória, o patrimônio a educação e o museu.

É preciso saber que o museu, o patrimônio, a memória e a educação tiranizam, aprisionam, acorrentam e escravizam os olhares incautos e ingênuos. É preciso coragem para pensar e agir a favor, contra e apesar do museu, do patrimônio, da memória e da educação. É preciso enfrentá-los com o desejo de ressignificação e antropofagia, com a coragem dos guerreiros que estão prontos para a devoração.

Isso nos alerta para a necessidade de termos presente que a educação patrimonial deve se ater ao fato que patrimônios históricos são pontes narrativas, pontes entre gerações passadas e presentes, entre as gerações presentes e futuras, ela deve servir para contarmos histórias, para percebermos a diversidade de diálogos inerentes ao todo social, pontes que nos aproxime em toda nossa diferença, ponte que assegure a passagem de dos indivíduos a cidadania plena.

Fábio Vergara Cerqueira (2005, p. 99-100), nos alerta para essa dimensão que a educação patrimonial vem adquirindo nas últimas décadas do século XX e que também consta de nossa LDB, qual seja, a da formação de cidadãos plenos e conscientes de seus direitos:

Nas duas últimas décadas do século XX, a educação patrimonial cresceu como uma importante dimensão da formação dos cidadãos na democracia moderna, uma vez que estimula o fortalecimento da consciência do caráter público do patrimônio e a identificação e manutenção dos laços de memória com significantes coletivos portadores das memórias sociais dos diferentes grupos que compõem a sociedade. Por meio da educação patrimonial, busca-se sensibilizar as comunidades sobre a importância de preservar a sua memória;

mais que isso, busca-se gerar uma reflexão sobre as memórias dos diferentes grupos sociais, de modo que se perceba que patrimônio não é somente o monumento belo e notável que fala do passado de algumas elites, mas que patrimônio é, outrossim, todo símbolo de memória coletiva, do terreiro à igreja, do sobrado à senzala, das praças públicas aos prédios das escolas, dos antigos armazéns de bairro aos grandes teatros, das canchas retas aos estádios de futebol. (...).

Essa pluralidade nos conduz ao quinto aspecto que uma proposta de educação patrimonial deve conter; ela deve ser um elemento estimulador de reflexão e não uma camisa de força, levando em conta que os patrimônios de uma cidade ou região são múltiplos e de variadas formas, e mesmo aqueles ainda não reconhecidos pelo poder público mais de conhecimento dos indivíduos envolvidos devem ser objeto de reflexão.

Dois autores nos chamam a atenção para esse aspecto; o primeiro é Cerqueira (2005, p. 98) que nos diz:

(...). Louvamos a iniciativa governamental de estimular a educação patrimonial, mas alertamos para os riscos do estabelecimento de uma cartilha oficial, dada a imensa amplitude dos conteúdos simbólicos e grupos sociais envolvidos no que entendemos por patrimônio cultural, em suas manifestações tangíveis e intangíveis.

Outra pesquisadora preocupada com essa questão é Ana Carmen Amorim Jara Casco (2006, p.02), que no artigo: Sociedade e Educação Patrimonial; discute as ações educacionais realizadas em sua maioria pela própria comunidade afirma:

A primeira saudável conclusão a que talvez se pode chegar é a de que não é possível organizar o campo das ações de educação patrimonial desenvolvidas pela sociedade com metodologias e normas. Por sua vez, a elaboração de diretrizes para definição de uma política de patrimônio voltada para a educação, assim como uma política de educação voltada para a preservação do patrimônio e da memória, cuja responsabilidade é efetivamente do Estado através de seus distintos ministérios e instituições, deve considerar os diferentes universos como o da educação formal, o dos espaços culturais como os museus, assim como o vasto território das iniciativas empreendidas pela sociedade, com as liberdades e restrições que cada espaço impõe e aceita. Além do mais, é importante que fique claro que tais diretrizes devem orientar a ação institucional, e não regular o campo social que precisa ter independência e criatividade próprias para inventar e sugerir trabalhos de educação patrimonial.

Em outras palavras e resgatando a definição de educação enquanto algo que é inerente a toda sociedade e parafraseando Carlos Rodrigues Brandão, no livro: O Que é Educação; a educação patrimonial deve se dar em todos os lugares, “Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar” (1995, p. 01).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Porto Velho criou através da lei 215 de 08 de abril de 1988 procedimentos para tomba e proteger os bens eleitos pelo poder público municipal. Posteriormente tombou através de leis aprovadas pelo poder legislativo quatro bens, sendo eles: a Antiga Câmara Municipal, o Cemitério dos Inocentes, a Igreja de Santo Antônio do Rio Madeira e a antiga Castanheira localizada ao lado do Estádio Aluizio Ferreira.

Partindo do pressuposto que ao tomba bens o poder público deve também desenvolver políticas educacionais para fortalecer as relações dos indivíduos com o seu acervo cultural, buscando ampliar os laços identitários e desta forma estabelecer uma relação entre o bem tombado e cada indivíduo, e assim, sociedade e Estado assumiriam a responsabilidade pela preservação dos patrimônios.

Historicamente no Brasil a educação patrimonial, que para a literatura se iniciou na década de quarenta do século passado, com a utilização dos museus como instrumento educacional, tem sido utilizada pelo discurso dominante para criar o senso de pertencimento ao Estado-Nação e fortalecer a dominação através do discurso hegemônico e único das classes dominantes, subjugando a contribuição das demais classes sociais em sua rica diversidade cultural.

Desde então, o Estado tem assumido o papel de, através da escola e dos sistemas educacionais ir moldando essa identidade nacional ao sabor dos interesses econômicos hegemônicos, criando padrões de cidadania, tipos esses que tem sido muito mais passivo e subjugado que plenos de direitos; são consumidores passivos de modismos e de padrões culturais que, pouco ou nada interferem na sociedade.

Com o fim da Ditadura Militar e os processos de abertura política, ou como ficou mais conhecido como período de distencionamento político, foi elaborado a nova carta constitucional do Brasil em 1988, nela a educação passou a representar outro papel que não o fortalecimento da exclusão, o medo da participação ou como diria Paulo Freire (1998; 2000), era ou deveria ser o fim da educação bancária que, fortalecia o sistema autoritário.

Para regulamentar a constituição cidadã, que propugnava por uma educação democrática, crítica, enfim, cidadã como ela, foi criada a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira que passa a enfatizar o papel da educação enquanto instrumento

capaz de colaborar para o estabelecimento da cidadania e aponta ainda, como meio adequado, para realizar esse trabalho a educação patrimonial, que deveria se voltar para as manifestações da cultura e da história brasileira em suas manifestações materiais e intangíveis.

Passados treze anos da aprovação da Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB, estados e municípios deveriam ter elaborados Projetos Políticos Pedagógicos com o intuito de adequar a legislação federal as especificidades regionais e locais, contudo, a literatura vem demonstrar que a realidade está distante do que foi proposto pelos legisladores quando da elaboração das leis de referencia nacional.

O município de Porto Velho – RO, não apresenta realidade diferenciada do cenário nacional, no que pese ter dado início a elaboração de seu Projeto Político Pedagógico, até o período de coleta de dados, não dispunha de um referencial para as escolas. Isso posto, e em conformidade com Azevedo (2001) não quer dizer que o mesmo não disponha de políticas públicas, pois a forma de ação do poder público pode ser a não-ação.

O desdobramento para essa postura é verificável na quase ausência de resistência à construção do complexo do rio Madeira. Obras que já estão afetando os moradores do município de Porto Velho e que, quando dos debates públicos a maioria dos veículos circulavam com adesivos com os seguintes dizeres “sou a favor das usinas do Madeira”, sem que se dessem conta do quanto essas obras afetarão os suporte externos de memória, nesse sentido a leitura de Marx (1998, p. 14) ainda é válida para essa região “(...). Tudo que é sólido derrete-se no ar, tudo que é sagrado é profanado e os homens são por fim compelidos a enfrentar de modo sensato suas condições reais de vida e suas relações com seus semelhantes”.

Diante da ausência de um projeto pedagógico passei a construção de algumas sugestões para que uma proposta de educação patrimonial possa ser construída sem, no entanto se constituir em uma camisa de força. Instrumento de repressão e de exclusão das práticas, hábitos e costumes do conjunto da população, como é de praxe em quase todas as políticas públicas.

Outro aspecto que procurei demonstrar é que a educação patrimonial e a construção da cidadania e da memória não é uma particularidade da História ou dos Temas Transversais como tenta demonstrar a literatura e os documentos dos Parâmetros Curriculares.

Tento demonstrar que o próprio parâmetro da área de Geografia em seus objetivos gerais levanta oito pontos e, desses sete são passíveis de desenvolver uma ação voltada para a cultura e para os patrimônios históricos.

Espero enfim, que essa dissertação sirva como instrumento para propiciar outras pesquisas que neguem, superem e ultrapassem essa, afinal esse é o movimento próprio da ciência, mais que sirva como elemento para o debate sobre a formulação de um projeto pedagógico que incorpore a educação patrimonial como forma dos indivíduos se apropriarem de suas histórias de seus destinos, e isso só é possível na medida em que a memória pessoal e coletiva está preservada.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Martha. **CULTURA IMATERIAL E PATRIMÔNIO HISTÓRICO NACIONAL. CULTURA POLÍTICA E LEITURAS DO PASSADO: HISTORIOGRAFIA E ENSINO DE HISTÓRIA.** 351/370, Civilização Brasileira, RJ, 2007.
- ABREU, Martha, SHOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca. **CULTURA POLÍTICA E LEITURAS DO PASSADO: HISTORIOGRAFIA E ENSINO DE HISTÓRIA.** Civilização Brasileira, RJ, 2007.
- ABREU, Martha e SHOIHET, Rachel. **ENSINO DE HISTÓRIA: CONCEITOS, TEMÁTICAS E METODOLOGIA.** Casa da Palavra, RJ, 2003.
- ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). **MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: ENSAIOS CONTEMPORÂNEOS.** DP&A, RJ, 2003.
- AMARAL. Januário. **MATA VIRGEM: TERRA PROSTITUTA.** Terceira Margem, SP, 2004.
- AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA.** 2ª Ed., Editores Associados, Campinas, SP, 2001.
- BARBOZA, José Joaci. **A OCUPAÇÃO URBANA EM PORTO VELHO. RELATÓRIO FINAL DA PESQUISA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA,** PIBIC/UFRO. Mimeografado, Porto Velho, 1996.
- _____. **O PT EM RONDÔNIA: HISTÓRIA ORAL DE VIDA MILITANTE.** Monografia de bacharelado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2000.
- _____. **AS CONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS EM HISTÓRIA ORAL: A CÁPSULA NARRATIVA E OS CONCEITOS DE ORIGEM E NADSCIMENTO VOLUNTÁRIO.** Caderno de Criação, v. 26, Porto Velho, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O QUE É EDUCAÇÃO,** 33ª Ed., Brasiliense, SP, 1995.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: HISTÓRIA E GEOGRAFIA.** 2ª Ed., DP&A, RJ, 2000.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: APRESENTAÇÃO DOS TEMAS TRANSVERSAIS,** MEC/SEF, Brasília 1998.
- BECKER, Bertha K. **A PROPÓSITO DE UM MODELO DE OCUPAÇÃO RACIONAL DA AMAZÔNIA.** In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 38(1): 137-41, jan/mar 1976.
- BOSI, Ecléa. **MEMÓRIA E SOCIEDADE: LEMBRANÇAS DE VELHOS.** 3ª Ed., Companhia das Letras, São Paulo, 1994.
- _____. **O TEMPO VIVO DA MEMÓRIA: ENSAIOS DE PSICOLOGIA SOCIAL.** Ateliê Editorial, SP, 2003.
- CAMARGO, Haroldo Leitão. **PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL.** Aleph, SP, 2002.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O ESPAÇO URBANO: NOVOS ESCRITOS SOBRE A CIDADE.** Contexto, São Paulo, 2004.

- CARNEIRO, Henrique Figueiredo. **BANALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E CONSEQUÊNCIAS PERVERSAS PARA A VIDA NA CIDADE**. PATRIMÔNIO CULTURAL: DA MEMÓRIA AO SENTIDO DE LUGAR 17/29, Roca, SP, 2006.
- CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. **SOCIEDADE E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**. <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=131>, acesso em 16/12/2008.
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato. **GEOGRAFIA: CONCEITOS E TEMAS**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1995.
- CERQUEIRA, Fábio Vergara. **PATRIMÔNIO CULTURAL, ESCOLA, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 09, nº 01, p. 91/109, 2005.
- CHAGAS, Mário. **O PAI MACUNAÍMA E O PATRIMÔNIO ESPIRITUAL**. MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: ENSAIOS CONTEMPORÂNEOS. 95/108, DP&A, SP, 2003.
- _____. **EDUCAÇÃO, MUSEU E PATRIMÔNIO: TENSÃO, DEVORAÇÃO E ADJETIVAÇÃO**. <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=521>, acesso em 23/02/2009.
- CHOAY, Françoise. **A ALEGORIA DO PATRIMÔNIO**. Edições Liberdade e UNESP, SP, 2001.
- CLAVAL, Paul. **ESPAÇO E PODER**. Zahar, RJ, 1979.
- _____. **A GEOGRAFIA NOVA**. Livraria Almedina, Coimbra, 1987.
- _____. **O TERRITÓRIO NA TRANSIÇÃO DA PÓS-MODERNIDADE**. GEOgraphia, 07/26, ano I, nº 02, 1999.
- _____. **A GEOGRAFIA CULTURAL**. 3ª Ed., Editora da UFSC, Florianópolis, 2007.
- CORIOLOANO, Luzia Neide. **ESPAÇO, PODER E EXCLUSÃO: CONTEXTO ECONÔMICO-SOCIAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO LUGAR TURISTIFICADO**. PATRIMÔNIO CULTURAL: DA MEMÓRIA AO SENTIDO DE LUGAR. 31/37, Roca, SP, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O ESPAÇO URBANO**. 4ª Ed., Ática, São Paulo, 2002.
- _____. **A REDE URBANA**. Ática, São Paulo, 1989.
- _____. **O ESTUDO DA REDE URBANA: UMA PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA**. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 50(2): 107-24, abr/jun, 1988.
- _____. **ESPAÇO: UM CONCEITO CHAVE DA GEOGRAFIA**. GEOGRAFIA CONCEITOS E TEMAS. 15/47, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1995.
- COSTA, Icléia Thiesen Magalhães e ORRICO, Evelyn Goyannes (orgs). **MEMÓRIA, CULTURA E SOCIEDADE**. 7Letras, RJ, 2002.
- CUNHA, Luiz Antônio. **EDUCAÇÃO, ESTADO E DEMOCRACIA NO BRASIL**. Cortez, SP, EDUFF, RJ, FLACSO do Brasil, 2005.
- DEAN, Warren. **A LUTA PELA BORRACHA NO BRASIL**. Nobel, São Paulo, 1989.
- ECO, Umberto. **INTERPRETAÇÃO E SUPERINTERPRETAÇÃO**. Martins Fontes, São Paulo, 1997.
- _____. **COMO SE FAZ UMA TESE**. 12ª ed., Perspectiva, São Paulo, 1995.
- FAUSTO, Ayrton. **INTRODUÇÃO**. EDUCAÇÃO, ESTADO E DEMOCRACIA NO BRASIL 07/09, Cortez, SP, EDUFF, RJ, FLACSO do Brasil, 2005.
- FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. **PATRIMÔNIO: DISCUTINDO ALGUNS CONCEITOS**. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, nº. 3, p. 79/88, 2006.

- FERRAREZI JÚNIOR, Celso. **LIVRES PENSARES**. Edufro, Porto Velho, 2003.
- FONSECA, Dante Ribeiro da. **ESTUDOS DE HISTÓRIA DA AMAZÔNIA**. Gráfica e Editora Maia, Porto Velho, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **MICROFÍSICA DO PODER**. 12ª ed., Graal, Rio de Janeiro, 1985.
- _____. **A ARQUEOLOGIA DO SABER**. 4ª ed., Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1995.
- _____. **A ORDEM DO DISCURSO**. Loyola, São Paulo, 1999.
- FREITAG, Bárbara. **ESCOLA, ESTADO E SOCIEDADE**. 4ª Ed., Editora Moraes, SP, 1986.
- FREIRE, Paulo. **PEDAGOGIA DO OPRIMIDO**. 25ª Ed., Paz e Terra, SP, 1998.
- _____. **PEDAGOGIA DA AUTONOMIA: SABERES NECESSÁRIOS À PRÁTICA EDUCATIVA**. 15ª Ed., Paz e Terra, SP, 2000.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu e PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL**. Jorge Zahar Ed., RJ, 2006.
- GHIRALDELLI JUNIRO, Paulo. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, 2ª Ed., Cortez, SP, 1994.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **AMAZÔNIA, AMAZÔNIAS**. 2ª Ed., Contexto, SP, 2008.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O PATRIMÔNIO COMO CATEGORIA DE PENSAMENTO. MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: ENSAIOS CONTEMPORÂNEOS**. 21/29, DP&A, RJ, 2003.
- GONTIJO, Rebeca. **IDENTIDADE NACIONAL E ENSINO DE HISTÓRIA: A IDENTIDADE NACIONAL EM QUESTÃO**. ENSINO DE HISTÓRIA: CONCEITOS, TEMÁTICAS E METODOLOGIA. 55/79, Casa da Palavra, RJ, 2003.
- GRAMSCI, Antonio. **CONCEPÇÃO DIALÉTICA DA HISTÓRIA**. 3ª ed., Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **GUIA BÁSICO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Museu Imperial, Brasília, 1999.
- IANNI, Octavio. **A FORMAÇÃO DO ESTADO POPULISTA NA AMÉRICA LATINA**. 2ª Ed., Ática, SP, 1989.
- JAPIASSÚ, Hilton. **INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS HUMANAS: ANÁLISE DE EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA**. 2ª Ed., Letras & Letras, SP, 1994.
- LIBÂNEO, José Carlos. **PEDAGOGIA E PEDAGOGOS, PARA QUÊ?**. 9ª Ed., Cortez, SP, 2007.
- LEFEBVRE, Henri. **A REVOLUÇÃO URBANA**. Ed. UFMG, Belo Horizonte, 1999.
- LEMONS, Carlos A. C. **O QUE É PATRIMÔNIO HISTÓRICO**. 5ª Ed., Brasiliense, SP, 2006.
- LÖWY, Michael. **AS AVENTURAS DE KARL MARX CONTRA O BARÃO DE MUNCHHAUSEN**. 6ª ed., Cortez Editora, São Paulo, 1998.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **O MANIFESTO COMUNISTA**. 3ª Ed., Paz e Terra, SP, 1998.
- MARTINS, Clerton (org.). **PATRIMÔNIO CULTURAL: DA MEMÓRIA AO SENTIDO DE LUGAR**. Roca, SP, 2006.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **GEOGRAFIA: PEQUENA HISTÓRIA CRÍTICA**. 5ª Ed., Hucitec, SP, 1986.

- _____. **NOTAS SOBRE IDENTIDADE NACIONAL E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA NO BRASIL.** Estudos Históricos, p. 166/176, Volume 04, nº. 8, Rio de Janeiro, 1991.
- MORAES, Antonio Carlos Robert & COSTA, Wanderley Messias da. **GEOGRAFIA CRÍTICA: A VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO.** 3ª Ed., Hucitec, SP, 1989.
- ORIÁ, Ricardo. **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: CONHECER PARA PRESERVAR.** <http://www.aprendebrasil.com.br/articulistas/articulista0003.asp>, acesso em 23/02/2009.
- PINHEIRO, Daniel Rodriguez de Carvalho e NASCIMENTO, Maria Aneisilany Gomes do. **IMAGENS DE JAGUARIBARA SUBMERSA: PATRIMÔNIO CULTURAL, LUGAR E ESPAÇO NA ARQUITETURA DA CIDADE. PATRIMÔNIO CULTURAL: DA MEMÓRIA AO SENTIDO DO LUGAR.** 157/173, Roca, SP, 2006.
- PINSKY, Jaime. **AS PRIMEIRAS CIVILIZAÇÕES.** Atual, São Paulo, 1987.
- PINTO, Emanuel Pontes. **RONDÔNIA EVOLUÇÃO HISTÓRICA: A CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO DE GUAPORÉ, FATOR DE INTEGRAÇÃO.** Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, 1993.
- PORTO VELHO. **LEI N. 1.031, DE 28 DE MAIO DE 1993.** Tomba o prédio da antiga Câmara Municipal, localizado na Ladeira Comendador Centeno e dá outras providências. In: **Câmara Municipal.**
- PORTO VELHO. **LEI N. 215, DE 8 DE ABRIL DE 1982.** Dispõe sobre a Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Porto Velho. In: **Câmara Municipal.**
- PORTO VELHO. **LEI N. 265, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1983.** Dispõe sobre o Tombamento do Cemitério dos Inocentes. In: **Câmara Municipal.**
- PORTO VELHO. **LEI N. 290, DE 1984.** Determina o tombamento da Castanheira Centenária de nossa Cidade, existente na Rua Rui Barbosa, Bairro Arigolândia. n: **Câmara Municipal.** (Não datado com dia e mês na cópia disponibilizada)
- PORTO VELHO. **LEI N. 704, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1987.** Determina o tombamento da área histórica onde está localizada a Igreja de Santo Antônio. In: **Câmara Municipal.**
- PORTO VELHO. **Lei Orgânica do Município de Porto Velho.** Disponível em: <http://www.portovelho.ro.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=686> Acesso em: 10 set. 2008.
- RIBEIRO, Wagner Costa. **VISÕES DO PATRIMÔNIO.** Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, nº. 03, p. 89/94, 2006.
- RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. **CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL: DO CONDE DE GALVÉIAS À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.** PATRIMÔNIO CULTURAL: DA MEMÓRIA AO SENTIDO DE LUGAR. 01/16, Roca, SP, 2006.
- SANT'ANNA, Márcia. **A FACE IMATERIAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: OS NOVOS INSTRUMENTOS DE RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO. MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: ESAIOS CONTEMPORÂNEOS.** 46/55, DP&A, RJ, 2003.
- SANTOS, Carlos. **PERCURSOS GEOGRÁFICOS: RUMO À TOPOSOFIA.** Fundação Rio Mar, Porto Velho, 2004.
- SANTOS, Milton. **ESPAÇO E SOCIEDADE.** Vozes, Petrópolis, 1979.
- _____. **POR UMA GEOGRAFIA NOVA: DA CRÍTICA DA GEOGRAFIA A UMA GEOGRAFIA CRÍTICA.** 3ª Ed., Hucitec, SP, 1986.
- _____. **ESPAÇO E MÉTODO.** 3ª Ed., Nobel, SP, 1992.

- _____. **A NATUREZA DO ESPAÇO: TÉCNICA E TEMPO, RAZÃO E EMOÇÃO**. 3ª Ed., Hucitec, SP, 1999.
- SANTOS, Paulo Henrique Duque. **CIDADE E MEMÓRIA: DIMENSÕES DA VIDA URBANA EM CAETITÉ (1940-1960)**. MEMÓRIA, CULTURA E SOCIEDADE. 13/34, 7Letras, RJ, 2002.
- SILVA, Amizael Gomes da. **AMAZÔNIA: PORTO VELHO**. Palmares, Porto Velho, 1991.
- SILVA, Kátia Cilene Camargo. **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM CONVITE À LEITURA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS-GO**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Educação Patrimonial da Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2007.
- SINGER, Paul. **ECONOMIA POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO**. 14ª Ed., Contexto, São Paulo, 1998.
- SOARES, André L. R. **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: RELATOS E EXPERIÊNCIAS**. Ed. UFSM, Santa Maria, 2003.
- SOJA, Edward W. **GEOGRAFIAS PÓS-MODERNAS: A REAFIRMAÇÃO DO ESPAÇO NA TEORIA SOCIAL**. Jorge Zahar Editores, RJ, 1993.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **CAPITALISMO E URBANIZAÇÃO**. 13ª Ed., Contexto, São Paulo, 2001.
- TEIXEIRA, Marcos Antônio Domingues & FONSECA, Dante Ribeiro da. **HISTÓRIA REGIONAL: RONDÔNIA**. Impresso por: ABG Gráfica e Editora, Porto Velho, 1998.
- TELLES, Leandro Silva. **MANUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO**. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Porto Alegre, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Prefeitura Municipal de Rio Pardo, Rio Pardo, 1977.
- TUAN, Yi-Fu. **TOPOFILIA: UM ESTUDO DA PERCEPÇÃO E VALORES DO MEIO AMBIENTE**. Difel, SP, 1980.
- _____. **ESPAÇO E LUGAR: A PERSPECTIVA DA EXPERIÊNCIA**. Difel, SP, 1983.
- ZAMBONI, Ernesta. **PROJETO PEDAGÓGICO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: IDENTIDADE NACIONAL E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA**. Cad. Cedes, Vol. 23, nº 61, p. 367/377, Campinas, 2003.
- ZOTTI, Solange Aparecida. **SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO NO BRASIL: DOS JESUÍTAS AOS ANOS DE 1980**. Autores associados, Campinas, SP; Editora Plano, Brasília, DF, 2004.